

LIVRO DE RESUMOS

Colóquio Internacional
São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar,
diacrónica e sincrónica

27-29 MARÇO | ISCTE-IUL, Lisboa

CEA IUL
Centro de Estudos Africanos
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

IICT
Instituto de
Investigação
Científica Tropical

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Ministério da Educação e Ciência

Delta
50 ANOS
A DESPERTAR PORTUGAL

sumol+compal
É da nossa natureza.

Caixa Geral de Depósitos

Coordenação:

Ana Cristina Roque
Gerhard Seibert
João Dias
Vítor Rosado Marques

COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
NUMA PERSPETIVA INTERDISCIPLINAR DIACRÓNICA E SINCRÓNICA
ISCTE-IUL, 27-29 de Março de 2012

O Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica resulta de uma parceria entre investigadores do Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) no quadro de programas de investigação em curso, e visa apresentar e partilhar estudos e resultados de projectos sobre São Tomé e Príncipe, nas várias áreas do saber científico.

Reflectindo a sua pequena dimensão, em termos quantitativos a produção científica relativamente a São Tomé e Príncipe não é comparável com a de outros países africanos lusófonos maiores, como Angola ou Moçambique. Contudo, nos últimos anos o número dos trabalhos de investigação relacionados com o pequeno arquipélago no Golfo da Guiné tem aumentado consideravelmente, tanto nas áreas das Ciências Sociais, como das Ciências Naturais. Nesse sentido, este Colóquio pretende dar maior visibilidade à investigação que tem vindo a ser feita, criando oportunidades para os investigadores das diversas áreas científicas apresentarem os seus trabalhos e contribuir, deste modo, para dinamizar o interesse por São Tomé e Príncipe e pelo papel desempenhado pela investigação científica.

Privilegiar-se-á uma abordagem comparativa e interdisciplinar que tenha em conta perspectivas históricas, antropológicas, sociológicas, culturais, económicas, políticas, biológicas e ambientais, que permita não só uma perspectiva histórica em termos globais e ao nível da relação do arquipélago com o continente Africano e com o mundo, mas também em termos do reconhecimento da importância dos saberes no contexto actual desta sociedade. Espera-se que através de uma compreensão histórica mais aprofundada da realidade deste arquipélago, seja possível uma melhor compreensão da situação presente deste país, ajudando a identificar dificuldades actuais e a cooperar na resolução de problemas.

Áreas temáticas:

- Ocupação e história colonial, história da escravatura e da economia de plantação
- Génese da sociedade, insularidade, sociedades crioulas
- O colonialismo moderno, o mundo das roças, descolonização
- O período pós-colonial, transições políticas, políticas económicas, diáspora
- Línguas, literatura e cultura
- Biodiversidade, etnobotânica, medicina tradicional, circulação de saberes
- Desenvolvimento e Cooperação (apresentação de projectos)

27 DE MARÇO

Átrio 2, Edifício II
8.00h

Abertura do secretariado e entrega de documentação

Auditório B 203
9.00h / 9.30h. SESSÃO DE ABERTURA

Luís Antero Reto, Reitor do ISCTE-IUL
Jorge Braga de Macedo, Presidente do IICT
Clara Carvalho, Diretora do Centro de Estudos Africanos – ISCTE-IUL
Damião Vaz d'Almeida, Embaixador de S. Tomé e Príncipe
Domingos Simões Pereira, Secretário Executivo da CPLP
Gerhard Seibert, Representante da Comissão Organizadora

Auditório B 203
9.30h / 11.30h. PAINEL 1 – COLONIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO
Moderador: Gabriel Mithá Ribeiro, CEA / ISCTE-IUL

- **Gonçalo Pires and the early inhabitants of São Tome open issues in the history of STP**
 Andreas W. Massing
 Investigador independente, Frankfurt
- **João Menino – comerciante ou escravo?**
 José Domingos Costa
 Mestrando de Estudos Africanos. FL-UL
- **A produção açucareira em São Tomé ao longo de quinhentos**
 Luís da Cunha Pinheiro
 CHAM – Centro de História de Além-Mar. FCSH-UNL
- **Escravos Africanos e Mercadores Portugueses nos Circuitos Mercantes entre a Ilha de São Tomé e a América Espanhola no Século XVI**
 Maria Manuel Torrão
 Centro de História. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical
- **A cidade de São Tomé no contexto das cidades quinhentistas de origem portuguesa**
 Manuel Teixeira
 Faculdade de Arquitectura – UTL / CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas. ISCTE-UTL
- **História de uma família, história de uma nação: a crioulanização na formação da sociedade de São Tomé**
 Arlindo Manuel Caldeira
 CHAM – Centro de História de Além-Mar. FCSH-UNL

Debate

11.30h - 11.45h. Coffee-break
2º piso, Edifício II

Auditório B 203
11.45h / 13.00h. PAINEL 2 – PATRIMÓNIO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO I
Moderador: Cristina Udelsmann Rodrigues, CEA / ISCTE-IUL

- **A cidade de São Tomé no quadro das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa**
 Teresa Madeira
 DINÂMICA-CET. ISCTE-IUL
- **As cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX - arquitectura e urbanismo**
 José Manuel Fernandes
 Faculdade de Arquitectura – UTL
- **São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)**
 Ana Vaz Milheiro
 Departamento de Arquitectura da UAL, DINÂMICA-CET e ISCTE-IUL
- **O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o Estado Novo**
 Vera Mariz
 Instituto de História de Arte. FL-UL

Debate

PROGRAMA

13.00h – 14.00h. Almoço Livre

Auditório B 103 – Projeção de documentário

Extra Bitter: Saga of the Chocolate Islands

Derek Vertongen. Canadá, 2000 (48 min.)

Auditório B 203

14.00h / 15.45h. PAINEL 2 – PATRIMÓNIO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO II

Moderador – Ana Vaz Milheiro, DINÂMIA-CET (ISCTE-IUL)

- **As roças de S. Tomé e Príncipe – a unidade e diversidade de um modelo ímpar de património agrícola mundial**
Rodrigo Maria Carvalho Rebelo de Andrade e Duarte Maria Rebelo de Andrade de Pape
Faculdade de Arquitectura – UP
- **Regeneração das roças de São Tomé e Príncipe: herança e apropriação, desafios e potencial para o desenvolvimento**
Ana Silva Fernandes, Manuel Fernandes de Sá e Rui Fernandes Póvoas
Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. FA-UP
- **A roça de São Tomé e Príncipe: Desígnio e Projeto**
Hugo Machado da Silva e Sérgio Fernandez
Faculdade de Arquitectura - UP
- **O fundo Francisco Mantero (FFM) e a construção de saberes relativos a S. Tomé e Príncipe**
Ana Canas e José Sintra Martinheira
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Instituto de Investigação Científica Tropical
- **Projeto do Arquivo de São Tomé e Príncipe, um património a salvaguardar**
Joaquim Abílio Ferreira Machado, Maria de Lurdes Henriques e Maria Teresa Plantier
Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Debate

Sessão paralela

Auditório B 103 - Projeção de documentário

14.45h /15.45h

O Auto de Floripes na Ilha do Príncipe

Afonso Alves e Teresa Perdigão, 1998 (49 min.)

Arquivo do Príncipe

Gina, Televisão de São Tomé e Príncipe (2,25 min.)

15.45h – 16.00h. Coffee-break

2º piso, Edifício II

Auditório B 203

16.00h /18.00h. PAINEL 3 – COLONIALISMO MODERNO

Moderador: Kiluange Tiny, NTA

- **Chocolate and the Portuguese Atlantic Colonies: The Introduction of Cacau & Plantation Labor Systems into São Tomé, 1815-1910**
Timothy Walker
University of Massachusetts, Dartmouth, US
- **Evolução do papel das mulheres nas roças de São Tomé**
Maria Prats Ferret
Department de Geografia Universitat Autònoma de Barcelona
- **Desenvolvimento Santomense na perspectiva de Ezequiel Campos (1900-1910)**
Teresa Nunes
IHC – Instituto de História Contemporânea. UNL
- **A Repatriação dos “Angolas” – os primeiros anos (1912-1914)**
Maciel Santos
CEAUP – Centro de Estudos Africanos. UP
- **O estatuto de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe durante a época colonial. Uma comparação**
Gerhard Seibert
CEA – Centro de Estudos Africanos. ISCTE-IUL
- **São Tomé e Príncipe n’ “O Mundo Português”**
Sérgio Neto
CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX. UC

- **Finanças públicas e política colonial: a estrutura oculta (1946-1974)**

Luís Filipe Madeira

UBI - Universidade da Beira Interior

Debate

Auditório B 103 - Projeção de documentário
18.00h / 19.00h

O Contrato. O colonialismo Português no fim do século XIX

Anabela de Saint-Maurice, 1999 (50 min.)

28 DE MARÇO

Auditório B 203

9.30h / 11.15h PAINEL 4 – CIÊNCIA COLONIAL E HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Moderador: Jorge Braga de Macedo, ACL e IICT

- **Cocoa Empire: agricultural science and forced labour in the colonial world**
Marta Macedo
CIUHCT - Interuniversity Center for the History of Science and Technology. University of Lisbon
- **Uma geografia do equador: a ilha de São Tomé de Francisco Tenreiro (1961)**
Francisco Roque de Oliveira e Xavier Munõz i Torrent
Centro de Estudos Geográficos – UL e Associação Caué – Amigos de São Tomé e Príncipe
- **Missões Geodésicas em S. Tomé e Príncipe**
Paula Cristina Santos
IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical
- **Gago Coutinho e os Trabalhos de Campo em São Tomé**
Rui Miguel da Costa Pinto
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
- **Visualizing a new land: the cartography of São Tomé from discovery to the 20th Century**
Robert Garfield
Department of History. DePaul University, Chicago, US
- **A Investigação Agronómica em S. Tomé e Príncipe durante a Administração Portuguesa**
Mendes Ferrão
ISA – Instituto Superior de Agronomia e IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

Debate

Sessão paralela

Auditório B 103 - Projeção de documentários
10.15h / 11.15h

S. Tomé - Os últimos contratados

Leão Lopes, Cabo Verde, 2010 (50 min.)

11.15h – 11.30h. Coffee-break

2º piso, Edifício II

Auditório B 203

11.30h / 13.00h. PAINEL 5 – PÓS COLONIALISMO E DIÁSPORA

Moderador: Gerhard Seibert, CEA / ISCTE-IUL

- **Os constrangimentos da Economia de S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial**
Armindo de Ceita do Espírito Santo
CESA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. ISEG-UTL
- **As pulsões na política em São Tomé e Príncipe**
Augusto Nascimento
IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical
- **Expressões de pertença e identificação nacional entre os santomenses residentes em Portugal**
José Manuel Sobral e Ester Costa Alegre
ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

PROGRAMA

- **Ser imigrante, Ser mulher, Ser mãe: Diáspora e Integração da Mulher São-tomense em Portugal**

José Caldas e Lígia Moreira Almeida

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas. FPCE-UP

- **Homens ‘honestos’ - mulheres ‘dignas’: a importância dos valores entre migrantes são-tomenses na gestão dos espaços públicos e privados em contextos pós-coloniais de exclusão social**

Sónia Ramalho

CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Pólo da FCSH-UNL

Debate

Auditório B 104

11.30h /13.00h. PAINEL 6 – LITERATURA e CULTURA I

Moderador: Cátia Miriam Costa, UE

- **Memory and Identity in fort S. Sebastião and Fernão Dias, S. Tomé and Príncipe**

João Sarmento

Departamento de Geografia. UM e Centro de Estudos Geográficos. UL

- **A cultura de escrita no quotidiano africano de São Tomé e Príncipe na fase colonial tardia**

Frank-Ulrich Seiler

Investigador independente. Lisboa

- **São Tomé e Príncipe -Um Laboratório Atlântico: Diásporas e Dinâmicas Literárias**

Joseph Levy

The George Washington University. US

- **O auto de Florípes do Príncipe e do Minho – paralelo entre ambos, com maior incidência no papel da princesa turca**

Alexandra Gouvêa Dumas e Teresa Perdigão

Universidade Federal de Sergipe, Brasil e Instituto de Estudos de Literatura Tradicional - UNL

Debate

13.00h-14.00h. Almoço livre

Auditório B 104 – Projeção de Documentário

Tchiloli – Identidade de um povo

Felisberto Branco, São Tomé e Príncipe, 2010 (52 min.)

Auditório B 203

14.00h /15.30h. PAINEL 6 – LITERATURA e CUTURA II

Moderador: Inocência Mata, FLUL

- **Augusto Bastos e Viana de Almeida: afirmações possíveis de criouldade nos anos 30 do século XX**

Cátia Miriam Costa

Universidade de Évora

- **As intelectuais santomenses e a produção de conhecimentos: os casos de Inocência Mata e Conceição Lima**

Inês Nascimento Rodrigues

CES – Centro de Estudos Sociais. FE-UC

- **As ilhas e o continente: uma leitura da obra poética de Conceição Lima**

Jessica Falconi

CES – Centro de Estudos Sociais. FE-UC e UNIOR-Università degli Studi di Napoli l’Orientale, Nápoles

- **As ilhas sob a pele da linguagem: a poética de Conceição Lima**

Naduska Palmeira

Ministério das Relações Exteriores – CAPES/Brasil e Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe

- **São Tomé e Príncipe: um olhar endoexógeno a partir da literatura**

Lola Geraldés Xavier

Escola Superior de Educação de Coimbra

Debate

Auditório B 203

14.00h /15.30h. PAINEL 7 – LINGUÍSTICA

Moderador: Ana Cristina Roque, ICT

- **O património oral escrito: a construção de um corpus do forro**

Abigail Tiny, Haldane Amaro, Iris Hendrickx e Tjerk Hagemeijer

CLUL - Centro de Linguística - UL

• **Um dicionário santome-português / português-santome**

Gabriel Antunes de Araújo e Tjerk Hagemeijer
USP – Universidade de S. Paulo e CLUL - Centro de Linguística - UL

• **Classificar, denominar as línguas de São Tomé**

Jean-Louis Rougé e Emmanuel Schang
Université d'Orléans

• **Línguas e genes na ilha de S. Tomé**

Jorge Rocha e Tjerk Hagemeijer
CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, UP e CLUL - Centro de Linguística – UL

• **Mudança linguística e variação no português de S. Tomé**

Rita Gonçalves
CLUL - Centro de Linguística – UL

Debate

15.30h – 15.45h. Coffee-break

2º piso, Edifício II

Auditório B 203

15.45h / 17.30h. PAINEL 8 – BIODIVERSIDADE, CIRCULAÇÃO DE SABERES E MEDICINA TRADICIONAL

Moderador: Rui Malhó, ACL e FCUL

• **Plantas Medicinais e Medicina Tradicional de S. Tomé e Príncipe**

Maria do Céu Madureira
Instituto Superior de Ciências de Saúde Egas Moniz

• **Djambi. O universo terapêutico tradicional em São Tomé e Príncipe. Convergências bantu e particularidades insulares**

Simão Souindoula
Centro Internacional das Civilizações Bantu, Luanda, Angola

• **O Naturalista Adolpho Frederico Moller em S. Tomé e Príncipe: dos acidentados terrenos tropicais aos bastidores da Academia**

António Carmo Gouveia
CEF - Centro de Ecologia Funcional. Departamento de Ciências da Vida. FCT-UC

• **O contributo de Júlio Henriques para o conhecimento da diversidade vegetal da Ilha de S. Tomé**

Natacha Catarina Perpétuo, Maria Teresa Gonçalves, António Carmo Gouveia e Jorge Pais de Sousa
CEF - Centro de Ecologia Funcional. Departamento de Ciências da Vida. FCT-UC e CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX. UC

• **Alterações do uso do solo e biodiversidade em São Tomé**

Ricardo Faustino Lima
Lancaster Environment Centre, Lancaster University, UK

• **Da Baleação ao Whale Watching em São Tomé e Príncipe: A investigação e a conservação de cetáceos é agora uma realidade com futuro?**

Cristina Brito, Cristina Picanço, Francisco Gonçalves, Bastian Loloum e Inês Carvalho
Escola de Mar, CHAM – Centro de História de Além-Mar FCSH-UNL, Universidade dos Açores, CIUHCT – Centro InterUniversitário de História das Ciências e da Tecnologia. FC-UL, MARAPA – São Tomé e Príncipe e Sackler institute for Comparative Genomics American Museum of Natural History, NY, US

• **Assessing the importance of the biodiversity of São Tomé and Príncipe**

Robert Drewes
California Academy of Sciences. Califórnia, US

Debate

Sessão paralela

Auditório B 104 - Projeção de documentário

17.45h / 18.45h.

S. Tomé e Príncipe: O Coro das Palavras

Carlos Brandão Lucas, S. Tomé e Príncipe, RTP-ÁFRICA, 2000 (50 min.)

29 DE MARÇO

Auditório B 203

9.30h / 10.45h. PAINEL 9 – DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO I

Moderador: Vítor Rosado Marques, IICT

- **Investigação em malária em S. Tomé e Príncipe: uma base para o controlo**
João Pinto, Carla A. Sousa J. Derrek Charlwood e Vergílio do Rosário
Centro de Malária e outras Doenças Tropicais, IHMT-UNL e Unidade de Parasitologia e Microbiologia Médicas, IHMT-UNL
- **Mercado informal de medicamentos em São Tomé e Príncipe**
Vânia Tira-Picos, M. do Céu de Madureira e Ulrich Schiefer
ISCTE-IUL, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz e Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL
- **Comunidade dos países de língua portuguesa – chances for development or a step towards neocolonialism? The perspectives of São Tomé and Príncipe's membership in the organization**
Joanna Mormul
Institute of Political Science and International Relations. Jagiellonian University, Polónia
- **Social representations of nature in Óbo natural park**
Mireia Boya Busquet
Faculty of Humanities, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona

Debate

10.45h - 11.00h. Coffee-break

2º piso, Edifício II

Auditório B 203

11.00h / 12.45h. PAINEL 9 – DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO II

Moderador: Manuel Correia, ISA-UTL

- **Cooperação descentralizada região autónoma do Príncipe – Portugal: eficiência da existência de redes de cooperação**
Ana Maria Luciano Barreira
SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, ISEG-UTL e Mover Mundos – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento
- **A eficácia da ajuda e a definição das políticas de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe**
Raquel Freitas
CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES-IUL
- **Cooperação, políticas públicas e sociedade civil na educação / formação em São Tomé e Príncipe**
António José Oliveira Martelo
CEA – Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL
- **O Projeto Escola +: Intervenção na Reforma do Ensino Secundário (2009-2012)**
Maria Antónia Barreto
CEA – Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL e Instituto Politécnico de Leiria

Debate

12.30h - 14.00h. Almoço livre

Auditório B 204 – Projeção de documentário

Tchiloli – Máscaras e mitos

Inês Gonçalves e Kiluanje Liberdade, 2009 (52 min.)

Auditório B 203

14.00h / 16.00h. PAINEL 9 – DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO III

Moderador: Alexandra Magnólia Dias, CEA / ISCTE-IUL

- **Estudo Diagnóstico das ONG's em São Tomé e Príncipe**
Carolina Cravo, Laure Londaizbehere e Sónia Sousa
FONG-STP e ACEP
- **Política externa Brasileira para S. Tomé e Príncipe: o teor político da cooperação Sul-Sul (1975-2019)**
Kamilla Rizzi
UFP – Universidade Federal do Pampa. Porto Alegre, Brasil

- **O cluster como novo instrumento para o desenvolvimento: o caso de São Tomé e Príncipe**
Sandra Silva e Carlos Sangreman
ISEG-UTL e Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, UA
- **S. Tomé e Príncipe e a Cooperação Internacional: Impacto e desenvolvimento nas finanças públicas**
Luís Quintaneiro
ESA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. ISEG-UTL
- **The gulf of guinea as a region of high priority for the U.S. Africa command (AFRICOM) – the possible role and perspectives for the democratic republic of São Tomé and Príncipe**
Robert Kłosowicz
Department of History of Diplomacy and International Policy. Institut of Political Science and International Relations. Jagielloniam University. Polónia
- **O Observatório dos Países de Língua Portuguesa (OPLOP): Apresentação e Divulgação sobre o material sobre S. Tomé e Príncipe**
Rafael Abreu
OPLOP – Observatório dos Países de Língua Portuguesa, Brasil

Debate

Sessão paralela
Auditório B 204 - Projeção de documentário
15.00h / 16.15h

Na Terra como no Céu
Inês Gonçalves, 2010 (52 min.)

Action at a distance
Paloma Paolo (29 min.)

16.00h – 16.15h. Coffee-break
2º piso, Edifício II

Auditório B 203
16.15h/18.45h. PAINEL 10 – COOPERAÇÃO BILATERAL
Moderador: Francisco Mantero, CE/CPLP

- **A Cooperação Portuguesa em S. Tomé e Príncipe**
Luís Castelo Branco
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- **As Intervenções da Cooperação Portuguesa na Educação e na Saúde**
Manuel Mendes
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- **Intervenção do IMVF em São Tomé e Príncipe**
Paulo Freitas
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr
- **Apresentação do projecto Iniciativa “novos horizontes” – formação para o desenvolvimento**
Rui Miguel Gomes Rodrigues, Lúcia Lara do Rosário Carvalho e Maria Manuela de Almeida Teixeira Nunes
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional do Seixal
- **Agência da Cooperação Brasileira (ABC)**
Representante da ABC, Brasília

Debate

Auditório B 203
18.45h. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Jorge Braga de Macedo, Presidente do IICT
Clara Carvalho, Diretora do Centro de Estudos Africanos – ISCTE-IUL
Francisco Mantero, Confederação Empresarial da CPLP e Unidade de Acompanhamento do IICT
José Cardoso Cassandra, Presidente do Governo Regional do Príncipe, São Tomé e Príncipe
Ana Cristina Roque, Representante da Comissão Organizadora

PAINEL 1

COLONIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO

Moderador • **Gabriel Mithá Ribeiro**, CEA-IUL (ISCTE-IUL)

GONÇALO PIRES AND THE EARLY INHABITANTS OF SÃO TOMÉ
OPEN ISSUES IN THE HISTORY OF STP

Andreas W. Massing • Investigador independente, Frankfurt • andmassing@aol.com

Much of what we know of the early São Tomé we owe to the observations of this mariner, who seems to have visited the island regularly. Valentim Fernandes mentions him explicitly as source for his account of São Tomé, but he also appears in several crucial documents (e.g. a petition of 1499, and letters by the king of Congo) and gives vital information on the early inhabitants of the island. The intention of this paper is to identify the groups of inhabitants which make up the early society of São Tomé and to spark further research in their origins and descent. It deals with the major groups mentioned in the sources:

- Among Portuguese: Degradados, officials, marinheiros (a transient population), family and relations of the Capitans;
- Among Africans: forros, escravos, and nobles (members of the courts neighboring African states), and finally;
- Os meninos or children of Jewish refugees of Granada;

While the governorship of A. de Caminha (1494-99) is reasonably well documented there are many lacunae in official documents e.g. royal instructions or appointment letters, in particular concerning governor F. de Mello (1499-1509?) and his sons. Portuguese family names not being adequate markers for origin or descent we must rely on genealogical research, which may hold some promise for tracing some of the ancestors of the present population. Many questions also remain open with regard to early settlement and economic patterns.

Keywords: São Tomé, Guinea Atlantic islands, history colonization, trade settlement inhabitants, jewish diaspora

NOTAS

JOÃO MENINO – COMERCIANTE OU ESCRAVO?

José Domingos Costa • Mestrando de Estudos Africanos, FL-UL • josedomcosta@yahoo.com

Referenciada nos relatos do Piloto Anónimo a presença em São Tomé de João Menino, homem muito velho”, “negro riquíssimo”, como ele se lhe refere, esta figura em sido apresentada, pela generalidade dos investigadores, como prova de que, a par dos europeus e dos “filhos da terra”, não teriam sido apenas os escravos negros trazidos do continente os únicos africanos a constituírem a cadeia de povoadores do arquipélago. Na mesma altura, de sua livre vontade, teriam vindo também outros africanos, aproveitar-se das oportunidades de negócio entretanto geradas na ilha, mormente pelo florescente cultivo da cana-de-açúcar.

Sem pretender pôr em causa as linhas de investigação seguidas anteriormente pelos historiadores que referem a existência de João Menino, nem tão-pouco as suas conclusões que lhe atribuem a condição de comerciante, é objectivo deste trabalho, caminhando noutra direcção, levantar a hipótese de este homem poder ter sido originalmente escravo e, ao beneficiar do decreto régio de D. Manuel I, assinado em 1517, conseguir a alforria e, consequentemente, a sua liberdade.

Fazendo uma breve sínteses das condições políticas, económicas e sociais que conduziram os portugueses ao povoamento da ilha e, conjuntamente com castelhanos, franceses e genoveses, interessados em investir em áreas de grande rendimento, das razões que os levaram a decidir-se pela monocultura da cana-de-açúcar, o trabalho, tendo A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI da autoria do Piloto Anónimo como fonte, e utilizando o método comum à linguística forense — que parte da hipótese menos para a mais plausível —, vai queimando etapas até restar aquela que se afigura como a de maior consistência.

Com efeito, são de tal forma escassas as informações que nos chegam sobre esta figura enigmática e difusa de João Menino — terreno fácil, portanto, para a especulação —, que só uma análise porfiada, medindo e pesando cada palavra, nos poderemos abalançar a qualquer tipo de conclusão.

Palavras-chave: piloto anónimo, João Menino, escravo, alforria

NOTAS

A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM SÃO TOMÉ AO LONGO DE QUINHENTOS

Luís da Cunha Pinheiro • Centro de História de Além-Mar (CHAM), FCSH-UL • luispinheiro08@gmail.com

A economia são-tomense quinhentista assentou na escravatura e na produção açucareira. A exploração económica de São Tomé alimentou os fluxos intercontinentais, através do investimento numa agricultura intensiva de rendimento elevado, a cana-de-açúcar, e da constituição de uma plataforma de revenda de mão-de-obra escrava, adquirida nos mercados da costa ocidental africana. Quer o açúcar, quer a maioria dos escravos eram exportados para a Europa e para as Índias onde eram essenciais, nomeadamente os escravos, para a exploração económica dos novos espaços coloniais.

Os escravos para além de uma importante força de trabalho, uma mão-de-obra indispensável para o trabalho nos engenhos, eram também uma importante “força de pressão” para os seus senhores, socorrendo-se destes para impor a arbitrariedade e para se oporem às autoridades administrativas. De acordo com Jácome Leite os escravos eram a «principal cousa nesta terra» pelo que «posto um homem na sua fazenda ou no mato fica quase isento de todas as leis» (Relatório de Jacomé Leite, 1553), o que justifica a permanente e latente conflitualidade vivida na sociedade são-tomense.

É este o contexto que subjaz à presente comunicação onde procurarei analisar a produção açucareira da ilha de São Tomé ao longo do Quinhentos, desde as primeiras tentativas de cultivo da cana até ao sucesso da sua plantação e ao seu declínio causado por factores internos e externos, fruto dos ataques dos mocambos às fazendas, dos ataques e dos saques dos franceses e dos holandeses à ilha, das pragas e à concorrência do açúcar brasileiro. Ao longo da comunicação procuraremos abordar a forma como o açúcar era produzido, em que condições, como era armazenado até ser embarcado nos navios que o transportaria até à Europa e quais os impostos a que estava sujeito.

A produção açucareira são-tomense era exportada maioritariamente para a Europa, sendo a Flandres um dos seus principais mercados. Partindo da análise dos livros de avarias dos escrivães da feitoria de Antuérpia procuraremos analisar a evolução, nos períodos de 1535 a 1572, da quantidade de açúcar são-tomense exportado para este mercado, bem como dos demais produtos que seguiam nos navios, nomeadamente o pau-vermelho e o marfim. Para além das quantidades procuraremos identificar a quem pertenciam as caixas de açúcar vendidas nestes mercados.

Em conclusão a presente comunicação procurará estudar a forma como o açúcar valorizou e possibilitou a exploração económica de São Tomé ao longo do período em análise.

Palavras-chave: açúcar, escravatura, caixas, flandres

NOTAS

SÃO TOMÉ E A AMÉRICA ESPANHOLA NO SÉCULO XVI: COMÉRCIO E ALIMENTAÇÃO DOS
ESCRAVOS A BORDO NUMA ROTA TRANSATLÂNTICA

Maria Manuel Ferraz Torrão • Centro de História, Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) •
mmanueltorrao@hotmail.com

A articulação comercial que se estabeleceu entre o império ultramarino português e o espanhol, ao longo do século XVI, através do tráfico negreiro têm sido, nos últimos anos, objecto de investigações sistemáticas, mas com um quase exclusivo enfoque na rota que ligava as ilhas de Cabo Verde e a costa da Guiné às Índias de Castela.

Contudo, esta não é uma realidade comercial que se circunscreva exclusivamente a este circuito. Da ilha de São Tomé também saíam em direcção aos portos da América Central, muitos navios carregados de escravos africanos. Existem, mesmo, registos documentais portugueses que permitem datar de bastante cedo, mais precisamente dos anos 20 do século XVI, estes primeiros despachos de africanos. Envios que se mantiveram ao longo das décadas seguintes, embora com um carácter bastante irregular, especialmente se se comparar esta realidade com o que sucedia relativamente aos envios efectuados a partir das ilhas de Cabo Verde.

Embora estas ligações entre a ilha de São Tomé e os portos da América Espanhola se expressem por um movimento mercantil mais descompassado e apresentando um volume muito inferior ao que se verificava a partir da ilha de Santiago, entendeu-se todavia relevante avaliar, igualmente, a importância de mais esta rota negreira no Atlântico, para que seja possível, cada vez mais, conhecer a realidade multifacetada do espaço atlântico quinhentista, tentando compreender as razões da hegemonia de uns circuitos sobre os outros.

A par desta abordagem, pretende-se também identificar os mercadores negreiros envolvidos nestes negócios, de forma a clarificar se se tratava ou não do mesmo grupo mercantil lisboeta que dominava o trato Cabo Verde – Índias de Castela. Procura-se, assim, compreender melhor a integração e a “especialização” de determinados indivíduos e famílias na gestão de certos tratos, neste caso particular no tráfico negreiro atlântico, no qual Portugal e os portugueses desempenharam um papel que não pode nem deve ser ignorado, mas que é premente conhecer com maior exactidão, para melhor avaliar a mais um aspecto da importância de Portugal na confluência das rotas comerciais ultramarinas.

Neste comércio há outra componente que não é possível ignorar, a da alimentação a bordo. Felizmente, a documentação disponível permite identificar a dieta alimentar dos escravos e estabelecer, inclusivamente, a equivalência entre o número de negros embarcados e as quantidades e variedades de alimentos também entrados nos mesmos navios, possibilitando gizar um estudo nutricional do regime alimentar destes africanos transferidos forçadamente de São Tomé para a América Central.

Palavras-chave: Ilha de São Tomé, América Espanhola, tráfico negreiro, alimentação a bordo, regime nutricional

NOTAS

A CIDADE DE SÃO TOMÉ NO CONTEXTO DAS CIDADES QUINHENTISTAS DE ORIGEM PORTUGUESA

Manuel C. Teixeira • Faculdade de Arquitectura, UTL • Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), ISCSP-UTL • manuelteixeira@gmail.com

O núcleo urbano de São Tomé, situado na ilha de São Tomé, foi fundado em finais do século XV e elevado a cidade em 1535. Urbanisticamente, São Tomé insere-se no tipo de cidades portuguesas marítimas, partilhando as características morfológicas destas cidades, de que constitui um dos exemplos mais interessantes.

A localização da cidade na Baía de Ana de Chaves obedece aos critérios de localização e de escolha de sítio comuns a muitos núcleos urbanos fundados a partir do século XV nas ilhas dos arquipélagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé, bem como no Brasil: baías abrigadas, com águas profundas, boa exposição solar, percorridas por ribeiras e com facilidades de abastecimento, e com acidentes naturais que criavam as condições necessárias para a sua defesa.

A cidade de São Tomé obedece a estes requisitos: uma baía abrigada, oferecendo boas condições de porto natural, com uma pendente suave, orientada a norte (dado situar-se no hemisfério sul), percorrida pela ribeira de Água Grande, e com dois cabos localizados num e noutro extremo da baía, que protegiam o porto e a cidade. Num deles, a nascente, veio construir-se a fortaleza de S. Sebastião, e sensivelmente a meio desta, numa posição elevada, o forte do Picão, os quais constituíam a estrutura defensiva da cidade.

Tal como era comum nestas cidades marítimas, que se desenvolveram nas suas primeiras fases sem o apoio de técnicos especializados – arquitectos ou engenheiros militares – que orientassem a sua estruturação, a primeira linha estruturante da cidade foi um percurso ao longo da baía, ligando ermidas localizadas nos seus extremos. Em fases seguintes desenvolveram-se outras ruas longitudinais, paralelas a esta, e ruas transversais que as ligavam.

Sensivelmente a meio desta primeira rua que seguia o contorno da baía localizava-se a torre do capitão, a primeira estrutura defensiva da cidade. É no terreiro adjacente a esta torre, junto à ribeira, que se vem construir mais tarde a Igreja de Santa Maria e a Misericórdia, passando a chamar-se de Terreiro da Misericórdia. Deste mesmo espaço saía a principal via transversal, que se dirigia para a igreja de Santo António, localizada numa posição mais elevada, consolidando-se desta forma a estrutura fundamental da cidade. Com a progressiva implantação de funções e edifícios singulares no terreiro da Misericórdia, ele ia adquirindo características de praça, tornando-se o principal espaço urbano da cidade.

Esta estrutura urbana, que encontramos também nas cidades de Ponta Delgada, nos Açores, na Ribeira Grande, em Cabo Verde, ou no Rio de Janeiro, no Brasil, constitui um modelo de cidade característico do urbanismo de origem portuguesa, de que a cidade de São Tomé faz parte. É importante que técnicos, políticos e gestores municipais e a população em geral tomem consciência desta cultura urbana comum que partilham, para além das suas especificidades próprias. O respeito por essas referências culturais, historicamente sedimentadas, evita a descaracterização urbanística e o desenvolvimento urbano segundo princípios e modelos alheios à cultura tradicional, e cria as condições necessárias para que as cidades e a sua cultura urbana sejam motores de desenvolvimento económico e social.

Palavras-chave: urbanismo, morfologias urbanas, São Tomé

NOTAS

HISTÓRIA DE UMA FAMÍLIA, HISTÓRIA DE UMA NAÇÃO: A CRIOLIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE SÃO TOMÉ

Arlindo Manuel Caldeira • Centro de História de Além-Mar (CHAM), FCSH-UNL • arlindo.mc@mail.telepac.pt

Em 1781, João Álvares de Carvalho, cónego em São Tomé, veio a Lisboa pedir a dignidade de chantre ou de arcediogo, lugares que se encontravam vagos na sé da ilha. O cónego era filho do capitão-mor Francisco de Alva Brandão e de sua mulher Teresa Álvares de Jesus. O avô materno, seu homónimo, tem uma história longa. Nasceu a bordo de um navio negreiro, filho de uma concubina do rei de Oere (Warri), vendida como escrava. Veio porém a receber toda a fortuna, que era grande, do seu pai adoptivo, João Álvares da Cunha, cuja família remontava à lendária Ana de Chaves e à primeira vaga de povoadores. Uma família que cresceu com a ilha e onde, desde cedo, se cruzaram europeus (cristãos-novos e cristãos-velhos) e africanos (escravos e não escravos).

Do lado paterno, os Alva Brandão eram também uma reputada família da ilha, embora de cepa reconhecidamente cristã-nova. Há-de ser por isso que o cónego, quando elabora a sua genealogia abonatória para o cargo que se propunha ocupar, esquece os seus ascendentes desse lado, ainda que valorizando a actuação do pai como juiz ordinário na Câmara local e como Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes. No entanto, o ramo que ele verdadeiramente destaca é o do avô materno, através do qual se considera, bisneto de D. Luís Coimbra, príncipe hereditário do reino de Oeri e de sua mulher, Teresa dos Anjos, cristãos-velhos “e porque um e outro eram pretos não cabia, naquela cor, nenhuma infecta nação nem suspeita”.

O que pretendemos nesta comunicação é, recuando na genealogia do cónego João Álvares de Carvalho e, quando necessário, avançando além da sua época, vermos, mais do que a história de uma família, a genética de uma nação. Discutiremos, a propósito, o conceito de crioulização e a validade, ou não, da sua aplicação, no seu mais lato sentido bi-direccional, ao processo de desenvolvimento da sociedade são-tomense.

Palavras-chave: São Tomé, família, diversidade cultural, crioulização

NOTAS

PAINEL 2

PATRIMÓNIO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

I

Moderador • **Cristina Udelsmann Rodrigues**, CEA-IUL (ISCTE-IUL)

II

Moderador • **Ana Vaz Milheiro**, DINÂMIA-CET (ISCTE-IUL)

CIDADE DE SÃO TOMÉ NO QUADRO DAS CIDADES INSULARES ATLÂNTICAS
DE ORIGEM PORTUGUESA

Teresa Madeira da Silva • DINÂMIA-CET, ISCTE-IUL • teresa.madeira@iscte.pt

Esta comunicação trata da evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé desde a sua génese no século XV, até meados do século XVII, através da abordagem comparativa das morfologias urbanas de quatro cidades insulares atlânticas de origem portuguesa: Funchal (no arquipélago da Madeira), Angra do Heroísmo (no arquipélago dos Açores), Ribeira Grande (no arquipélago de Cabo Verde) e São Tomé (no arquipélago de São Tomé e Príncipe).

A escolha destas cidades, dentro do contexto insular atlântico, deveu-se aos factores que lhes conferem uma maior importância em termos urbanísticos: além de outros, a localização, a dimensão, o papel que desempenharam, e as transformações que se operaram desde o período das primeiras ocupações até aos nossos dias, deram a estas cidades uma importância e um significado que, tanto em termos históricos como, em termos urbanísticos têm sido motivo de reflexão e análise para a compreensão do urbanismo português. A reflexão sobre o estudo morfológico dos núcleos urbanos atrás referidos pressupõe como hipótese de partida a ideia que é possível encontrar uma especificidade nas fundações urbanas portuguesas espalhadas pelo mundo. Neste sentido, esta comunicação centra-se na possibilidade de enunciar um conjunto de características comuns às quatro cidades e incluir a cidade de São Tomé no quadro das formas urbanas típicas estabelecidas para as cidades insulares atlânticas de origem portuguesa.

Pretende-se fazer uma reflexão acerca das características da morfologia urbana de cada uma dessas cidades desde a sua génese até ao final do século XVII de forma a fazer uma análise comparativa das mesmas e daí retirar um conjunto de características comuns acerca da forma e da evolução do traçado urbano. Assim, a análise das cidades em estudo centra-se essencialmente em diferentes aspectos tais como: a escolha da localização dos primeiros assentamentos, a evolução do traçado urbano e os elementos essenciais da morfologia do tecido urbano (estrutura de quarteirões, ruas e largos, implantação de edifícios de grande significado e pontos defensivos). Em termos gerais, para o estudo da evolução do traçado urbano das quatro cidades estabelecemos três fases de desenvolvimento: a primeira, inicia-se com a chegada dos primeiros colonos e é essencialmente marcada pela existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga. A segunda, é caracterizada pelo surgimento de um conjunto de ruas paralelas (ruas principais e secundárias), e perpendiculares à primeira (travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados. A terceira, caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e, por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula onde os quarteirões apresentam normalmente uma forma quadrangular.

O objectivo central será apreender as características que poderão contribuir para a formulação de uma, ou mais que uma, forma urbana típica para as cidades insulares atlânticas.

Palavras-chave: São Tomé, cidades insulares atlânticas, urbanismo, cidade portuguesa

NOTAS

AS CIDADES DE SÃO TOMÉ E DE SANTO ANTÓNIO, ATÉ AOS SÉCULOS XIX E XX -
ARQUITECTURA E URBANISMO

José Manuel Fernandes • Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa • jmfernandesarq@yahoo.com

Os dois núcleos urbanos do arquipélago de São Tomé e Príncipe tiveram crescimento lento, desde as respectivas fundações proto-quincentistas. Do ponto de vista urbanístico, seguiram e mantiveram ao longo dos séculos XVI a XVIII um padrão tradicional, dentro do modelo da cidade de origem portuguesa da fase medievo-renascentista.

O aglomerado inicial da cidade de São Tomé deve ter prosperado assente quer nos engenhos de açúcar, quer nas actividades portuárias e de tráfico. O singelo núcleo central cedo se definiu, estruturado nas edificações de suporte das essenciais funções civis e religiosas (Torre do Capitão, depois possivelmente originando o actual Palácio do Governo; igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, sucessivamente reconstruída, a poente da torre, e junto à ribeira; e a igreja e hospital da Misericórdia, entre a torre e a baía).

Podem mencionar-se, dentre os edifícios e monumentos da cidade mais representativos dos séculos XVI a XVIII, algumas igrejas e capelas, bem como fortificações. Porém, dado o acidentado processo histórico da ilha, a maior parte destas obras ou entrou em ruína ou foi reconstruído, perdendo em muitos casos, o carácter e o estilo e desenho originais.

Os edifícios principais da cidade reflectiam no século XIX a sua singeleza urbana: a Sé, com se disse, era um modesto edifício de frontão triangular, ladeado por duas torres, em meados do séc. XIX, conjunto formal que terá perdurado até aos anos 1950 – quando a fachada foi remodelada, sendo as torres alteadas. As outras igrejas e as fortalezas da cidade datavam de épocas anteriores, como se referiu atrás. As arquitecturas mais correntes, de habitação e de lojas comerciais, tipificavam-se no modelo dominante, apresentando dois pisos e avarandados cobertos e corridos, sobre a fachada – os quais ainda hoje são visíveis nos quarteirões da área mais central da urbe.

Na cidade, e edificadas olhando sobretudo a suave baía de Ana Chaves, encontram-se algumas arquitecturas representativas de Novecentos, desde obras do Modernismo características dos anos 1930-40 em Portugal, à Arquitectura Moderna dos anos 1950-60. Mas a dominante é a dos edifícios tradicionais, sucessivamente alterados e modernizados.

A povoação de Santo António do Príncipe apresenta ainda hoje um traçado regular (talvez com origem numa provável reforma urbana da época pombalina), com uma retícula que inclui: uma pequena praça, central (com a câmara e a torre da antiga igreja matriz); a rua do Rosário, ligada à praça no sentido sul-norte (com a igreja do Rosário no extremo sul); e ainda uma outra praça ajardinada, a norte, junto ao mar).

Palavras-chave: cidade de São Tomé, arquitecturas séculos XVI, XVII e XVIII, arquitecturas século XIX, arquitecturas século XX, cidade de Santo António do Príncipe

NOTAS

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E O TRABALHO DO GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL (1944-1974)

Ana Vaz Milheiro • DINÂMIA-CET, ISCTE-IUL, Departamento de Arquitectura, UAL • avmilheiro2@gmail.com

No quadro colonial português da segunda metade do século XX, o urbanismo e a arquitectura de promoção pública destinados a São Tomé e Príncipe seguem as directrizes de outros projectos realizados em Lisboa para os territórios ultramarinos. Uma análise da sua evolução permite elencar as políticas de Obras Públicas do governo central para o Ultramar. Esta produção urbanística e arquitectónica é essencialmente realizada no âmbito do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), criado ainda durante a Segunda Guerra Mundial por Marcelo Caetano, então ministro das Colónias. O Gabinete de Urbanização Colonial é um núcleo de projecto urbano e de arquitectura, dependente do Ministério das Colónias, e associado ao quadro político e administrativo do Estado Novo. Com a revisão constitucional de 1951, passa a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), alterando novamente a sua composição em 1957 quando entra em acção a Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), sob jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC). O GUC é lançado em Dezembro de 1944 com “um carácter de organismo comum a todas as colónias de África” (Dec. nº34:173, 06/12/1944: 1167) e começa a trabalhar oficialmente no primeiro dia do ano seguinte. Posteriormente, a sua acção amplia-se às restantes províncias ultramarinas da Índia Portuguesa, Macau e Timor. O objectivo de Marcelo Caetano é que, para lá dos planos urbanísticos, sejam igualmente confiados aos seus técnicos, “os estudos [...] dos problemas da habitação nas regiões tropicais e dos edifícios hospitalares” (Ibidem). Constituído por engenheiros e arquitectos, e tendo por consultor um especialista em higiene tropical e climatologia, é inicialmente chefiado por um engenheiro de minas, Rogério Cavaca. Funciona em Lisboa, primeiro na Alameda D. Afonso Henriques, transferindo-se depois para a sede do Ministério do Ultramar no Restelo. Os projectos são solicitados pelos governadores dos territórios coloniais ou directamente pela tutela. A sua produção acompanha igualmente os ciclos impostos pelos quatro planos de fomento que arrancam em 1953, simultaneamente na metrópole e nas regiões ultramarinas. São Tomé e Príncipe, sendo um território não confrontado com a guerra colonial, irá contudo receber um conjunto de obras da responsabilidade dos profissionais do Gabinete que reflectem as diferentes fases da cultura de projecto que é desenvolvida por este organismo até à revolução de Abril de 1974. Esta cultura manifesta-se nos programas e nas opções estéticas tomadas ao longo dos 30 anos de actuação destes arquitectos. Fiel ao espírito da sua fundação, o início do Gabinete caracteriza-se pelo domínio dos programas de habitação para funcionários públicos e de equipamentos básicos, nomeadamente na área da saúde. O momento é igualmente marcado pelo aperfeiçoamento de uma imagem arquitectónica inspirada na arquitectura tradicional portuguesa, de modo a garantir uma ligação afectiva à metrópole.

Durante a primeira parte dos anos de 1950, assiste-se ao aprofundamento de programas específicos. As novas tipologias programáticas são desenvolvidas dentro de um espírito racional, ainda que as concretizações se definam pela monumentalidade imprimida às fachadas e resultante das configurações volumétricas dos edifícios. Implementa-se uma “arquitectura de representação” adaptada aos trópicos que se consolida como imagem da produção do Gabinete, a exemplo da antiga Escola Técnica Silva Cunha, actual Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe. Internamente existe uma opção estilística próxima da seguida em obras similares na metrópole apesar dos ajustamentos, que tornam os projectos mais eficazes face ao clima e às exigências programáticas coloniais. Na segunda metade da década, dá-se início à actualização dos seus profissionais através da frequência de cursos de especialização em instituições estrangeiras, equiparando o seu conhecimento técnico, às práticas arquitectónica e urbanística de outras regiões tropicais. A década de 1960 é assinalada pela reconfiguração das funções do Gabinete, transformado em Direcção de Serviços. Os trabalhos de consultoria aumentam, principalmente para as regiões de Angola e Moçambique, progressivamente mais autónomas na produção projectual. Em São Tomé e Príncipe, a dificuldade em fixar técnicos nas repartições provinciais – designadamente arquitectos – vai manter alguma regularidade na encomenda aos profissionais da DSHU da DGOPC. Desta fase destacam-se os projectos de alojamento para as populações locais (Três tipos de moradias económicas, Alfredo Silva e Castro/DSUH_DGOPC, 1964), ou as escolas-tipo a serem disseminadas pelo arquipélago. Da produção realizada no período colonial, uma parte muito significativa encontra-se ainda em uso pelas populações, sendo o seu estudo e levantamento essencial na compreensão da história comum dos dois países, Portugal e São Tomé e Príncipe. A investigação encontra-se ainda numa fase de levantamento, tendo por base o projecto “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitectónica”, de que sou Investigadora Responsável (Referência FCT: PTDC/AURAI/104964/2008). Espera-se cumprir uma visita de levantamento de alguns dos imóveis e situações urbanas, a São Tomé, entre 19 e 27 de Janeiro 2012.

Palavras-chave: arquitectura luso-santomense, Gabinete de Urbanização Colonial, Estado Novo

O CASO PIONEIRO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO PANORAMA DA SALVAGUARDA DOS MONUMENTOS PORTUGUESES ULTRAMARINOS DURANTE O ESTADO NOVO

Vera Félix Mariz • Instituto de História da Arte, Faculdade de Letra, Universidade de Lisboa • verinhamariz@hotmail.com

O Estado Novo (1933-1974), enquanto regime nacionalista e imperialista, entendeu o secular património arquitectónico ultramarino, como um testemunho triunfal da legitimidade portuguesa nos territórios além-mar. Todavia, o estado de conservação dos monumentos portugueses ultramarinos, na década de 50 do século XX, consequência do trinómio tempo-desconhecimento-incúria, tornou-se paulatinamente mais crítico e desprestigiante, à semelhança do que acontecia com a legitimidade do imperialismo. Assim, surgiu a necessidade de sublinhar a licitude do colonialismo português, recorrendo ao desenvolvimento de um abrangente projecto de salvaguarda patrimonial, cuja complexificação acompanhou, sistematicamente e conscientemente, a emergência dos movimentos independentistas.

O caso da valorização e intervenção patrimonial em São Tomé e Príncipe, durante o colonialismo estadonovista, é incontornável. Isto, tanto numa perspectiva histórica, política e social, entendendo este fenómeno como uma manifestação de ocupação e legitimação imperial, como, evidentemente, numa linha cultural e histórico-artística, na medida em que o património arquitectónico construído é, invariavelmente, contextualmente comprometido e extraordinariamente dotado de uma eloquência memorial.

A incontornabilidade do caso de salvaguarda patrimonial dos monumentos de São Tomé e Príncipe prende-se, sobretudo, com o pioneirismo adjacente. Isto porque, data de 1958 – ano do Decreto nº 41: 787 que, pela primeira vez durante a ditadura civil, incumbiu o Estado e, particularmente, a Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ultramar, do inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos de além-mar – o início do desenvolvimento de um projecto centralizado de salvaguarda patrimonial ultramarina, começando, exactamente, com o caso de São Tomé e Príncipe. Efectivamente, logo em 1958, foi o próprio Director do Serviço de Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Arquitecto Luís Benavente, quem se deslocou ao arquipélago, com a incumbência de identificar uma igreja que se encontrava em ruínas, vindo a ser reconhecida como a renascentista Madre Deus, bem como proceder à recuperação da fortaleza de São Sebastião.

Incumbido do estudo, apenas, destes dois testemunhos memoriais da história colonial portuguesa, Benavente acabou por proceder, não só, à sua recuperação, como ao levantamento do restante, embora desconhecido, património arquitectónico de São Tomé e Príncipe.

Na sequência desta missão inaugural, a qual contribuiu indiscutivelmente para um crescente de sensibilização do arquitecto, e do Estado, face aos monumentos ultramarinos, aquele desenvolveu, em 1960, um documento pioneiro na história da salvaguarda patrimonial, propondo regulamentação para a classificação do património de além-mar.

Com esta comunicação, pretendemos demonstrar a impossibilidade de compreender o programa de salvaguarda do património arquitectónico ultramarino, desenvolvido durante o Estado Novo, sem analisar o projecto gizado, a partir de 1958, para São Tomé e Príncipe. Simultaneamente, este estudo irá permitir a divulgação de um aspecto reduzidamente conhecido da história de São Tomé e Príncipe, ainda que seja na sua génese, nos seus monumentos, que encontramos um dos mais eloquentes testemunhos memoriais da vida deste arquipélago.

Afinal, apesar da sua pequena dimensão, este arquipélago foi, efectivamente, o primeiro foco de atenção da política colonial de salvaguarda patrimonial, servindo, claramente, como fundamental foco de desenvolvimento de todo um complexo programa que seria, até 1974, alargado até aos restantes territórios portugueses ultramarinos.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, salvaguarda patrimonial, Luís Benavente, política colonial

NOTAS

AS ROÇAS DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE:
A UNIDADE E DIVERSIDADE NA CARACTERIZAÇÃO
DE UM MODELO ÍMPAR DE PATRIMÓNIO AGRÍCOLA MUNDIAL

Rodrigo Maria Carvalho Rebelo de Andrade • Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto •
rebelodeandrade.rodrigo@gmail.com

Duarte Maria Rebelo de Andrade de Pape • Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto • duartepape@gmail.com

As roças de São Tomé e Príncipe, enquanto património agro-industrial constituem no seu conjunto um dos maiores exemplos que importa discutir e analisar com fim de se encontrarem medidas que levem à sua consequente salvaguarda e valorização. A compreensão deste património decorre do entendimento das características e dos modelos que as identificam enquanto conjunto, abarcando simultaneamente os factores que as tornaram estruturas agrárias particulares e diversas dentro da sua amostra global.

Os autores pretendem, através de um inventário a 32 (trinta e duas) estruturas agrárias, apresentar o património arquitectónico das roças, os valores de unidade e diversidade através do conhecimento da sua organização, programa e tipologias nas suas diferentes escalas e dimensões.

A roça, enquanto estrutura urbana, tendo sido o principal motor de desenvolvimento deste arquipélago nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XX, apresenta no contexto das ilhas atlânticas, vários factores comuns no processo de ocupação e colonização, quer com os arquipélagos da Madeira e Açores, quer com as ilhas de Cabo Verde. Entre esses factores encontramos como exemplo a introdução de uma de população livre e de uma população de escravos e o desenvolvimento impulsionado pela introdução de culturas agrícolas e ciclos produtivos e que importa comparar.

A análise da escala territorial permite compreender a diferente matriz de implantação das estruturas na ilha de São Tomé e na Ilha do Príncipe. Consequentemente, a compreensão da organização e dimensão das diversas empresas agrárias, as suas fronteiras e o modo como a relação estabelecida entre as sedes e suas dependências definiu e influenciou a criação das suas redes viárias, ferroviárias e portuárias. A análise da organização interna da roça, permite compreender que o fenómeno da roça, nas suas múltiplas variáveis programáticas, partia do “Terreiro” o seu espaço central e orientador.

Assumindo maioritariamente a forma rectangular o “Terreiro”, podia conter várias formas e estruturas: sob um eixo orientador, designando-se “roça-avenida”; sob diferentes cotas com dois ou mais terreiros dando maior dinamismo e denominando-se “roça-cidade”; ou sob a forma quadrangular, encerrando as quatro frentes, a “roça-terreiro”.

Esta escala permite constatar a sua diversidade programática, que embora contenha uma matriz idêntica através das componentes Habitacional, Assistencial e Agrícola, os seus elementos principais e comuns como a Casa Principal, Sanzalas, Hospitais, Escolas, Secadores e Armazéns não definiam por completo o programa individual de cada estrutura encontrando assim elementos tão específicos quanto fornos de cal, depósitos de água, aquedutos, praças de touros, torres sineiras, pombais, teleférico de transporte de mercadoria entre outros que as remetendo para a temática actual da sustentabilidade e auto-suficiência. Estes factores permitiram gerar estruturas muito diversas que devido à sua dimensão, função e implantação apresentam uma amostra vasta e rica.

Por fim, a escala arquitectónica, permitindo compreender cada estrutura enquanto unidade particular no universo global das roças; as suas características arquitectónicas particulares, processos construtivos e materiais de cada componente. Encerrando e apresentando numa abordagem geral e comparativa as estruturas agrárias notáveis e marcantes não apenas no seu território mas também na sua memória e identidade.

Palavras-chave: roça, território, arquitectura, património, inventário

NOTAS

A ROÇA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DESÍGNIO E PROJECTO

Hugo Machado da Silva • Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto • hugomachadodasilva@gmail.com

Sérgio Fernandez • Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto • atelier15@gmail.com

O processo de colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe não se caracteriza, na sua essência, pela originalidade ou por uma especificidade decorrente das suas características geográficas ou climatéricas. De um modo geral, pode-se afirmar que a metodologia de apropriação do território ocorreu de acordo com o que havia já sido testado e ensaiado, pelos portugueses, noutras regiões insulares do Atlântico. No entanto, a introdução da cultura do café e mais tarde do cacau, resultaria na implantação no território de soluções de vanguarda, quer a nível dos métodos de produção quer a nível da materialização dos assentamentos, que tornaram possível um intenso processo de transformação destas ilhas, transformando-as num singular e pertinente caso de estudo dentro do universo do património arquitectónico de origem portuguesa.

Os assentamentos agrícola-industriais de São Tomé e Príncipe dedicados à produção do café e do cacau, comumente denominados de roças, definem redes hierarquizadas de aglomerados agrícolas, em que os elementos são pensados e desenhados para desempenhar uma função específica e onde cada elemento ou edifício constitui uma peça chave num elaborado mecanismo que visava a maximização de produção, com o intuito de servir o propósito do projecto colonial.

A investigação em curso procura debruçar-se sobre o processo evolutivo deste território que se caracteriza, não só pela adaptação de métodos e modelos des/conhecidos do universo português a uma realidade concreta, mas também a uma realidade socioeconómica em constante mutação. Em suma, pretende-se demonstrar que as explorações não resultam de um desígnio prévio, assente em modos e práticas de construção experimentadas noutras geografias, mas de todo um processo evolutivo, que se estende durante décadas, que alia esses mesmos modos e práticas a uma geografia específica, a diferentes momentos de investimento, à introdução de novas técnicas e infra-estruturas de produção e a determinantes convulsões sociais.

A investigação procurará deste modo entroncar-se numa discussão mais ampla do “Luso-Tropicalismo”, que interpreta a arquitectura portuguesa no mundo como processo adaptação às mais variadas realidades geográficas, climáticas e culturais. Deste modo, investigação terá como campo de reflexão mais alargado os padrões de ocupação e estruturação dos territórios ultramarinos portugueses, a importância entre civilização, paisagem e património, recuperando algumas das temáticas que lhe são próprias como a inteligência do lugar, a compatibilização entre racionalidade e organicidade, e a exploração dos recursos locais.

Através do estudo a várias escalas pretende-se ainda demonstrar que este processo evolutivo é transversal desde a macro escala do território, pela associação de roças (sedes e dependências) e introdução de infra-estruturas de comunicação, até à escala do assentamento, pela mutação de padrões de implantação, introdução de infra-estruturas de apoio e alteração dos métodos e materiais de construção. Partindo do princípio que as soluções, estratégias e lógicas arquitectónicas encontradas variam consoante a empresa responsável pela sua materialização, a presente comunicação procurará abordar diferentes casos de estudo na tentativa, não só de caracterizar cada processo evolutivo, mas também, de estabelecer relações, de variantes e/ou invariantes, entre os diferentes modelos adoptados no território.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, aglomerados agrícolas, roça, cacau, café

NOTAS

REGENERAÇÃO DAS ROÇAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
HERANÇA E APROPRIAÇÃO, DESAFIOS E POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Ana Silva Fernandes • Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, FA-UP • ana.sfernandes@gmail.com

Manuel Fernandes de Sá • Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, FA-UP • arq.mfs@gmail.com

Rui Fernandes Póvoas • Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, FA-UP • rpovoas@arq.up.pt

O território de São Tomé e Príncipe, profundamente marcado por uma colonização que incidiu na exploração agrícola extensiva, herdou as estruturas e mecanismos desenhados para esse propósito de optimização da produção: as empresas agrícolas - roças - constituíram não só laboratórios de experimentação de culturas e depuração de soluções técnicas, como também a base de estruturação da paisagem física e humana. Estas estruturas testemunham assim os progressivos passos da luta de manipulação do território, da experimentação e da procura da vanguarda tecnológica para superação de desafios entrepostos à acção humana.

Na actualidade, as Roças constituem a materialização de uma extensa memória, que abarca não só o projecto colonizador, mas principalmente todos os meios e relações mobilizados na sua concretização e na sua subsequente apropriação e readaptação: o contributo dos trabalhadores, a busca de estratégias de optimização para os problemas encontrados, as opções de configuração e desenho do espaço, ou os mecanismos da sua transformação no contexto de autonomia pós-colonial, configuram um extenso património físico e humano.

A independência e as estratégias políticas que marcaram os diferentes períodos da governação da nova Nação, introduziram alterações radicais na estrutura socioeconómica São-tomense, assim como na sua estrutura fundiária e no regime de propriedade. Da nacionalização das propriedades agrícolas operada no seguimento da sua independência, até à reforma agrária doze anos mais tarde que propõe a distribuição de terras pelos trabalhadores das extintas empresas (PNUD, 2008: 54), produzem-se mutações não só no uso do solo, mas também na forma como o espaço e as estruturas arquitectónicas são vividos. De complexos desenhados para a optimização da produção agrícola, as Roças passaram a aldeias improvisadas. Com a transição de empresas agrícolas com gestão centralizada e mão-de-obra extensiva, para as parcelas de exploração autónoma, alteram-se as relações sociais, as rotinas laborais e as necessidades habitacionais, de que são reflexo as adaptações e apropriações operadas no edificado. E essas alterações, processando-se num contexto de dificuldades económicas e escassez de recursos, têm assumido contornos de precariedade. Actualmente, quase oitenta por cento das habitações localizadas em meio rural, das quais grande parte se situa em contexto de roça, são consideradas “básicas”, ou seja, sem as condições mínimas de habitabilidade (INE, 2003: 10). A provisão e o acesso a infra-estruturas básicas ou a equipamentos de apoio são também frágeis, estando grande parte das estruturas herdadas em avançado estado de degradação.

De forma a identificar constrangimentos e capacidades, o trabalho de investigação em curso incide na análise das mutações sofridas pelas roças e dos mecanismos de apropriação dos edifícios herdados, no levantamento das características e estado de conservação do património arquitectónico, e ainda na sua interacção com relações sociais.

Assim, a presente comunicação tem como intuito apresentar parte dessa pesquisa, analisando a herança colonial, as mutações pós-independência e o seu impacto na actual conformação do território e do património arquitectónico, identificar necessidades contemporâneas e mecanismos para a sua colmatação e, por fim, lançar a discussão em torno desses desafios e potenciais para o desenvolvimento.

Palavras-chave: património, roças, apropriação, reabilitação, desenvolvimento

NOTAS

O FUNDO FRANCISCO MANTERO (FFM)
E A CONSTRUÇÃO DE SABERES RELATIVOS A S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Ana Canas • Arquivo Histórico Ultramarino, IICT • ana.canas@iict.pt

José Sintra Martinheira • Arquivo Histórico Ultramarino, IICT • jose.martinheira@iict.pt

Pretende-se evidenciar: as singularidades do fundo de arquivo privado Francisco Mantero, doado ao Instituto de Investigação Científica Tropical e sob custódia do Arquivo Histórico Ultramarino, dele dependente; a trajetória custodial deste fundo e à documentação em reconhecimento no AHU, bem como a identificação dos produtores de documentos, sobretudo do âmbito empresarial (roças, companhias e sociedades) e de família (respectivos núcleos, membros e relações de parentesco) e caracterização de funções e actividades, nomeadamente económicas, políticas e sociais. Outros aspectos a ter em conta serão a expressão e diversidade da correspondência privada neste fundo de arquivo e natureza, frequentemente única, dos respectivos conteúdos informativos; o significado e consequências da presença e da ausência de documentação associada ao FFM, no AHU/IICT e em outras entidades detentoras, incluindo de S. Tomé e Príncipe; a relevância do FFM para o conhecimento deste país, no contexto africano e num contexto global, em especial das dinâmicas laborais, de produção e comercialização do cacau e de outros produtos agrícolas, da constituição das roças e da evolução da propriedade, e ainda da dinâmica política, no quadro da administração colonial portuguesa entre as últimas décadas do séc. XIX e o início da década de 70 do séc. XX.

Potencialidades e limites da identificação preliminar de agregados documentais no interior do FFM: organicidade, vozes e silêncios. Conservação de arquivos privados pelos seus produtores e sucessores, e critérios, mais assumidos, ou menos, de selecção da documentação a conservar: dimensão probatória, para efeitos legais, de certos documentos, e variabilidade de usos ao longo do tempo; aleatoriedade e vontade na construção de memórias. Vicissitudes históricas, comportamentos sociais e atitudes políticas face a arquivos coloniais públicos e privados, em particular em Portugal.

Dilemas no tratamento documental do FFM: gestão de condicionantes externas e procedimentos técnicos. Identificação e imperceptibilidade de classes originais, classificação provisória de documentos e contigências de uma abordagem preliminar à documentação. Opções de organização da documentação e dos elementos de descrição e impacto nos modos de comunicação de conteúdos informativos, no acesso aos documentos, nas estratégias de pesquisa neles baseadas e na produção de conhecimento. A neutralidade comprometida da intervenção arquivística e a exigência científica de conferir inteligibilidade a codificações e estruturas de descrição, viabilizando formas de verificação externa desse compromisso.

Palavras-chave: arquivo, Francisco Mantero, memória, Portugal, S. Tomé e Príncipe

NOTAS

OS ARQUIVOS DE SÃO TOMÉ E DO PRÍNCIPE, UM PATRIMÓNIO A SALVAGUARDAR

Joaquim Abílio Ferreira Machado • Arquivo Nacional da Torre do Tombo • joaquim.machado@antt.dgarq.gov.pt

Maria de Lurdes Henriques • Arquivo Nacional da Torre do Tombo • mlhenriques@gmail.com

Maria Teresa Plantier Saraiva • Arquivo Nacional da Torre do Tombo • teresa.saraiva@antt.dgarq.gov.pt

As missões realizadas ao Príncipe:

1 – As condições dos Arquivos de São Tomé e do Príncipe, sob o ponto de vista físico e do tratamento arquivístico.

2 – Os fundos à sua guarda, nomeadamente, da administração central e regional e os fundos das roças, cuja importância, nunca é demais realçar.

3 – Conteúdos informativos.

Perspetivas de uma intervenção urgente e necessidade de formação de recursos humanos.

Palavras-chave: arquivos, património: património material e imaterial, património arquivístico comum, memória e história, língua portuguesa, roças, sustentabilidade, recursos humanos, formação

NOTAS

PAINEL 3

COLONIALISMO MODERNO

Moderador • **Kiluange Tiny**, NTA

CHOCOLATE AND THE PORTUGUESE ATLANTIC COLONIES:
THE INTRODUCTION OF CACAU & PLANTATION LABOR SYSTEMS INTO SÃO TOMÉ, 1815-1910

Timothy D. Walker • Associate Professor of History, University of Massachusetts Dartmouth • twalker@umassd.edu

Theobroma cacao, or cocoa, originated in the Amazon River basin of South America. Though they did not popularize chocolate consumption among Europeans, Portuguese colonists in Brazil used slave labor (native Americans and Africans) to collect and cultivate a highly lucrative cacao crop from the sixteenth to the nineteenth centuries. When Brazilian independence loomed, Portuguese authorities became the first to transplant not only the cacao plant to West African colonies, but also an entire slave-based plantation system for cacao production that endures to the present day. The destinies of millions of African workers were shaped by the transatlantic dissemination — and vast expansion in production of — cacao under Portuguese colonial rule.

This work will explore the connection between cocoa and slavery across the Portuguese Atlantic sphere. Further, the presentation will discuss the nexus within the Portuguese Atlantic maritime colonial network of these two important early nineteenth century commodities: slaves and chocolate. Portuguese planters and colonial officials expanded the cocoa industry in the Atlantic; eventually Brazil and West Africa would become the world's leading cacao production zones. The paper will focus particular analysis on the transplant of cocoa plantation systems from Brazil to São Tomé, and on consignments of slaves and cacao tree cuttings exchanged across the Atlantic, destined for the production of chocolate (resulting in great profits that accrued in Lisbon and London). The Portuguese accomplished this Afro-Brazilian exchange in the early nineteenth century, at a time when abolition movements had already begun to gain traction in Europe and North America.

I intend to demonstrate that, although chocolate consumption burgeoned while demand for slaves diminished (due to abolition) throughout most of the Atlantic World, cacau grown in Portuguese-speaking enclaves helped to perpetuate forced labor systems in the Atlantic, even into the twentieth century. I will close with comments about the role of British abolitionism in redirecting the flow of compelled laborers within the Lusophone African and Atlantic island colonies (Cape Verde, Angola, Guiné, Mozambique and São Tomé and Príncipe), and the role of British chocolate confectioners in curbing labor abuses in the Portuguese African colonies.

Keywords: chocolate, portuguese, atlantic colonies, cacau, plantation labor, São Tomé

NOTAS

EVOLUÇÃO DO PAPEL DAS MULHERES NAS ROÇAS DE SÃO TOMÉ

Maria Prats Ferret • Departament de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona • maria.prats@uab.cat

Este trabalho tem como objetivo estudar as mudanças na vida diária e no trabalho das mulheres nas roças de São Tomé e Príncipe durante o século XX. Estas mudanças sociais e de gênero nas plantações têm sido menos estudadas que outros aspectos relacionados com a vida política do arquipélago. Para estudar esta questão são utilizadas principalmente fontes secundárias, complementadas por fontes de arquivos e trabalhos de campo da autora em São Tomé.

A data de 1875 é significativa na história de São Tomé e Príncipe, sendo a data em que foi abolida a escravidão. Isso deu origem a sucessivas crises de mão de obra que as ilhas têm sofrido, assim como a um período de trabalho forçado não muito diferente quanto às condições de trabalho. A situação das condições de trabalho nas plantações e a hostilidade da população para com o trabalho agrícola continuaram ao longo do século XX, mesmo na era pós-colonial, que reproduziu os métodos de gestão e organização do trabalho das fases anteriores.

Neste contexto, estou interessada em analisar a evolução da estrutura da população por sexos e em particular a evolução do papel e a participação das mulheres na agricultura das roças. O desequilíbrio na proporção da população por sexos tem sido uma constante na história do povoamento de São Tomé e Príncipe. A partir de meados do século XX essa desproporção diminuiu como resultado do menor fluxo de imigração, predominantemente do sexo masculino. Este desenvolvimento não reflete o que acontece com o trabalho nas plantações, onde pode ser observada uma tendência para a feminização. As condições de vida foram se deteriorando e os homens migram para a cidade ou para o exterior.

Em segundo lugar temos a intenção de explorar as condições de vida e de trabalho das mulheres. A divisão do trabalho por sexos é um dos aspectos da vida nas roças que tem mais continuidades ao longo do tempo. Não existem argumentos sólidos para além da tradição, mais muitas tarefas são claramente definidas e atribuídas a homens e mulheres, como mostram as histórias de testemunhas, relatórios e documentos gráficos. As diferenças salariais entre homens e mulheres, bem estabelecida inicialmente, e mais tarde teoricamente inexistentes, também é observada repetidamente ao longo do tempo. Várias razões concorrem para justificar isso. É com base nas tarefas atribuídas aos sexos, assim como outros aspectos do papel cuidador e reprodutor que desenvolvem as mulheres e das relações de poder no mundo das roças.

Olhando para o futuro da investigação, pretende-se comparar esta evolução com a situação atual e desenvolvimentos mais recentes neste importante sector da economia e da vida de São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: agricultura, roças, mulheres, gênero

NOTAS

DESENVOLVIMENTO SANTOMENSE NA PERSPECTIVA DE EZEQUIEL DE CAMPOS (1900-1910)

Teresa Nunes • Instituto de História Contemporânea, IHC-UNL • sousa.nunes@sapo.pt

O objectivo deste trabalho reside sobre as análises formuladas por Ezequiel de Campos acerca do arquipélago santomense, das suas potencialidades e das debilidades da economia insular, um esforço sistemático efectuado no decurso da primeira década do séc. XX. Este labor, divulgado na província e na metrópole através dos mecanismos institucionais mas também na imprensa periódica, culminava num conjunto amplo de soluções elaboradas em vésperas da implantação da República. Essas, inscritas nos domínios económicos e sociais, procuravam resolver alguns dos problemas estruturais do arquipélago, na perspectiva ezequieliana, a saber a debilidade da estrutura demográfica com impacto na disponibilidade da mão-de-obra, as dificuldades/custos da produção impostos pelas características orográficas do território, a insalubridade das ilhas e a insuficiência de recursos característica dos centros urbanos. No entanto, as mesmas propostas incidiam ainda sobre as opções económicas associada às formas de cultura dominantes e ao regime de propriedade, sobre as consequências do alargamento das áreas do cacau e os efeitos ambientais perniciosos, previstos para breve prazo, com repercussões drásticas nos rendimentos obtidos na província. Ao fazê-lo, o autor aumentava o coro da contestação surgida em torno do paradoxo santomense, uma simbiose devida à coexistência da prosperidade – a gerada pelas condições naturais das ilhas particularmente ajustadas às culturas do café e sobretudo do cacau – e da miséria – a que assistia às populações, africana e europeia, sempre exíguas e condicionantes em face das necessidades de crescimento de S.Tomé. Tal circunstância resultante de factores múltiplos como a desatenção da metrópole pelo império, particularmente expressiva no caso de S. Tomé onde o incumprimento das funções adstritas à potência colonizadora adquiria repercussões externas devido à polémica sobre os Serviços e ao boicote inglês ao cacau santomense. No entanto, o estado “selvagem” das ilhas do Golfo da Guiné decorria igualmente do distanciamento entre as roças e respectivos detentores, comumente residentes na metrópole, cenário preferencial para a aplicações dos rendimentos obtidos no espaço insular.

Certamente, não era propósito de Ezequiel de Campos, como dos demais republicanos seus coevos em S.Tomé, impulsionar um processo de autonomização das ilhas; contudo, a avaliar pelas premissas basilares do pensamento ezequieliano para a economia santomense, o crescimento do arquipélago dependia de uma descentralização alargada, nos domínios administrativo, financeiro e fiscal, acompanhada de uma política metropolitana favorável aos interesses comerciais da província, traduzida na revisão das pautas alfandegárias e do fim dos privilégios concedidos à empresa nacional de navegação. Por outro lado, assentava igualmente numa mudança de regras e critérios subjacentes à nomeação do governador provincial com o propósito de quebrar a inoperacionalidade do cargo associada quer à incompetência dos nomeados, quer ao desconhecimento sobre o território quer ao período reduzido no exercício de funções quer, por último, à estrutura institucional vigente, caracterizada pela depreciação do contributo a prestar pela colónia na administração dos seus interesses. Estes implicava, por seu turno, o aproveitamento dos recursos energéticos da ilha, a alteração no regime de monocultura, a valorização da pequena e média propriedade e a promoção das indústrias insulares com o propósito de reduzir a dependência do mercado externo e fortalecer as estruturas económicas santomenses, aspirações cuja prossecução atribuída, desde 1908, ao fim da monarquia constitucional e o advento da era republicana de modernização transversal do país na sua dimensão tricontinental.

Palavras-chave: desenvolvimento económico, colonização portuguesa, I República

NOTAS

A REPATRIAÇÃO DOS “ANGOLAS” - OS PRIMEIROS ANOS (1912-1914)

Maciel Santos • Centro de Estudos Africanos (CEAUP), Universidade do Porto • maciel999@yahoo.com

Na década imediatamente anterior à I Guerra Mundial, o consumo do cacau cresceu intensamente nos países industrializados, tornando-se um alimento integrante da dieta das classes médias e trabalhadoras. O comércio desta mercadoria tornou-se deste modo susceptível de lucros acima da média e ocasionou, como seria de esperar, tentativas de cartelização, até porque a relação entre produtores e vendedores de cacau tinha entrado numa fase de concentração. Três territórios, entre os quais se contava a colónia portuguesa de S. Tomé e Príncipe, concentravam a produção e um grande mercado redistribuidor – Hamburgo – controlava a distribuição.

Foi neste contexto que se desenvolveu a famosa questão internacional do “slave cocoa”, cujo objectivo era alterar o recrutamento de trabalho para as plantações de S. Tomé e Príncipe. Ao contrário do que pretendiam os roceiros portugueses, esta campanha começou afastada dos interesses cacaueiros: partiu de grupos de pressão filantrópicos ingleses, estava associada à política partidária britânica e a Grã-Bretanha não era o principal comprador do cacau português. Em 1912, a campanha centrava-se na questão do repatriamento dos trabalhadores de Angola, que na sua maioria tinham sido comprados como escravos.

Há no entanto, relações objectivas entre vários dos fenómenos que tocavam o cacau de S. Tomé e os seus trabalhadores. O objectivo desta comunicação é apresentar alguns desenvolvimentos até agora pouco articulados entre si: as estatísticas da repatriação, as tentativas internacionais de cartelização e o consequente aproveitamento da evolução interna e internacional pelo lobby cacaueiro portugueses .

Palavras-chave: trabalho forçado, cartel, S. Tomé e Príncipe

NOTAS

O ESTATUTO DE CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE DURANTE A ÉPOCA COLONIAL. UMA COMPARAÇÃO

Gerhard Seibert • Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), ISCTE-IUL • mailseibert@yahoo.com

A liberal Constituição Portuguesa de 1822 considerou como cidadãos todos os habitantes do Império Português. No início do século XX, o regime colonial introduziu em Angola, Moçambique e na Guiné o regime de indigenato que classificava como indígenas a grande maioria da população nativa destas colónias africanas. Apenas uma pequena minoria era elevada à condição do assimilado, um nativo que podia usufruir de direitos reservados para os brancos. Em contraste, os habitantes dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe nunca foram formalmente submetidos ao estatuto discriminatório do indigenato. Contudo, por razões económicas e raciais, o regime colonial também discriminou entre os dois arquipélagos crioulos. Reconhecendo uma particularidade de Cabo Verde, justificada com uma maior mestiçagem e proximidade de Portugal, os seus habitantes foram explicitamente reconhecidos como cidadãos, em 1947. Contrariamente, no caso de São Tomé e Príncipe, valorizado sobretudo como economia de plantação, ainda em 1953, discutia-se a aplicação do estatuto de indigenato à toda população nativa deste arquipélago. Os receios dos são-tomenses, que ocuparam uma posição intermediária na hierarquia colonial, de serem equiparados com os trabalhadores indígenas nas plantações de café e cacau estiveram na base do Massacre de Fevereiro de 1953 em São Tomé quando, à ordem do governador Carlos Gorgulho (1945-1953) foram mortos inúmeros ilhéus inocentes e indefesos. Apenas depois dos acontecimentos sangrentos, em Julho de 1953, o regime colonial reconheceu também os são-tomenses formalmente como cidadãos. Um tratamento privilegiado de Cabo Verde repetiu-se em 1961 quando o regime colonial estava disponível a conceder ao arquipélago o estatuto de região adjacente, uma consideração nunca feita no caso de São Tomé e Príncipe. Esta comunicação visa analisar os vários motivos que levaram o regime colonial a discriminar entre os são-tomenses e os cabo-verdianos.

Palavras-chave: sociedades crioulas, legislação colonial, estatuto de indigenato, discriminação racial, economia de plantação

NOTAS

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE N' "O MUNDO PORTUGUÊS"

Sérgio Neto • Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), UC • sgdneto@gmail.com

A Revista O Mundo Português, significativamente subintitulada de “cultura e propaganda/arte e literaturas coloniais”, e que se fez publicar entre 1934 e 1947, teve um papel decisivo na afirmação da “mística imperial” propugnada pelo regime de Salazar, numa demonstração plena da “política do espírito” encetada pelo recém-criado Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), outro esteio do Estado Novo. Na verdade, as suas páginas revelaram-se um consumado veículo de propaganda, nelas figurando os mais diversos géneros literários, assim como uma série de iniciativas culturais destinadas a filtrar uma certa visão do colonialismo português. Um colonialismo que se pretendia diferente dos outros, porque supostamente mais humanitário e fundado em muitos séculos de contacto com o Outro. Um colonialismo que, ainda sem abraçar a teoria luso-tropical do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, começava a reconhecer algumas virtudes aos processos de miscigenação operados em terras de além-mar. Mas, acima de tudo, um olhar estereotipado, exótico e triunfalista, sem dúvida tributário do axioma “saber para dominar”.

Partindo da informação presente nesta revista, e de outras publicações periódicas congêneres, pretende-se traçar um retrato do arquipélago de São Tomé e Príncipe dos anos 30 e 40. Esta análise adoptará, em primeiro lugar, uma perspectiva de comparação com as demais ex-colónias portuguesas, a fim compreender a importância do referido arquipélago no espaço ultramarino luso. Depois, serão passadas em revista as opiniões, comentários, sugestões e posições acalentadas e desenvolvidas por viajantes, literatos, artistas, ideólogos, gente das ciências sociais, entre outros, que consagraram os seus escritos ao arquipélago. Finalmente, estas leituras serão cotejadas com o ideário oficial presente noutras publicações contemporâneas, tendo como objectivo descortinar a imagética assumida por São Tomé e Príncipe perante o olhar do colonizador. Imagética da terra e dos seus homens e mulheres. Imagética da cultura local e das actividades das ilhas. Imagética, enfim, de um período decisivo na história do arquipélago, que antecedeu a luta pela independência.

Palavras-chave: colonialismo, ideologia colonial, miscigenação, Mundo Português

NOTAS

FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA COLONIAL: A ESTRUTURA OCULTA (1946-1974)

Luís Filipe Madeira • Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior • lmadeira@ubi.pt

O interesse dos projectos de investigação que se fundam no estudo dos recursos financeiros alocados à concepção e execução de políticas públicas reside fundamentalmente na adopção de critérios quantitativos de análise que conferem objectividade ao processo de avaliação das políticas governamentais. No entanto, para que as finanças públicas sejam um instrumento eficaz de pesquisa, dois pressupostos têm, necessariamente, de se verificar: a contabilidade pública tem que, por um lado, registar as receitas e as despesas de modo a que o registo não obscureça a natureza dos fluxos e, por outro lado, os registos devem ser o reflexo fiel do volume de meios financeiros mobilizados pelo governo e pela administração pública durante o ano fiscal.

Ora, no que concerne São Tomé e Príncipe, tudo indica que a contabilidade pública colonial dos anos 1945-1974 não satisfaz estes critérios mínimos de rigor. Embora todos os estudos até hoje consagrados às políticas públicas deste período pressuponham que os fluxos inscritos nas contas de exercício do arquipélago reflectem com honestidade o volume e a natureza dos meios financeiros utilizados pela administração colonial, uma análise detalhada da contabilidade pública do Estado Novo revela que os documentos financeiros oficiais de São Tomé e Príncipe não só organizam de modo pouco transparente as despesas e as receitas públicas como, mais grave ainda, não registam a totalidade dos meios financeiros que foram indispensáveis à administração colonial. Neste contexto, para que as contas oficiais de São Tomé e Príncipe possam tornar-se num instrumento adequado de estudo das políticas públicas levadas a cabo pelo regime colonial, uma prévia correcção dupla é imprescindível.

Com efeito, dado que o modelo contabilístico adoptado pelo Estado Novo era pouco resistente à manipulação, uma primeira correcção consistirá na submissão dos fluxos financeiros inscritos nas contas oficiais do arquipélago a princípios alternativos de organização contabilística – um processo que permitirá denunciar o carácter artificial do milagre financeiro de Salazar, em terras de São Tomé e Príncipe. No entanto, o real desequilíbrio das finanças públicas coloniais são-tomenses é bem mais grave do que a simples correcção dos fluxos oficiais poderia fazer supor. Na realidade, dado que uma fracção significativa das receitas e despesas indispensáveis à governação colonial não se encontra inscrita nas contas do arquipélago, uma segunda correcção das contas oficiais em função dos fluxos não registados nos documentos financeiros são-tomenses permitirá, pela primeira vez, revelar a verdadeira origem das receitas, a efectiva natureza das despesas e a real dimensão dos desequilíbrios financeiros que caracterizaram a governação colonial de São Tomé e Príncipe.

Por fim, o padrão de alocação dos recursos financeiros às diferentes políticas promovidas pelo governo colonial, após a dupla correcção proposta, revela uma hierarquia de prioridades políticas completamente distinta da que, tendo sido propagandeada pelo regime colonial, continua a dominar o inconsciente colectivo e a historiografia relativa a São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: finanças públicas, contabilidade criativa, política colonial

NOTAS

PAINEL 4

CIÊNCIA COLONIAL E HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Moderador • **Jorge Braga de Macedo**, ACL e IICT

COCOA EMPIRE: AGRICULTURAL SCIENCE AND FORCED LABOUR IN THE COLONIAL WORLD

Marta Macedo • Interuniversity Center for the History of Science and Technology, CIUHCT-UL • marta.cdm@gmail.com

São Tomé and Príncipe's political and economical importance, during the first decades of the 20th century, extended well beyond the realm of Portuguese sovereignty. The archipelago's plantations were responsible for 20% of the world's cocoa output, and, more decisively, were supplying the international market with high quality industry-suited seeds. It was Portuguese colonial cocoa that enabled, in a first phase, the mass production of British, German and American chocolate.

This paper will focus on the way São Tomé's cocoa became such a desired commodity. It will try to illuminate the long and hard process that contributed to the production of a standardized cocoa and the way in which the farm's scientific rationalization and the technological devices to discipline the workers' bodies constituted two interdependent parts of a single agricultural, economic and political system of colonial exploitation. São Tomé's plantations became sophisticated laboratories where new forms of plant and seed control were tested alongside a modern oppressive labour regime. The study also aims at showing that the production of agricultural knowledge and the definition of racial hierarchies, depended, chiefly, on the negotiation and cooperation between imperial powers and on a variety of very concrete material practices that defined the plantation's daily routine, established both by Portuguese and foreign experts. The circulation of São Tomé's agricultural procedures, economies of scale, seeds, forced labour, and management expertise to Cameroon's cocoa plantations, highlights how those apparently obscure islands became critical nodes in a network of colonial scientific culture, essential for the European political control and economic domination of Africa.

Keywords: agricultural science, forced labour, circulation of scientific knowledge

NOTAS

UMA GEOGRAFIA DO EQUADOR: A ILHA DE SÃO TOMÉ DE FRANCISCO TENREIRO (1961)

Francisco Roque de Oliveira • Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa • f.oliveira@campus.ul.pt
Xavier Muñoz i Torrent • Associação Caué – Amigos de São Tomé e Príncipe • asscaue@saotomeprincipe.eu

Em 1961, o geógrafo Francisco Tenreiro (1921-1963) publicou na colecção “Memórias” da Junta de Investigações do Ultramar a dissertação de doutoramento em Geografia que apresentara nesse mesmo ano à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: *A Ilha de São Tomé (Estudo Geográfico)*. Incontestavelmente a mais importante obra da sua breve mas intensa carreira académica, este trabalho representou a quarta monografia de uma ilha atlântica produzida pela escola de Geografia de Lisboa e a primeira que esta mesma escola dedicou a um território insular africano de clima equatorial. Tendo presente a originalidade do percurso científico de Tenreiro – o mais sociológico dos geógrafos portugueses da sua geração – analisamos aqui o modo como este facto se manifesta na estrutura e no conteúdo de uma obra coerente com as preocupações da análise e da descrição regionais inauguradas na transição do século XIX para o século XX pela Geografia Humana clássica de matriz vidaliana. Simultaneamente, indagamos as práticas institucionais que favoreceram a sua elaboração, num contexto marcado pela omnipresença das preocupações africanas na investigação científica colonial portuguesa. A identificação do lugar específico que esta obra ocupa no “largo horizonte das curiosidades tropicais” da discreta Geografia portuguesa da época, conduzir-nos-á a um inquérito paralelo à Geografia colonial francesa e espanhola, os dois âmbitos europeus de produção científica que mais vínculos teceram com a Geografia praticada em Lisboa no momento em que Tenreiro descreveu a fisionomia de São Tomé. Como último ponto de inquérito, avaliamos as possibilidades e os limites da recuperação para um contexto contemporâneo da natureza, da metodologia e dos objectivos do exercício de Geografia regional legado por Tenreiro.

Palavras-Chave: São Tomé, Francisco Tenreiro, geografia tropical, geografia regional, Escola de Geografia de Lisboa

NOTAS

MISSÕES GEODÉSICAS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Paula Cristina Cunha Santos • IICT, Instituto de Investigação Científica Tropical • paula.santos@iict.pt

Após alguns trabalhos preliminares efectuados em 1915 pelo Governo Central sob proposta do então capitão dos portos, tenente da armada Álvaro Martha, o Conselho de Administração dos Portos e Viação aprovou por unanimidade o projecto de se proceder a trabalhos geodésicos, hidrográficos e topográficos nas ilhas de S. Tomé e Príncipe. Para a realização dos trabalhos geodésicos e topográficos foi criada uma missão geodésica cuja direcção foi entregue ao capitão de mar e guerra, Gago Coutinho. Na Ilha do Príncipe estes trabalhos tiveram lugar uma década mais tarde e foram realizados pela Missão Geo-Hidrográfica de S. Tomé e Príncipe. Criada por iniciativa do governador, primeiro tenente da marinha José Duarte Junqueira Rato, a Missão foi chefiada pelo capitão tenente João Augusto Capelo sob a direcção técnica da Comissão de Cartografia.

A cobertura geodésica da Ilha de S. Tomé é composta por triangulações de 1^a e 2^a ordens integrando os ilhéus, Rolas, Sete Pedras e Cobras, e uma rede de poligonais percorrendo as estradas principais. Na Ilha do Príncipe, a malha geodésica compõe-se de uma triangulação principal e, apoiada nesta, uma secundária, destinada a cobrir a parte norte da ilha. Fizeram-se observações astronómicas para a determinação da latitude em seis pontos da ilha, escolhidos de maneira a apresentarem uma média, tanto quanto era possível prever, liberta da forte irregularidade da vertical. A determinação da latitude no ilhéu das Rolas, mostrou que o equador passa lá e não entre ele e a ilha de S. Tomé, como até aí se julgara.

Enquanto se desenrolavam os trabalhos geodésicos, recolheram-se os elementos cartográficos para a publicação da carta. A escala adoptada para o levantamento foi de 1/25000. As cartas de S. Tomé e da Ilha do Príncipe foram publicadas em 1921, pela Comissão de Cartografia, nas escalas 1/50000 e 1/30000 respectivamente.

Nos anos sessenta foram ainda publicadas para S. Tomé cinco folhas na escala 1/25000 e, por redução desta série, uma folha na escala 1/75000, e para a Ilha do Príncipe duas folhas na escala 1/25000. Para o apoio geodésico foram aproveitadas as triangulações estabelecidas por estas duas Missões. O apoio cartográfico foi efectuado pela Missão Hidrográfica de Angola e S. Tomé que, de 1954 a 1958 e em 1960 se ocupou do respectivo levantamento. Foram ainda utilizados os elementos obtidos por estereorestituição da fotografia aérea realizada pela empresa Artop em vôos efectuados em 1955.

Nesta comunicação apresentam-se os trabalhos geodésicos realizados por Gago Coutinho, para a elaboração da carta da Ilha de S. Tomé, que o próprio condensou num relatório, considerado o mais completo trabalho de geodesia sobre os países ultramarinos outrora sob administração portuguesa, e os realizados sob sua orientação para a elaboração da carta da Ilha do Príncipe.

Palavras-chave: geodesia, cartografia, Gago Coutinho

NOTAS

GAGO COUTINHO E OS TRABALHOS DE CAMPO EM SÃO TOMÉ

Rui Miguel da Costa Pinto • Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo • rcostapinto@netcabo.pt

Procuraremos demonstrar a importância dos trabalhos realizados na delimitação de fronteiras coloniais e de geodesia em São Tomé e Príncipe e de como os seus resultados, fruto de uma intensa observação astronómica, conduziram à retificação da linha do equador.

A Missão Geodésica de S. Tomé e Príncipe que se estendeu de Setembro de 1915 a Maio de 1918 teve como objetivo proceder ao levantamento de cartas, na escala 1/25.000, das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

A sua permanência na Ilha de S. Tomé possibilitou um melhor conhecimento da realidade nas roças adivinhando-se alguma perturbação junto dos seus proprietários por uma eventual alteração no traçado dos limites das mesmas.

O trabalho de Gago Coutinho possibilitou a modificação e correção de alguns instrumentos de campo junto de fabricantes estrangeiros proporcionando, em futuros trabalhos de campo, maior precisão nos cálculos.

O relatório entregue em 1919 e publicado em 1920 foi considerado o mais completo trabalho de geodesia produzido até então, com projeção internacional.

O seu trabalho seria reconhecido anos mais tarde com a colocação de um marco comemorativo no ponto mais alto de São Tomé.

Palavras-chave: Gago Coutinho, fronteiras, São Tomé, geodesia

NOTAS

VISUALIZING A NEW LAND:
THE CARTOGRAPHY OF SÃO TOMÉ FROM DISCOVERY TO THE 20TH CENTURY

Robert Garfield • Department of History, DePaul University, Chicago, Illinois, USA • rgarfiel@depaul.edu

When the Portuguese discovered the islands of the Gulf of Guinea in the late 15th Century, one of their major needs was to visually fix the islands, both in relation to the African mainland and in regard to their individual physical layout. This was not as easy as it seemed; the cartographic arts were poorly developed before the 19th Century, and simply coming to terms with wholly new lands presented an intellectual, as well as cartographic, challenge. In the case of São Tomé, it took nearly 500 years before accurate representation of the island could be fully accomplished.

This paper surveys the attempts by cartographers over nearly five centuries to accurately map São Tomé. It shows that real islands and wholly mythic islands, such as those imagined by Jonathan Swift and by early, anonymous, map-makers, were equally challenging when it came to placing them on a map that could be used by navigators, settlers or invaders. The paper includes maps from many sources — Portuguese, French, Dutch — across nearly five hundred years. It shows how certain visual conventions [e.g., that São Tomé was round, or that it lay athwart the Equator] gradually gave way to more accurate and precise mapping. The maps used in the paper, and shown in the presentation, come from rarely-seen files in the Portuguese archives, from collections in the Dutch national archives, and from the Bibliothèque National in Paris, as well as from books and pamphlets of the 16th through 19th Centuries.

The paper concludes that the accurate mapping of new lands was not just a technical problem, but also involved the ability of people to accept the reality of newly-discovered places and to fit them into a physical and mental framework. Even for a small and physically constrained place such as São Tomé, this was a challenge that took a long time to be successfully met.

Keywords: São Tomé, cartography, geography, maps

NOTAS

A INVESTIGAÇÃO AGRONÓMICA EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE DURANTE A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA

J. E. Mendes Ferrão • Prof. Cat. Jub. de Agronomia Tropical, Instituto Superior de Agronomia

O autor faz um enquadramento muito breve da evolução das atividades agrícolas nas ilhas após o seu povoamento até chegar à criação, em 1876, de um lugar de Agrônomo no quadro do funcionalismo do território, chama a atenção para a insuficiente preparação deste técnico em «assuntos coloniais» e penúria de meios que aí lhe foram fornecidos para exercer a sua atividade e para a euforia que se vivia no território com os preços fabulosos conseguidos com a exportação do cacau e a dificuldade de introduzir inovação técnica num conjunto de administradores de Roças tecnicamente impreparados sob o ponto de vista agrícola, ufanos dos resultados que obtinham e os donos das Roças em Lisboa satisfeitos como os resultados.

Passa-se em revista o período das «derrubadas» e das quedas vertiginosas da produção de cacau e das medidas tomadas para resolver o descalabro que se estava a verificar. Indicam-se algumas missões de cientistas que a convite das Empresas ou contratados pelo Estado procurando averiguar causas das quebras de produção que se verificaram e os conselhos que deram e os ouvidos surdos da maioria dos administradores da época.

As dificuldades na vida agrícola das ilhas durante os anos seguintes, a falta de trabalhos científicos apontando-se alguns sobretudo na área da tecnologia do cacau, considerado um dos mais bem preparados no mundo.

Refere-se a influência de diplomados em Agronomia entre alguns proprietários e administradores locais, abrindo caminho para uma melhor aceitação da ciência e algumas das iniciativas que tomaram na experimentação orientada sobretudo no aumento da produção de cacau.

A representação dos agricultores pedindo providências e a proposta da criação de um Centro de Investigação Agrária nas ilhas, de caráter privado e suportado basicamente pelos agricultores. A criação da Brigada de S. Tomé e Príncipe da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar e aspectos básicos do trabalho que realizou em termos de investigação e experimentação. A criação da Brigada de Fomento agropecuário de S. Tomé e Príncipe e a investigação e experimentação realizadas, virada não apenas para as grandes empresas mas também para os pequenos agricultores.

Palavras-chave: investigação agronómica, administração colonial

NOTAS

PAINEL 5

PÓS COLONIALISMO E DIÁSPORA

Moderador • **Gerhard Seibert**, CEA-IUL (ISCTE-IUL)

OS CONSTRANGIMENTOS DA ECONOMIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO PÓS-COLONIAL

Armindo de Ceita do Espírito Santo • CESA/ISEG-UTL, Direcção de Finanças de Lisboa – Serviço de Inspeção Tributária • asceita@dgc.min-financas.pt

O presente artigo aborda, em termos breves, os constrangimentos de ordem sociocultural e institucional ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-independência, os quais são geradores de rupturas e importantes bloqueios ao seu processo de desenvolvimento e de redução da pobreza.

O texto começa por indagar sobre o ambiente social em que se estruturaram os valores culturais dos forros são-tomenses no período colonial, de maneira a compreender os factores culturais que parecem dificultar o processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-independência.

Por outro lado, o artigo procurará discutir, muito brevemente, o efeito da ruptura social que ocorreu no séc. XIX, com o regresso de europeus ao arquipélago, e que conduziu à despromoção social da elite forra que governava o arquipélago e a consequente perda da sua identidade cultural, no processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-independência. No fundo, pretende-se questionar por que razão a nova elite forra, que emergiu na sequência do processo da independência e que comanda os destinos do país, não foi capaz, até hoje, de promover o seu desenvolvimento sustentável no período mais recente. Adoptando antes um comportamento neopatrimonialista e lutas constantes entre os elementos da elite política pelo acesso ao poder para acumulação de riqueza pessoal o que inviabiliza a busca de consensos para definir uma linha de rumo para orientar o desenvolvimento do país com vista à redução da pobreza das pessoas. Um tal ambiente constituiu oportunidade para o florescimento do empresariado informal da área urbana cujos agentes lutam pela sobrevivência, inventando formas de vida, de maneira a escapar de uma condição de pobreza ainda mais deprimente.

Este trabalho é elaborado tomando em consideração o caso de Cabo Verde que, no período pós-independência, apresenta um relativo avanço em termos de desenvolvimento em relação a S. Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: desenvolvimento, empresário informal, ambiente cultural

NOTAS

AS PULSÕES NA POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Augusto Nascimento • IICT, Instituto de Investigação Científica Tropical • anascimento2000@yahoo.com

À distância, parecerá difícil interpretar os múltiplos e, até, antagónicos significados das escolhas eleitorais em São Tomé e Príncipe em 2010 e 2011, de modo algum redutíveis às proposições políticas, mormente dos candidatos a mandatos políticos. Fornecendo indicações para várias leituras, os resultados eleitorais no arquipélago denotam uma aparente contradição, uma clivagem, um ziguezague à primeira vista pouco expectável.

Nesta comunicação, centrada na trajectória recente do arquipélago, pretende-se traçar hipóteses explicativas para um quadro político, até há pouco caracterizado pela instabilidade e no qual a observância formal dos mecanismos de decisão e de legitimação coexiste com práticas que têm conferido uma nota de especificidade à recente evolução política.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, cultura política, história contemporânea

NOTAS

EXPRESSÕES DE PERTENÇA E DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL ENTRE OS SÃO-TOMENSES
RESIDENTES EM PORTUGAL

José Manuel Sobral • Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-UL • jose.sobral@ics.ul.pt
Ester Costa Alegre • ester_costalegre@hotmail.com

A identidade nacional continua a ser um importante facto social numa época marcada por contactos sem precedentes entre as diversas áreas mundiais, que são ao mesmo tempo um resultado e um pilar do que se designa como globalização, que, para alguns, viria a redundar no seu enfraquecimento. Entre estes contactos contam-se as migrações que têm levado a uma grande deslocação das populações dos países mais pobres para os mais abastados.

Nesta comunicação propomo-nos abordar as expressões da identificação nacional no contexto específico dos naturais de S. Tomé e Príncipe residentes em Portugal e que para aqui imigraram depois da independência desta antiga colónia portuguesa. O nosso objectivo consiste, em por um lado, tratar de examinar as expressões de identificação nacional e mostrar por que meios os sentimentos de ligação a S. Tomé e Príncipe são reproduzidos. Por outro, em utilizar esta análise dos sentimentos de pertença nacional dos são-tomenses para testar a pertinência de diversas abordagens recentes do nacionalismo e da sua importância no presente. Entre outros aspectos, propomo-nos analisar: a relação entre identidade nacional e identidade étnica ou regional; a relação entre identidade nacional, identidade individual e as experiências da vida transnacional, bem como a incidência do chamado nacionalismo à distância; a reprodução do nacionalismo banal na interacção quotidiana, através de uma multiplicidade de práticas – da troca de informações à comida – que mantêm viva a memória do país natal; o papel das instituições – associações de imigrantes, embaixada – dos meios de comunicação e de vários tipos de comemorações e festividades na sustentação da identidade nacional. Será prestada uma atenção especial ao modo como a identidade nacional (são-tomenses) se constrói e reproduz na interacção com o Outro Significante – neste caso a sociedade portuguesa.

A base da nossa pesquisa reside em informações recolhidas através da observação etnográfica conduzida nos últimos anos em convívio com são-tomenses residentes na Área Metropolitana de Lisboa e em particular membros da ACOSP ou aqueles que frequentam a sua sede e as actividades que promove, complementadas por entrevistas realizadas a são-tomenses dos dois sexos e de várias camadas etárias.

Ao examinar estes processos de identificação nacional, iremos ter em conta a distinção entre estatutos legais como os de cidadania – pois muitos naturais de S. Tomé e Príncipe são cidadãos portugueses – e nacionalidade, no sentido de identificação com uma terra natal. Finalmente, iremos abordar, a partir deste estudo de caso, algumas das razões que explicam a persistência das identificações nacionais em situações de Diáspora.

Palavras-chave: identidade nacional, nacionalismo à distância, nacionalismo banal, diáspora

NOTAS

SER IMIGRANTE, SER MULHER, SER MÃE:
DIÁSPORA E INTEGRAÇÃO DA MULHER SÃO-TOMENSE EM PORTUGAL

José Caldas • Centro de Investigação e Intervenção Educativas, FPCE-UP • jcaldas@fpce.up.pt

Lígia Moreira Almeida • Centro de Investigação e Intervenção Educativas, FPCE-UP • ligia_almeida@fpce.up.pt

Os imigrantes são-tomenses, particularmente as mulheres, na sua diáspora em geral enfrentam, muitas vezes, dificuldades na integração precoce (devido a barreiras intrínsecas e externas), mas ao longo do tempo e entre as gerações, o processo de integração é geralmente bem sucedido. Os principais mecanismos identificados como facilitadores desse processo foram a aquisição de cidadania/nacionalidade (tempo de permanência em Portugal), e gradual adopção da língua, cultura e costumes da sociedade de acolhimento, permitindo o desenvolvimento de uma participação social activa e cada vez mais adaptada.

Portugal tem mostrado forte compromisso em melhorar a integração dos imigrantes através de políticas inclusivas, favorecendo a legalização e aquisição de dupla cidadania (quando o país de origem o permite) e de reagrupamento familiar, apresentando uma lei extremamente inclusiva em termos de políticas de integração comparativamente com a União Europeia, nomeadamente no que respeita ao livre acesso aos cuidados de saúde de mulheres grávidas e mães recentes. No entanto, da lei à prática, há uma série de lacunas que concorrem para piorar sistematicamente os indicadores de integração e saúde da população imigrante, nomeadamente a são-tomense.

Este estudo que agora apresentamos é o resultado da recolha de informação privilegiada obtida entre o contingente imigrante feminino, maioritariamente dedicado a exercer atividades domésticas, independentemente da situação documental, com residência na área metropolitana do Porto através de entrevistas semi-estruturadas com membros da Associação Cívica de São Tomé, tendo-se obtido perspectivas muito diferentes. Da investigação que continua em curso, pode já apontar-se que a maioria das queixas contam com aspectos não abrangidos na legislação, que facilitam a interpretabilidade da lei e a sua usurpação por parte de quem recebe os imigrantes. Por outro lado, a crescente burocratização associada às Instituições que o Estado Português disponibiliza para superintender e regular a entrada e integração dos imigrantes em território nacional tem vindo a ser extremamente danosa, particularmente para estes atores sociais, vincando nos seus percursos de vida as dificuldades e vulnerabilidades decorrentes do processo migratório. Através de procedimentos legais cegos às histórias individuais, aos objectivos pessoais, às intenções de concretização de projectos, à superlativa vontade de estudar e trabalhar para o progresso e melhoria das condições de vida, muitos são-tomenses vêm-se forçados a regressar ao país de origem. Levam consigo a frustração que é conceber a destituição de si mesmos como cidadãos do Mundo, resultante de erros administrativos e lapsos informáticos, numa encruzilhada legislativa, em busca de documentação e vistos de permanência. Outros permanecem nas sombras da ilegalidade, na coragem de quem não desiste. Uma vez destituindo-se também eles da sua própria cidadania, distanciando-se da consciencialização reflexiva de si mesmos, outras vezes trabalhando, “lutando, lutando e vencendo. Caminhando a passos gigantes na cruzada dos povos africanos” (“sic” Hino Nacional da República de São Tomé e Príncipe), em Portugal.

Palavras-chave: imigrante, mulher, são-tomense, mãe, diáspora

NOTAS

HOMENS ‘HONESTOS’ – MULHERES ‘DIGNAS’: A IMPORTÂNCIA DOS VALORES ENTRE MIGRANTES SÃO-TOMENSES NA GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS EM CONTEXTOS PÓS-COLONIAIS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Sónia Ramalho • CRIA-pólo FCSH-UNL • soniaramalho@fcsh.unl.pt

Pesquisas recentes acerca das formas de organização e participação cívica de mulheres imigrantes têm contribuído para questionar a produção de estereótipos baseada em construções culturais, bem como para evidenciar certas estratégias no combate a desigualdades de género, a situações de vulnerabilidade material e de exclusão social, desafiando, de certo modo, a invisibilidade das mulheres na esfera pública.

Esta apresentação tem como objectivo analisar inter-penetrações entre espaços domésticos e espaços públicos, aqui entendidos como contíguos, comparando trajectórias de sociabilização de homens e mulheres de origem são-tomense com conexões, simultaneamente, inter-locais e transnacionais. A reflexão que aqui propomos inscreve-se numa pesquisa exploratória conduzida em 2008/2009 que assentou, parcialmente, numa comparação inter-geracional da participação cívica de alguns grupos de mulheres são-tomenses, residentes num bairro na Área Metropolitana de Lisboa com uma das maiores concentrações populacionais de migrantes de origem são-tomense. O trabalho de terreno e a realização de entrevistas com uma vertente biográfica conduzidos na altura foram retomados no início de 2011, com vista ao aprofundamento da pesquisa, desta vez, com o intuito de identificar algumas diferenças de género.

Em que medida é que a participação no espaço público – protagonizada em espaços associativos, religiosos, políticos, etc – constitui uma plataforma de mobilidade para os migrantes são-tomenses? Que tipo de constrangimentos impõe ao nível da sua agencialidade? Como é que essa participação e certos capitais sociais são manejados face a situações de vulnerabilidade emocional e material? Que efeitos geram em contexto transnacional? Que diferenças encontramos no tipo de actividades, expectativas e valores imbricados nas construções culturais dos papéis de homens e mulheres? Como é que os filhos e filhas destes migrantes se diferenciam, em termos dos seus discursos e práticas, das gerações anteriores?

Palavras-chave: género, participação cívica, transnacionalismo, São Tomé e Príncipe

NOTAS

PAINEL 6

LITERATURA E CULTURA

I

Moderador • **Cátia Miriam Costa**, UE

II

Moderador • **Inocência Mata**, FL-UL

MEMORY AND IDENTITY IN
FORT S. SEBASTIÃO AND FERNÃO DIAS, SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE

João Sarmento • Geography Department University of Minho, Centre for Geographical Studies, University of Lisbon • j.sarmento@geografia.uminho.pt

This paper attempts to unpack meanings related with two stone monuments – a Fort built in colonial times and a memorial built in a postcolonial context – and with the geographical, economical and political contexts in which São Tomé and Príncipe is presently living. I analyse in detail the sixteenth century built São Sebastião Fort, in São Tomé city, providing an extensive descriptive view/visit/stroll of the National Museum established there in 1976. I argue here for a centrality of the Fort as a material site that can critically contribute to the dynamics of São Tomean identity. I then discuss how under the rational of modernisation, progress, creative destruction and gusts of neo-colonialism that destabilise landscape and public memory, one of the most significant monuments of the independence struggle – Fernão Dias Monument – was recently demolished. The destruction of this monument and the hypothetical construction of a new one highlight the complicated and entangled nature of memory, where the commemoration of the past has been silenced and is hostage of the inevitable and relentless pace of the neoliberal project. My aim in presenting these stories is to sketch connections between places, to unravel some of the interpretation and representation performances of the past and explain how the construction of multiple temporalities and spatialities is inscribed in a colonial present, but open to postcolonial critique and acts of remembrance, and possible de-colonisation projects.

The materials collected for the construction of this chapter derive from archival work in Lisbon (mainly the National Archive of the Torre do Tombo – ANTT) and STP (mainly the Historical Archive of STP), and especially from fieldwork in São Tomé in early 2010, which included various performative perspectives on Fort São Sebastião and the National Museum, visits to Fernão Dias Plantation and Monument, informal interviews with various people, and visits to other key sites.

Keywords: postcolonialism, heritage, identity, Fort Sebastião, Fernão Dias

NOTAS

A CULTURA DE ESCRITA NO QUOTIDIANO AFRICANO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA FASE COLONIAL TARDIA

Frank-Ulrich Seiler • Investigador independente, Lisboa • frank-ul.seiler@hotmail.de

Integrada na área dos estudos sobre a escrita, esta comunicação é parte de uma investigação, ainda em fase inicial, que pretende dar um modesto contributo para a “biblioteca africana” de São Tomé e Príncipe. Trata-se de uma tentativa de se aproximar da cultura de escrita alfabética no quadro da vida quotidiana africana nos anos finais do colonialismo português, em STP.

Ao longo dos tempos coloniais e ainda depois, a escrita alfabética constitui um elemento central no discurso colonial da alegada superioridade ocidental em termos culturais, entre outros. Este funda-se na invenção da inferioridade cognitivo-intelectual africana. O pós-guerra suscita uma forte resposta africana a esta presunção que refuta as suas asserções, mostrando as bases ideológicas e, num teor afro-nacionalista, valoriza e defende os modos orais e simbólicos de comunicação como formas características africanas.

Na nossa abordagem partimos dum conceito de cultura de escrita amplo que enquadra o ambiente discursivo, as instituições políticas, religiosas e socioculturais e os agentes sociais, sendo estes “literati” ou não. Dirigimos a investigação à compreensão dos diversos elementos constituintes dessa cultura, i.e., os seus atores, os suportes materiais e imateriais, a sua organização e interação social com os demais modos culturais de comunicação.

Encontramo-nos numa fase histórica que, por um lado, se caracteriza por uma tentativa de modernização do sistema colonial em STP, com o seu impacto pesado nas condições da população africana, i.e., as camadas da sociedade afro-crioula, urbana ou rural, como também os trabalhadores forçados africanos, sobretudo nas roças, estes oriundos de longínquas paragens em África. Por outro lado, as ideias anticoloniais do continente africano e de outros sítios têm as suas repercussões também nos estratos sociais africanos em STP o que se manifesta no seu quotidiano de diversas maneiras.

É neste contexto comunicacional e histórico, em que procuramos entender qual o significado da escrita alfabética na evolução comunal e individual dos agentes africanos e o seu impacto em STP colonial.

Palavras-chave: São Tomé & Príncipe, colonialismo português tardio, cultura de escrita, quotidiano africano

NOTAS

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. UM LABORATÓRIO ATLÂNTICO:
DIÁSPORAS E DINÂMICAS LITERÁRIAS

Joseph Abraham Levi • The George Washington University • jalevi21@gwu.edu

Após uma breve, porém necessária, digressão pelos diferentes géneros de literatura oral são-tomense, neste trabalho concentrar-nos-emos na produção literária das Ilhas do Nome Santo antes, durante e depois da independência (1975). Apesar de, óbvia e inevitavelmente, o arquipélago possuir características com ecos em outras literaturas africanas, lusófonas e não — *primae inter pares* as de Cabo Verde e da Guiné-Bissau — São Tomé e Príncipe possui uma literatura (oral, escrita e híbrida) que a destaca das suas congéneres africanas, lusófonas em particular. Os intercâmbios transatlânticos entre o século XIV e o século XX também deixaram um marco indelével na produção literária dessa jovem nação africana. A deslocação e subsequente colonização europeia e o tráfico transatlântico (parte do mais abrangente comércio triangular), assim como as Diásporas e i(migrações) transcontinentais — impostas ou voluntárias — influenciaram os vários géneros e motivos literários são-tomenses, sobretudo os contos e as representações teatrais, talvez os melhores exemplos do encontro e da miscigenação de mais de duas culturas e línguas a unir três continentes. Consequentemente, o contacto polivalente entre todos os lados e todas as latitudes do mundo atlântico teve a sua contrapartida ao nível cultural. A literatura são-tomense, em língua portuguesa e/ou nos vários crioulos de base lexical portuguesa falados no arquipélago, é talvez fundamental para desvendarmos as dinâmicas que — durante quase cento e vinte lustros, na Europa e em África, e mais de cem lustros para as Américas — atraíram, repeliaram e uniam três continentes e os seus habitantes.

Palavras-chave: crioulos, diáspora(s), literatura (oral/escrita), miscigenação, teatro

NOTAS

O AUTO DE FLORIPES DO PRÍNCIPE E DO MINHO –
PARALELO ENTRE AMBOS, COM MAIOR INCIDÊNCIA NO PAPEL DA PRINCESA TURCA

Alexandra Gouvêa Dumas • Núcleo de Teatro da Universidade Federal de Sergipe, Brasil •
alexandradumas@hotmail.com

Teresa Perdigão • Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, Universidade Nova de Lisboa •
teresaperdigao@hotmail.com

As representações que se fazem d' O Auto de Floripes na ilha do Príncipe e no concelho de Viana do Castelo, no mês de Agosto, têm por base o texto dramático intitulado A HISTÓRIA DE CARLOS MAGNO E OS DOZE PARES DE FRANÇA.

Ambas se têm adaptado às exigências e contingências políticas, sociais e culturais, seguindo estratégias diferentes, em cada uma das comunidades, mantendo, contudo, o enredo nuclear de cristianização e da vitória dos cristãos sobre os mouros.

As Floripes desempenham papéis sociais diferentes e obedecem a regras de conduta próprias da comunidade onde se insere.

É esta personagem, a princesa moura, que se constitui como o principal elemento deflagrador de intrigas cénicas, o que lhe imprime destaque e privilégio, tanto no drama como na vida social. É ela que dá o nome à representação desse espetáculo de batalhas que acontece nas ruas da pequena e única cidade da ilha, Santo António ou no palco da pequena aldeia minhota das Neves. A ação da princesa não se resume aos palcos da ficção, transpondo-se, assim, do universo simbólico para a vida real. A juventude, a beleza, a virgindade e o comportamento são componentes que definem qual a mulher que ocupará, anualmente, o papel da princesa. Se, na ilha do Príncipe, a Floripes sempre foi uma jovem mulher, no Minho, só desde meados do século XX, este papel deixou de ser atribuído ao homem. Vivendo os frágeis limites entre vida real e ficção, Floripes transita entre a pessoa e o personagem. Na ilha do Príncipe, para se candidatar ao posto de princesa, a jovem deve cumprir, dentre outros, o critério da virgindade. Nas Neves, basta que não seja casada.

Mesmo sendo a representação da princesa no Auto de Floripes uma reprodução com bases na hegemonia masculina, religiosa e colonizadora, a permanência e a aceitação no seio popular deste auto demonstram que é na construção e anexação de novos conceitos e comportamentos que a encenação incorpora valores do passado e da atualidade.

O traje, por exemplo, tem identificado a Floripes do Príncipe com o Ocidente, enquanto a Floripes minhota se aproxima cada vez mais do Oriente.

Também as adaptações e recriações do texto, bem como o espaço onde se desenrola o Auto têm contribuído para os diferentes percursos feitos por estas representações teatrais que têm em comum o facto de virem a público no dia dos santos festejados em cada uma das localidades – São Lourenço e Nossa Senhora das Neves, respetivamente, daí na ilha do Príncipe ser mais comum dizer-se “o São Lourenço”, em vez de Auto de Floripes.

Palavras-chave: Auto de Floripes, Ilha do Príncipe, personagem feminino, ficção, realidade

NOTAS

AUGUSTO BASTOS E VIANA DE ALMEIDA:
AFIRMAÇÕES POSSÍVEIS DE CRIOLIDADE NOS ANOS 30 DO SÉCULO XX

Cátia Miriam Costa • Universidade de Évora • catiamiriam1@gmail.com

Augusto Bastos e Viana de Almeida são dois autores mestiços, um angolano e o outro santomense, alternando a sua vida entre Portugal e as suas terras de origem. Escritores, cuja profissão principal não é a escrita, representam duas gerações diferentes, publicando ambos nos anos 30 do século XX, decénio em que as comunidades crioulas conhecem o auge de um progressivo controlo e silenciamento. A literatura e o jornalismo tornam-se as únicas armas possíveis a serem utilizadas, quando todos os meios de progressão económica e social se vão esbatendo e as iniciativas da sociedade civil, como as associações, começam a ser fortemente controladas na sua atividade, sendo algumas destas proibidas. A expressão textual passa, então, a ser a única forma de afirmação cultural própria.

Entre a realidade e a ficção traçam retratos de sociedades à procura de si mesmas ou em estado de agonia, provocada por um sistema colonial paulatinamente mais ameaçador para as comunidades crioulas. Assim, os movimentos identitários e proto-nacionalistas são abafados, ficando a certeza que houve uma forte comunicação entre estes e que os projetos de escrita foram determinantes, tanto no período do seu florescimento como no período do seu declínio forçado. É, ainda, de referir que os intelectuais santomenses desempenham um papel importante na agitação da consciência africana no seio das colónias portuguesas, mormente, em Angola devido às relações mantidas pela questão dos serviços.

Representando momentos diferentes da vivência crioula, em sociedades diversas, mas ambas aparecendo como ilhas (S. Tomé no verdadeiro sentido da insularidade e Benguela por estar rodeada de uma realidade que nada tinha a ver com a estratificação social da urbe), Augusto Bastos e Viana de Almeida escrevem nos anos 30, deixando testemunhos sobre as suas sociedades. Partindo das suas narrativas, traçaremos os encontros e desencontros de sociedades em rápida transição, no seio de um sistema colonial que avigorava as suas estruturas de domínio e emudecia as elites locais, numa estratégia que só terminaria com o fim da colonização.

Palavras-chave: criouldade, identidade, literatura, jornalismo

NOTAS

AS INTELLECTUAIS SANTOMENSES E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PÓS-COLONIALIDADE: OS CASOS DE INOCÊNCIA MATA E CONCEIÇÃO LIMA

Inês Nascimento Rodrigues • Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES/FEUC) • inesbirrento@gmail.com

Partindo da discussão em torno das responsabilidades dos intelectuais, homens e mulheres, na crítica à realidade das sociedades pós-coloniais pretende-se perceber qual o campo de actuação de Inocência Mata, professora universitária especializada em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e da poeta e jornalista Conceição Lima, assim como a forma como a sua obra interfere e se encontra engajada com uma consciência política e histórica de São Tomé e Príncipe.

Inocência Mata e Conceição Lima, duas mulheres, intelectuais, negras e santomenses tomaram entre si, com todos os constrangimentos que essa opção implica, a responsabilidade de mapear as histórias de silenciamentos e omissões do colonialismo, assim como dialogar com os sonhos desfeitos de quem habita no arquipélago, reposicionando os sentidos de quem quer experienciar as ilhas e simultaneamente, procedendo à sua releitura, portanto, deslocalizando-as das margens para um novo centro. São, portanto, mulheres e intelectuais que não se contentam simplesmente em produzir conhecimento, mas que se engajam politicamente e de forma ética com o conhecimento que produzem, manifestando um comprometimento continuado para com os interesses e contextos santomenses e africanos.

O presente trabalho visa, assim, reconhecer, através do conceito de intelectual definido por Antonio Gramsci e articulando-o com as reflexões de Zygmunt Bauman, Gayatri Spivak, Dipesh Chakrabarty, Homi Bhabha, Edward Said, Ngũgĩ Wa Thiong'o e a sociologia das ausências e das emergências proposta por Boaventura de Sousa Santos, os procedimentos dos intelectuais envolvidos nas questões coloniais. Neste sentido, não nos interessa tanto traçar uma genealogia do conceito, mas sim deslocalizá-lo e colocá-lo em perspectiva, para perceber de que forma os intelectuais e as intelectuais pós-coloniais, particularmente aquelas santomenses, fazem emergir narrativas outras. Como escrever estas histórias, se a maior parte das teorias da modernidade e da pós-modernidade omitem ou ignoram alguns dos factos mais importantes que constituem essa modernidade (o colonialismo, o racismo, as práticas de dominação, as de resistência, etc.)? É possível abordar a colonização sem contribuir, involuntariamente, para o seu silenciamento? Que legitimidade tem o intelectual e a intelectual, em específico, para falar sobre determinada realidade e atribuir responsabilidades? Que ferramentas usa para pensar a história e o mundo? Tendo em mente a resposta a estas questões, considero, também, fundamental, pensar o papel e responsabilidade do teórico pós-colonial, de acordo com as propostas destes autores, procurando simultaneamente reflectir sobre o lugar da escrita comprometida de Inocência Mata e Conceição Lima neste campo.

Palavras-chave: negritude, poesia, resistência, S. Tomé e Príncipe

NOTAS

AS ILHAS E O CONTINENTE: UMA LEITURA DA OBRA POÉTICA DE CONCEIÇÃO LIMA

Jessica Falconi • CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, UNIOR, Nápoles • jessica-77@libero.it

Do ponto de vista histórico e histórico-literário, é um dado adquirido que a literatura e outras formas de expressão artística tiveram um papel central na formação do pensamento anticolonial, quer para os movimentos transnacionais do panafricanismo e da negritude, quer para a sucessiva particularização dos nacionalismos africanos, como no caso dos movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas em África. Pense-se, neste caso, à contribuição de construções identitárias de cariz literário, como a angolidade, a moçambicanidade, a são-tomensidade, para a formação da consciência nacional que haveria de estar subjacente aos projectos de libertação nacional.

Por outro lado, o laço entre expressão artística e afirmação identitária e política tem vindo a ganhar um alcance teórico crucial com o surgimento de teorias e áreas de estudos – como é o caso dos estudos pós-coloniais ou os estudos feministas – que abordam a expressão artística pelo modo como ela desloca perspectivas e discursos oficiais ou hegemónicos, no intuito não tanto de fundar novas utopias emancipatórias, quanto de multiplicar os ângulos de visão e o direito à representação. Neste sentido, as produções culturais são objectos de interesse e “fontes” que transcendem cada vez mais as fronteiras disciplinares, na medida em que estimulam a reflexão teórica sobre conceitos e fenómenos cruciais da contemporaneidade global.

Por outro lado, no domínio das literaturas africanas, o laço entre obra literária e questão identitária, inserida na mais ampla relação entre texto e contexto, é um eixo estruturador da maioria das abordagens críticas destas produções, pelo que a convocação de outros saberes é uma prática bastante difusa.

É evidente que o texto literário remete para um duplo movimento, na medida em que ele é gerado pelo contexto – histórico, político – e potencialmente “gerador” de um contexto – de afirmação identitária e política, ou de revisão de discursos e representações.

É na articulação destas perspectivas que pretendemos abordar alguns aspectos da obra poética de Conceição Lima, uma obra que revisita a história colonial e o passado recente do país, dialogando quer com a tradição literária são-tomense, quer com os ideais do panafricanismo e da negritude.

Se por um lado a sua obra se prende com as especificidades do espaço são-tomense – a roça, o trabalho forçado, a heterogeneidade linguística – por outro lado, estas especificidades remetem para dinâmicas e fenómenos que adquirem alcance global de que as problemáticas da raça, da etnia, do hibridismo e da criouliidade constituem o contraponto teórico. Por outro lado, ao reinventar laços históricos, culturais e identitários, o olhar de C. Lima reinsere constantemente São Tomé e Príncipe numa geografia continental, numa geografia africana.

Palavras-chave: Conceição Lima, poesia, memória

NOTAS

AS ILHAS SOB A PELE DA LINGUAGEM: A POÉTICA DE CONCEIÇÃO LIMA

Naduska Mário Palmeira • Ministério das Relações Exteriores/CAPES/Brasil, Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe • naduskam@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo apresentar a poética da escritora Conceição Lima, natural de São Tomé e Príncipe, que realiza, em sua obra – *O útero da casa*, de 2004, *A dolorosa raiz de micondó*, de 2006/08, e *O país de Akendenguê*, lançado em 2011 –, uma trajetória inovadora para o contexto das artes literárias de são-tomenses. Busca-se, pois, reler a ilhas a partir de uma poética que parece projetar a Terra sonhada de São Tomé e Príncipe como se, no corpo da linguagem, a autora buscasse re-encontrar a sua própria Casa, ou defrontar-se e conciliar-se com a sua própria identidade.

A trajetória desbravadora de Conceição Lima pode ser fruto de uma imposição histórica – que impulsionou os intelectuais das ex-colônias ao exílio (ainda que não tenha sido “forçado”, no caso da poetisa, ou, indo mais longe, ainda que não tenha sido físico, noutros casos) – e também fruto de uma perspectiva ontológica – que impõe ao sujeito o paradoxo de permanecer e, ao mesmo tempo, partir de sua terra originária.

A fim de propor uma leitura pelo interior desta poética e buscar marcas das veredas identitárias e de reconstrução da terra natal ou retorno ao lugar originário que Conceição Lima percorre, é preciso viajar pela Casa de seu Ser, pontualmente, pela poética da obra *O útero da casa*, já que em *A dolorosa raiz do micondó* o sentido de identidade e de busca da africanidade – e não apenas da são-tomensidade – amplia-se a uma busca mais coletiva que íntima, mais africana que são-tomense, e em *O país de Akendenguê* a poetisa canta sua relação com a África e as pessoas que nasceram de seus encontros com as artes, os amigos, as referências afetivas e políticas, e, sobretudo, traduz em versos/cantos a sua referência musical, figurada no gabonês Pierre Akendenguê.

Como ponto de partida, não é de se estranhar que seja esta, *O útero da casa*, a primeira obra – muito embora não seja a primeira manifestação literária da poetisa –, uma reunião de poesias que são uma espécie de relato íntimo do parto da Nação e das Pessoas que pairam sobre a terra e suas referências míticas (como a figura do Rei Amador, por exemplo).

Palavras-chave: poética das ilhas, Conceição Lima

NOTAS

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: UM OLHAR ENDOEXÓGENO A PARTIR DA LITERATURA

Lola Geraídes Xavier • Escola Superior de Educação de Coimbra • lola@esec.pt

Pretende-se com esta comunicação estabelecer o paralelo entre textos literários e a realidade são-tomense. Para isso, basear-nos-emos nos textos de Albertino Bragança, político e escritor são-tomense. Na sua prosa, através de histórias do quotidiano detetam-se panoramas socioculturais de um país que vive o entrecruzar entre modernidade e tradição, bem como a coabitação entre o tradicional africano e as influências ocidentais.

A escrita deste autor apela indiretamente à preservação da memória coletiva, num diálogo polifónico entre literatura, história, sociedade, cultura e, claro, língua. O último livro do autor, saído em São Tomé, em Junho de 2011, *Aurélia de Vento*, vem precisamente, como diz o autor numa entrevista ao *stomenet.com*, colocar a ênfase na convivência entre os costumes e a modernidade: «Com este livro tentei trazer as nossas raízes, encontrar também muitos dos nossos medos, as nossas superstições. Não obstante estar de acordo com elas as trouxe ao público, para que pudéssemos refletir sobre as mesmas e chegarmos a consenso».

Para além da visão endógena a partir da escrita de Albertino Bragança, analisaremos a perspetiva exógena, que é a perspetiva do viajante. Tomaremos como exemplo Miguel Sousa Tavares, num dos textos de *Sul*. A escolha desta obra portuguesa deve-se ao facto de estar nas listas do Plano Nacional da Leitura (PNL) e, por isso, poder ser um texto usado em sala de aula com alunos de português do ensino básico (8º ano). Deste modo, focaremos a possibilidade de abordagem destes textos no ensino formal em Portugal, uma vez que os novos Programas de Português (homologados em 2009) introduzem o estudo de autores lusófonos no ensino básico.

Mais do que aspetos literários, importa-nos destacar nesta comunicação a relação da literatura com a história, sociedade, língua e cultura, a partir de visões distintas, que são a visão de dentro e a visão de fora, nomeadamente a visão são-tomense, por um lado, e a visão eurocêntrica, por outro.

Palavras-chave: Albertino Bragança, ficção, sociedade, história

NOTAS

PAINEL 7

LINGUÍSTICA

Moderador • **Ana Cristina Roque**, IICT

O PATRIMÓNIO ORAL ESCRITO: A CONSTRUÇÃO DE UM CORPUS DO FORRO

Abigail Tiny • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa • abigail.tiny@hotmail.com

Haldane Amaro • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa • amaro25@hotmail.com

Iris Hendrickx • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa • iris@clul.ul.pt

Tjerk Hagemeijer • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa • tjerk.hagemeijer@gmail.com

No âmbito do projeto “As origens e o desenvolvimento de sociedades crioulas no Golfo da Guiné: um estudo interdisciplinar” (PTDC/CLE-LIN/111494/2009), o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) está atualmente a compilar um corpus linguístico do forro, que é a segunda língua mais falada em S. Tomé e Príncipe a seguir ao português. Nesta comunicação, propomo-nos descrever as diferentes etapas na construção do corpus.

O corpus é composto por materiais escritos e orais. Embora seja sobretudo uma língua da oralidade, o forro tem sido ocasionalmente utilizado como língua escrita desde a segunda metade do século XIX. O subcorpus escrito abrange a produção em forro dessa época até ao presente. Os materiais consistem em publicações, panfletos e materiais dispersos que na sua grande maioria foram obtidos em S. Tomé, quer no Arquivo Histórico quer através de particulares. Uma parte significativa da produção escrita transcreve elementos relacionados com o património oral, tais como provérbios, adivinhas, histórias tradicionais e letras de músicas. O subcorpus oral, por outro lado, é constituído por histórias tradicionais e diálogos, recolhidos em 1997 e 2001.

Na ausência de uma ortografia oficial e de materiais de normalização da língua, tais como dicionários ou gramáticas, verificámos que os textos escritos apresentam variadíssimas ortografias, muitos das quais pouco sistemáticas. Procedeu-se, por isso, à sua adaptação e uniformização num editor de texto, seguindo o ALUSTP, a proposta de escrita para os três crioulos autóctones de S. Tomé e Príncipe (Pontífice et al. 2009), que se rege por princípios fonético-fonológicos em detrimento de uma escrita etimológica. O formato do corpus segue as normas gerais para a linguística de corpora e apresenta codificação de caracteres UTF-8 e anotação XML para os metadados (e.g. autoria, título, ano, género). O corpus escrito tem cerca de 70.000 palavras e o corpus oral é superior a 100.000 palavras. Para efeitos de anotação, foi também preparado um conjunto de etiquetas (tags) baseado nas especificidades da língua.

No âmbito do referido projeto, está também prevista a compilação de corpora para o angolar, o lung'ie (Príncipe) e o fa d'ambô (crioulo de Ano Bom), embora de menor dimensão do que o do forro. Estes quatro corpora serão primariamente utilizados para a pesquisa e análise de dados linguísticos visando a reconstrução das propriedades linguísticas do proto-crioulo do Golfo da Guiné, isto é a proto-língua que deu origem a estas quatro línguas no decurso do século XVI. Por outro lado, os corpora, que serão posteriormente tornados públicos, constituem um trabalho pioneiro no âmbito dos crioulos de base lexical portuguesa e representarão um contributo para a normalização, manutenção e revitalização destas línguas.

Palavras-chave: corpus, forro, ortografia, anotação

NOTAS

UM DICIONÁRIO SANTOME-PORTUGUÊS / PORTUGUÊS-SANTOME

Gabriel Antunes de Araújo • Universidade de São Paulo • g.antunes@usp.br

Tjerk Hagemeijer • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa • tjerk.hagemeijer@gmail.com

No espaço de S. Tomé e Príncipe, o santome é a língua crioula que apresenta o maior número de falantes, embora tenha gradualmente vindo a perder terreno face ao português, que é a língua oficial e de união nacional. Historicamente, o santome é o único crioulo autóctone de S. Tomé e Príncipe que tem sido utilizado com alguma regularidade na escrita.

Contudo, na ausência de um esforço de normalização, uma das lacunas ainda por preencher consiste na publicação de um dicionário de referência para o santome, não obstante os diversos progressos lexicográficos feitos na última década, tais como a dissertação de mestrado de Carlos Fontes (2007), o Dicionário lexical santomé-português, da autoria do Ministério da Educação e Cultura (2004) e o dicionário etimológico dos crioulos portugueses em África, de Jean-Luis Rougé (2004).

Nesta comunicação, propomo-nos apresentar um novo dicionário bilíngue santome-português, elaborado por uma equipa de trabalho composto por elementos do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e da Universidade de São Paulo. O dicionário contém mais de 4.000 verbetes, o que representa um aumento muito substancial de entradas relativamente aos trabalhos anteriores. Os verbetes foram recolhidos num amplo leque de materiais escritos de diferentes épocas e através de trabalho de campo com falantes nativos.

Do ponto de vista das formas escritas em forro, o dicionário segue o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe (ALUSTP) (Pontífice et al. 2009).

Cada verbete apresenta a forma gráfica, a transcrição fonética, a indicação da parte do discurso, o(s) significado(s) em português, e eventuais outras informações enciclopédicas, tais como o nome científico, a utilização da palavra em expressões fixas, exemplos, ou remissões para variantes. De seguida, apresentamos alguns exemplos de entradas do dicionário:

alêdunha [ale'duŋa] (n.) Animal da família Mustelidae. Doninha.

alfabaka [alfa'baka] (n.) Alfavaca. *Piperomia pellucida*.

algudon [algu'dõ] (n.) Algodão.

aliba ['aliba] 1. (n.) Capim. 2. (n.) Erva.

aliba-blaboza ['aliba bla'bõza] (n.) Babosa. *Aloe vera*.

ami [a'mi] 1. (pron.) Pronome pessoal. Eu (forma enfática). 2. (pron.) Mim.

kudji [ku'dzi] 1. (v.) Responder. Kudji ome. Casar (viver maritalmente). 2. (v.) Cozinhar.

Esta apresentação detalhará os passos do trabalho lexicográfico que resultaram na elaboração deste novo instrumento linguístico que representa um contributo para a normalização do santome com utilidade prática quer para a comunidade quer para o mundo académico.

Palavras-chave: santome, português, lexicografia, dicionário, São Tomé e Príncipe

NOTAS

CLASSIFICAR, DENOMINAR AS LÍNGUAS DE SÃO TOMÉ

Jean-Louis Rouge • Université d'Orléans • jean-louis.rouge@univ-orleans.fr

Emmanuel Schang • Université d'Orléans • emmanuel.schang@univ-orleans.fr

Classificar e nomear as línguas é para os locutores das mesmas um assunto importante (Tabouret Keller, 1997; Canut, 2000). Atrás das línguas são muitas vezes os locutores que são classificados ou denominados (no que respeita a violência simbólica dessas classificações Bourdieu 1982). Essa questão é muito mais viva quando se trata de variedades linguísticas surgidas de contactos de línguas já que as fronteiras entre as línguas são transformadas.

Qualquer linguista que efectuou minimalmente trabalho de campo em São Tomé, sabe que não existe correspondência entre as denominações e classificações coloniais ainda muitas vezes usadas pelos próprios locutores e as denominações e classificações usadas nos estudos científicos.

Dizer que o angolar é (ou não é) uma língua bantu não significa a mesma coisa pelo linguista que rejeita essa hipótese porque ele se refere a uma classificação tipológica (línguas a classes nominais, etc.) e/ou a uma classificação genética (possibilidade de reconstrução...) e pelo leigo que têm como referência uma história suposta ou as diferenças lexicais que distinguem o angolar dos outros crioulos da região. Também é significativo falar da *lingwa santome* dando assim a essa língua o estatuto de única língua nacional ou falar de *dialêtu* ligando a língua, muitas vezes sem ter consciência, as suas relações com o português ou ainda falar de *forro*, *fôlô*, colocando o acento na história social da língua.

Quando nos anos 1990, a «abertura democrática» permitiu conhecer a realidade linguísticas e o plurilinguismo das roças de São Tomé (Rougé, 1992 ; Baxter, 2002, 2003), a questão da classificação e da denominação das línguas colocou-se. Mais uma vez, a distensão entre as representações dos Tongas e dos outros moradores da ilha e as classificações dos linguistas originaram a diversidade das denominações: português não standard ou português dos Tongas, línguas africanas pidginizadas, *koyné umbundu*, ou língua de Monte Café, língua Moçambique etc...

Nessa comunicação apresentaremos uma entrevista, realizada em 1991, duma mulher idosa (mais ou menos oitenta anos na altura), nascida em São Tomé e que viveu a maior parte da vida numa pequena roça no Norte da Ilha. Nessa entrevista intervêm também dois santomenses que falam português «standard».

Mostraremos primeiro que a locutora apresenta uma realidade histórica tanto ao nível linguístico (vida do plurilinguismo) como social – e até político – pouca conhecida e que não corresponde às representações dos seus interlocutores. Depois, mostraremos como a construção dos dados linguísticos tanto em português como apesar de serem raros- em *kimbundu*, permite esclarecer a classificação das variedades linguísticas.

Palavras-chave: línguas, variedades linguísticas, crioulos, categorização

NOTAS

LÍNGUAS E GENES NA ILHA DE S. TOMÉ

Jorge Rocha • CIBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto • jrocha@mail.icav.up.pt

Tjerk Hagemeijer • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa • tjerk.hagemeijer@gmail.com

No fim do século XV, a ilha de S. Tomé passou a ser povoada por portugueses e escravos do continente africano, dando início a um processo de miscigenação a todos os níveis: linguístico, genético e cultural. Esta comunicação tem por objetivo analisar a relação entre línguas e genes no arquipélago de S. Tomé e Príncipe e revisitar as hipóteses sobre a origem dos angolares.

Do contacto entre o português e diversas línguas africanas do continente circunvizinho começou a surgir, a partir de finais do século XV, na ilha de S. Tomé, uma nova língua cuja ramificação no tempo e no espaço deu origem a quatro novas línguas – os crioulos de base lexical portuguesa do Golfo da Guiné – que ainda hoje continuam a ser faladas nas ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom (Hagemeijer 2011).

Na ilha de S. Tomé, em particular, a diferenciação linguística entre falantes do angolares e outros falantes, especialmente do forro, é também refletida nos dados genéticos (e.g. Coelho et al. 2008). Os angolares são geneticamente menos diversificados do que a restante população de S. Tomé e apresentam uma diferença relacionada com o género: as linhagens masculinas apresentam um forte efeito fundador que remete para a bacia do Congo (Bantu), ao passo que as linhagens femininas (DNA mitocondrial) são mais diversificadas. Em genes herdados quer por via masculina, quer por via feminina – como a hemoglobina – há, tal como na restante população, linhagens de origem mista, que predominam na região do Benim/Nigéria e na região do Congo/Angola (Tomás et al. 2002).

As linhagens da região Benim/Nigéria (Benim) refletem, em princípio, a origem dos primeiros escravos levados para S. Tomé, provenientes da atual Nigéria, designadamente do antigo Reino de Benim, a principal área de resgate de escravos nas primeiras décadas. Esta população fundadora de escravos foi determinante na criouliização linguística no Golfo da Guiné, tendo deixado nos crioulos um amplo leque de marcas gramaticais e lexicais das suas línguas maternas. Os crioulos do Golfo da Guiné apresentam gramáticas muito semelhantes, mas divergem sobretudo no léxico africano. No caso do angolares, verifica-se uma presença maciça de léxico bantu (10 a 20%) que, regra geral, não é atestada nos demais crioulos. Lorenzino (1998) defende que este léxico resulta da relexificação parcial do crioulo que os escravos que fugiram dos engenhos levaram consigo para o interior da ilha. No entanto, o referido efeito fundador nas linhagens masculinas dos angolares desafia os estudos que assumem que os angolares são os descendentes de várias sucessivas de escravos fugidos (Caldeira 2004; Ferraz 1974; Lorenzino 1998; Seibert 2007). Conjugando dados linguísticos e genéticos, propomo-nos explorar e refinar as hipóteses sobre a origem dos angolares, analisando, por exemplo, se as linhagens que remetem para o Congo estão relacionadas com a elevada percentagem de léxico bantu.

Palavras-chave: genética, linguística, forro, angolares, criouliização

NOTAS

MUDANÇA LINGÜÍSTICA E VARIAÇÃO NO PORTUGUÊS DE S. TOMÉ

Rita Gonçalves • Centro de Linguística da Universidade de Lisboa • ritamgg@gmail.com

Na primeira parte deste trabalho procurar-se-á dar conta do processo de mudança linguística registado em S. Tomé, na medida em que se vem assistindo a uma perda da competência linguística daquela que foi historicamente a língua materna (o forro), motivada pela primazia do uso do português em detrimento desta. De facto, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de S. Tomé e Príncipe, o português é falado atualmente por 98,9% da população, mas fatores históricos, sociais e políticos apontam no sentido de esse não ser um processo recente (RGPH, 2003).

Assim, com vista a dar conta do referido processo de mudança linguística, far-se-á menção ao papel da história na construção do chamado mosaico linguístico que caracteriza o arquipélago, bem como no desencadeamento de dois fenómenos interdependentes que se prolongam até hoje: o processo de erosão linguística dos crioulos e o processo de transição do português L2 a L1, na medida em que o actual input disponível para a aquisição do português é resultado de uma primeira aquisição como L2. Este tipo de mudança linguística é característico das ex-colónias (cf. e.o. Winford, 2003), mas singular no quadro das variedades africanas do português, uma vez que S. Tomé e Príncipe é o único dos PALOP no qual o português é a língua mais falada pela população. A segunda parte do trabalho tem como objectivos apresentar algumas estruturas gramaticais que ilustram a variação existente no português falado em S. Tomé, bem como avaliar o impacto que fatores extralinguísticos como o nível de escolaridade, o género e a idade, exercem na sua produção. O estudo basear-se-á num corpus de dados orais recolhido em S. Tomé no âmbito do projecto VAPOR (Variedades Africanas do Português) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, e em resultados preliminares de testes de elicitación aí Estudos anteriores, apoiados no mesmo corpus oral, já fizeram notar a existência de uma associação significativa entre a variável nível de escolaridade e a ocorrência de estruturas divergentes do português europeu, a nível da concordância nominal em número e das estratégias de relativização, na medida em que essas são mais comuns em produções de informantes menos escolarizados (cf. Brandão (2011) e Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011)). De forma a responder aos objectivos enunciados, pretendemos testar a hipótese de se estender esta análise a outras estruturas gramaticais anteriormente descritas (cf. Gonçalves, 2010), envolvendo os argumentos dativo e oblíquo preposicionados. Ao mesmo tempo, estabelecer-se-á um cruzamento com variáveis linguísticas, associadas à deslocação dos constituintes, e extralinguísticas, como o género e a idade que, de acordo com estudos preliminares, também parecem deter um importante papel na variação do português de S. Tomé e, consequentemente, na mudança linguística.

Palavras-chave: português de S. Tomé, aquisição de L1/L2, mudança linguística

PAINEL 8

BIODIVERSIDADE, CIRCULAÇÃO DE SABERES E MEDICINA TRADICIONAL

Moderador • **Rui Malhó**, ACL e FCUL

PLANTAS MEDICINAIS E MEDICINA TRADICIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Maria do Céu Madureira • Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz • mcmadureira@oninet.pt

De forma a valorizar a medicina tradicional e a permitir a utilização cada vez mais racional de plantas medicinais, iniciou-se em 1993 o estudo etnofarmacológico das ilhas de S. Tomé e Príncipe (STP), com a colaboração da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e do Ministério da Saúde da RDSTP, tendo sido recolhidas, identificadas e estudadas as principais plantas medicinais usadas pelos terapeutas tradicionais e pela população. Foram registadas informações sobre os seguintes aspectos: nome vernáculo, utilização terapêutica, modo de preparação e aplicação, cuidados a ter. Recolheram-se mais de 1000 receitas tradicionais e informações sobre 350 espécies de plantas (Madureira, et al., 2008; Madureira, 2006; Martins, 2002), tendo sido contactados e caracterizados cerca de cinquenta terapeutas tradicionais (Curandeiros, Massagistas, “Stlijion Mátu”, “Tchiladô-Ventosa”, “Piadô-Záua”), bem como numerosos elementos mais idosos cujos conhecimentos eram respeitados nas suas povoações.

Com base nos dados recolhidos até ao momento, foi possível verificar que os terapeutas tradicionais e a população de STP possuem conhecimentos consideráveis acerca de plantas medicinais. De facto, as inúmeras espécies medicinais das ilhas são utilizadas em incontáveis preparações tradicionais de uso terapêutico muito variado, abrangendo as principais doenças da região. As informações recolhidas evidenciam a grande diversidade de plantas deste Arquipélago, bem como a existência de um sólido conhecimento local que indiciam as potencialidades terapêuticas de um grande número de espécies medicinais.

A recuperação e manutenção destes conhecimentos é de uma importância inquestionável, face ao desinteresse actual pela sabedoria dos “mais velhos” e ao desrespeito contínuo pelo equilíbrio dos ecossistemas naturais. Temos perante nós um verdadeiro reservatório de valiosos conhecimentos, aliado a um também não menos valioso reservatório de compostos químicos, muitos dos quais podem vir a ser importantes agentes terapêuticos, após sujeitos a estudos fitoquímicos, farmacológicos e clínicos adequados.

Com efeito, têm vindo a ser desenvolvidos diversos estudos fitoquímicos e farmacológicos em cerca de 60 plantas medicinais seleccionadas, tendo igualmente sido estudadas mais de 20 plantas medicinais aromáticas, com o objectivo de desenvolver substâncias com um potencial terapêutico interessante nas doenças de maior incidência na região (antimaláricos, anti-bacterianos, anti-fúngicos); os resultados confirmaram o uso terapêutico tradicional da maioria das plantas estudadas, permitindo a caracterização e identificação dos principais compostos activos (Madureira, 2010; Eric Gofin et al, 2002). Actualmente, deu-se início à pesquisa de compostos com actividade antitumoral, tendo para o efeito sido recolhidas cerca de 40 espécies de cogumelos nas florestas de S. Tomé e Príncipe, que serão identificadas e posteriormente estudadas para determinar as suas potenciais actividades antitumorais.

Através da recolha de informação de plantas usadas tradicionalmente, e do seu posterior estudo etnofarmacológico, poderão ser seleccionadas as que demonstrarem serem seguras, eficazes e facilmente acessíveis ou cultiváveis, e poderão integrar-se estas plantas validadas no sistema nacional de saúde, em particular no que diz respeito aos cuidados de saúde primários. De facto, este é o caminho mais adequado para assegurar um correcto aproveitamento de plantas medicinais indígenas, documentando simultaneamente a herança cultural dos velhos terapeutas tradicionais e impedindo a perda deste notável saber.

Palavras-chave: plantas medicinais, medicina tradicional, S. Tomé e Príncipe

NOTAS

DJAMBI. O UNIVERSO TERAPÊUTICO TRADICIONAL EM SÃO TOME E PRÍNCIPE:
CONVERGÊNCIAS BANTU E PARTICULARIDADES INSULARES

Simão Souindoula • Consultor do Centro Internacional das Civilizações Bantu, Luanda, Angola •
souindoulasimao@yahoo.fr

Arquipélago descoberto, inabitado, em 1471, e que recebeu, invariavelmente, até em plena metade do século XX, o essencial da sua população do actual território angolana, São Tomé e Príncipe resenta, pelo este facto, uma configuração civilizacional, parcialmente bantu, que se cristalizou, naturalmente, numa dinâmica de crioulaização.

A ancoragem bantu e as características propriamente ílias são atestadas, nomeadamente, nas práticas curativas tradicionais.

E, assim que, a fixação terminológica e a cobertura antropológica relativa aos cuidados mostra similitudes com as do continente, sobretudo, na sua parte central, oriental e austral, com os seus ngoma, djambi, puita, semba, micondo, bambi ou mbapi.

A evolução histórica permitiu de fixar, concomitantemente, neste domínio, diversos créolismos tais como paga deve, santo d'awa, stlafassa, molo kentxi e a evocação, preventiva, dos espíritos dos antepassados em “capelinhas” domésticas de raiz, sincrética, bantu – crista.

Componente substancial dos conhecimentos tradicionais do arquipélago, este universo terapêutico constitui um dos facies, ilustrando, perfeitamente, uma das identidades da insularidade bantu.

Palavras-chave: medicina tradicional, bantuismos, créolismos

NOTAS

O NATURALISTA ADOLPHO FREDERICO MÖLLER EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DOS ACIDENTADOS TERRENOS TROPICAIS AOS BASTIDORES DA ACADEMIA

António Carmo Gouveia • Centro de Ecologia Funcional, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra • gouveia.ac@gmail.com

“Das explorações feitas [às ex-colónias portuguesas],
a do Sr. Moller é a mais digna de menção.
Teve ella por campo a ilha de S. Thomé.”

Assim realçava Júlio Henriques (JH) a importância do trabalho de Adolpho Frederico Möller (AFM) para o conhecimento científico da então, pouco estudada, província portuguesa de S. Tomé e Príncipe. Nos curtos 4 meses que aí permaneceu (23 de Maio a 25 de Setembro 1885), diz-nos JH que “o Sr. Moller percorreu a área que vai da cidade até ao Pico de S. Thomé e do rio Contador ao rio Manuel Jorge” explorando desde “florestas ainda quasi virgens” a “quasi toda a parte da ilha mais habitada e cultivada”. O relatório do material recolhido pelo inspector do Jardim Botânico de Coimbra impressiona pela quantidade e diversidade, pois embora AFM tenha sido incumbido da “exploração botânica da ilha [recolhendo ca. 430 taxa de plantas vasculares, 96 fungos, 78 líquenes, etc.]” aproveitou “todo o tempo disponível para a exploração zoológica e geológica [249 taxa, entre insectos, aves, répteis e batráquios, etc.]”, reporta JH. Juntando a este material o envio, para a UC, de uma colecção de plantas vivas, madeiras, rochas e objectos antropológicos, é fácil perceber a dimensão do saber, curiosidade e incansável empenho de AFM como naturalista.

Se recorro às palavras de JH para descrever a exploração de AFM, faço-o porque pela mão do próprio não existe publicada nenhuma descrição sistematizada do empreendimento. E tal não é de estranhar, visto que o arquitecto da exploração de S. Tomé e Príncipe em particular, e do conhecimento científico das ex-colónias em geral, foi JH, facto sobejamente reconhecido e estudado. Mas é também inegável que AFM, o “conductor d’obras públicas”, não foi apenas um colector competente e se faltam publicações suas nas revistas académicas da época, não faltam nas mesmas revistas inúmeras referências ao seu nome.

Como era hábito com JH, as colecções que AFM reuniu na sua expedição foram enviadas para diversos cientistas nacionais e europeus, que no conforto dos seus gabinetes, se dedicaram à análise do novíssimo material. De facto, só em resultado do estudo dos espécimes colhidos por Möller em S. Tomé, foram descritas 116 novas taxa de plantas e fungos. Destes, 14 espécies foram-lhe dedicadas com o restritivo específico *molleri*, bem como um género novo de fungos Ascomycetes, o *Molleriella*.

As novidades por entre o material zoológico foram menos e também mais problemáticas. Entre elas contam-se as rãs da discórdia, episódio que envolveu o célebre Barbosa du Bocage, o herpetologista russo Bedriaga e Francisco Newton.

Fora dos circuitos académicos, no entanto, AFM foi um escritor assíduo com colunas regulares em vários jornais de agricultura e horticultura, onde divulgou os seus múltiplos interesses, desde a flora tropical à botânica aplicada, das plantas medicinais à antropologia, e fomentou a necessidade do conhecimento natural das colónias.

Pretendo com esta comunicação explorar o enorme saber e contribuição para o conhecimento científico de S. Tomé de AFM, que apesar de reconhecido não está hoje justamente evidenciado.

Palavras-chave: século XIX, biodiversidade, ciência colonial

NOTAS

O CONTRIBUTO DE JÚLIO HENRIQUES PARA O CONHECIMENTO DA DIVERSIDADE VEGETAL DA ILHA DE S. TOMÉ

Natacha Catarina Perpétuo • CFE – Centro de Ecologia Funcional, Departamento de Ciências da Vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra • natachaperpetuo@gmail.com

M. Teresa Gonçalves • CFE – Centro de Ecologia Funcional, Departamento de Ciências da Vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra • mtgoncal@ci.uc.pt

António Carmo Gouveia • CFE – Centro de Ecologia Funcional, Departamento de Ciências da Vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra • gouveia.ac@gmail.com

Jorge Pais de Sousa • CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra • jpsousa@sib.uc.pt

Foi com Júlio Henriques, quase 100 anos depois das “Viagens Philosophicas” organizadas por Vandelli (século XVIII), que ressurgiu o interesse científico pelo estudo dos territórios portugueses ultramarinos.

A forte incidência da malária em Portugal continental e ultramarino, na década de 60 do século XIX, motivou Júlio Henriques a empreender a introdução da cultura da quina em Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé. Para tal, solicitou, a diversas instituições, sementes de diferentes espécies de Cinchona que semeava e mantinha nas estufas do Jardim Botânico de Coimbra. Ensaios realizados com a colaboração dos Serviços de Agricultura, de Governadores e de fazendeiros de várias províncias africanas, mostraram ser a ilha de S. Tomé a região mais propícia a essa cultura.

“Desde quando o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra começou a ter relações com os agricultores da ilha de S. Tomé, enviando-lhe plantas úteis e entre elas principalmente as da quina, para que encetassem novas culturas, nutri desejo de visitar esta ilha para ver e estudar processos agrícolas e para contemplar a esplêndida vegetação tropical.”. Assim descreve Júlio Henriques o seu interesse em visitar S. Tomé. Júlio Henriques e o Governador da Ilha de S. Tomé, Custódio de Borja, foram os impulsionadores da Exploração Botânica da Ilha de S. Tomé realizada pelo jardineiro-chefe do Jardim Botânico de Coimbra, Adolpho Frederico Möller, em 1885. Möller colheu espécimes de plantas de todos os grupos vegetais e preparou ainda um colector, Francisco Dias Quintas, que deu continuidade a este trabalho. O interesse e entusiasmo pela ilha, que tanto material vegetal proporcionava ao herbário de Coimbra, levaram Júlio Henriques a deslocar-se a S. Tomé, em 1903, tendo já completado 65 anos e apesar das dificuldades inerentes às viagens naquela época. Durante a sua estadia na ilha, Júlio Henriques estudou os habitats e a distribuição das plantas espontâneas e cultivadas da ilha e colheu mais exemplares para herbário. No regresso a Coimbra intensificou as suas pesquisas sobre a ilha e publicou, em 1917, a monografia “A Ilha de S. Tomé sob o ponto de vista histórico-natural e agrícola”.

Face aos escassos meios humanos e materiais da Universidade de Coimbra para o estudo de tanto material, Júlio Henriques recorria à colaboração de especialistas, principalmente estrangeiros. Conseguiu, graças a essa rede de contactos e à sua determinação, ir publicando no Boletim da Sociedade Broteriana (1ª série, 1880-1920) os catálogos com as determinações dessas colecções, onde surgiam géneros, espécies e variedades novas para a Ciência. Na realidade, os estudos do material colhido por Möller, Quintas e pelo próprio Júlio Henriques, entre outros naturalistas, permitiram realizar enormes progressos no conhecimento da flora de S. Tomé.

Nesta comunicação propomo-nos analisar e divulgar o contributo de Júlio Henriques para o conhecimento da biodiversidade de S. Tomé, através da análise dos trabalhos sobre esta ilha publicados no Boletim da Sociedade Broteriana.

Palavras-chave: Boletim da Sociedade Broteriana, diversidade vegetal, Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, Júlio Henriques, S. Tomé

NOTAS

ALTERAÇÕES DO USO DO SOLO E BIODIVERSIDADE EM SÃO TOMÉ

Ricardo Faustino de Lima • Lancaster Environment Centre, Lancaster University • rfaustinol@gmail.com

A ilha de São Tomé tem sido sistematicamente apontada como uma prioridade global para a conservação da biodiversidade. O seu interesse prende-se sobretudo ao número excepcionalmente elevado de endemismos – variedades biológicas que apenas ocorrem neste local. De entre as várias actividades humanas que ameaçam a sobrevivência desta biodiversidade única, a alteração do uso do solo tem sido apontada como a principal. Desde a sua descoberta em finais do séc. XV, os habitats naturais de São Tomé têm vindo a ser progressivamente humanizados: os ciclos da cana do açúcar (sécs. XVI-XVII), do café e do cacau (sécs. XIX-XX) promoveram a perda da quase totalidade da floresta de baixa altitude e de alguma da floresta de montanha, e a actual necessidade de alimentar uma população em crescimento acelerado coloca novas pressões sobre os recursos naturais da ilha.

Para avaliar o impacto do uso do solo na biodiversidade, as comunidades de aves e árvores foram amostradas de forma sistemática ao longo de um gradiente de intensificação das práticas agrícolas e florestais. Este gradiente consiste em quatro tipos distintos de uso do solo: florestas antigas, nas quais existe actualmente uma actividade humana muito reduzida; florestas secundárias, que são exploradas para madeira ou que resultam de abandono agrícola; plantações de sombra, onde o cultivo de café, cacau e outras culturas é feito sob a copa de árvores; e áreas não florestais, que representam o culminar da intensificação agroflorestal e onde não existe uma copa arborea contínua.

Foram registadas 4091 aves e 3500 árvores pertencentes a 33 e 110 espécies, respectivamente. A maioria das 16 espécies de aves endémicas identificadas ocorreram ao longo do gradiente analisado, enquanto que as 15 espécies de árvores endémicas estavam virtualmente restritas às florestas. Entre as aves, o papa-figos (*Oriolus crassirostris*) e o selelê-mangochi (*Dreptes thomensis*) não ocorreram nem nas plantações de sombra nem nas áreas não florestais. Outras aves, como o tchim-tchim-tcholó (*Ploceus sanctithomae*) e o olho-grosso (*Zosterops lugubris*), tornavam-se menos abundantes em usos do solo intensivos. As espécies de árvores endémicas existentes na floresta antiga são praticamente as mesmas da floresta secundária, mas aqui estas tornam-se menos abundantes.

Apesar das aves terem demonstrado maior resiliência à alteração do uso do solo do que as árvores, em ambos os grupos a subsistência das espécies endémicas está associada à persistência de zonas florestais bem preservadas. São Tomé ainda possui uma paisagem rica em habitats florestais, mas a manterem-se as actuais tendências de desflorestação e de intensificação das práticas agrícolas, a sobrevivência de muitos dos seus endemismos vai ficar ameaçada. Para assegurar a sobrevivência do património natural ímpar de São Tomé é urgente adoptar práticas de gestão territorial e de desenvolvimento agroflorestal que se coadunem com a conservação da biodiversidade. Neste âmbito são bastante promissores os mecanismos de pagamento por serviços de ecossistemas, como o REDD+.

Palavras-chave: agricultura, análise de comunidades, endemismo, floresta

NOTAS

DA BALEAÇÃO AO WHALE WATCHING EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
A INVESTIGAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DE CETÁCEOS É AGORA UMA REALIDADE COM FUTURO?

Cristina Brito • Escola de Mar, CHAM – Centro de História de Além-Mar, FCSH-UNL e Universidade dos Açores • escolademar@gmail.com

Cristina Picanço • Escola de Mar, CIUHCT – Centro InterUniversitário de História das Ciências e da Tecnologia FC-UL • cristina.picanco@gmail.com

Francisco Gonçalves • Global Ocean, London, United Kingdom • francisco@catus.net

Bastian Loloum • MARAPA, São Tomé, São Tomé e Príncipe • zuntabawe@gmail.com

Inês Carvalho • Escola de Mar, Sackler Institute for Comparative Genomics, American Museum of Natural History, New York, USA • carvalho.inesc@gmail.com

A ocorrência de cetáceos (baleias e golfinhos) na costa Ocidental Africana e nas ilhas oceânicas do Golfo da Guiné é ainda muito pouco estudada e conhecida. Com base em registos históricos como os de baleação industrial, parece existir uma elevada biodiversidade de espécies de cetáceos a ocorrer na região. No entanto, atualmente ainda existe muito pouca informação sobre a ocorrência, distribuição e ecologia das espécies.

São Tomé e Príncipe, parece ser uma área importante de concentração de cetáceos, provavelmente devido à abundância de presas e à existência de zonas baixas e protegidas muito próximo da costa. Entre 2002 e 2006, desenvolveu-se um projeto de investigação com o objetivo de estudar a ocorrência e distribuição de cetáceos em São Tomé. Neste estudo foi registada a presença de baleias corcunda (*Megaptera novaeangliae*), golfinhos roazes (*Tursiops truncatus*), golfinhos malhados (*Stenella attenuata*), orcas (*Orcinus orca*), cachalotes (*Physeter macrocephalus*) e baleias piloto (*Globicephala* spp). Observaram-se áreas particulares de concentração de cetáceos, nomeadamente para as baleias corcunda a ocorrer na zona sul da ilha de São Tomé e os golfinhos malhados a ocorrer principalmente na zona noroeste; os golfinhos roazes parecem ocorrer ao longo de toda a costa. Durante o mesmo período, foi conduzida uma pesquisa histórica e socio-cultural com base no Arquivo Nacional de São Tomé bem como em algumas associações locais. Assim foi possível listar as espécies que ocorrem na região, com o suporte nos registos de baleação, e obter informação histórica sobre as atividades marítimas humanas no arquipélago com possível impacto nos cetáceos.

A informação histórica e recente sobre a ocorrência e distribuição de cetáceos tem um papel importante na identificação de fronteiras para áreas marinhas protegidas, sendo crucial para o desenvolvimento de programas de gestão e monitorização. Ainda que dados sobre cetáceos pelágicos sejam geralmente difícil de obter, deve continuar-se a fazer um esforço nesse sentido e complementando os registos atuais, sempre que possível, com registos históricos. A combinação destes dois tipos de dados é, na verdade, fundamental para os objetivos de conservação e gestão de populações, espécies ou habitats. Para além disso, é particularmente relevante para estudar ecossistemas com poucas perturbações humanas e também quando não existem dados de base, como seja o caso de muitos arquipélagos oceânicos tropicais onde, tal como em São Tomé e Príncipe, existe pouca informação sobre populações de cetáceos. A presente investigação permitiu obter novo conhecimento sobre estas populações e estão a ser feitos esforços no sentido de criar programas e legislação local para a regulamentação das atividades humanas que afetam os cetáceos, como seja a observação de cetáceos (whale watching).

A correta utilização dos recursos ambientais constitui um elemento chave no desenvolvimento turístico, permitindo a manutenção dos processos ecológicos e permitindo a conservação da herança natural e da biodiversidade de uma região. A observação de cetáceos (observação ocasional, recreativa ou turística de baleias e golfinhos no seu ambiente natural) é uma atividade de ecoturismo que ocorre um pouco por todo o mundo e constitui um bom exemplo desta situação. Se desenvolvida com os devidos cuidados, esta atividade pode trazer a países em vias de desenvolvimento rendimentos económicos significativos, permitir angariar fundos para a investigação científica e ainda chamar a atenção para a importância da conservação destes animais e do seu ambiente. Várias medidas para a implementação de programas contínuos de investigação visando a divulgação e a conservação das populações naturais de cetáceos estão agora a ser trabalhadas. Mas, mais importante, em São Tomé e Príncipe, é a perspetiva de uma mudança de atitude para iniciativas com um caráter de proteção ambiental. Neste sentido, investigadores nacionais e internacionais, decisores políticos, e todos aqueles que utilizam e dependem dos recursos marinhos locais, deverão ser conhecedores da realidade biológica e estar envolvidos para um objetivo comum. A aposta na investigação, em paralelo com planos de educação ambiental e com programas de whale watching devidamente estruturados, constitui o caminho a seguir.

Keywords: cetáceos, baleação, whale watching, investigação, conservação

ASSESSING THE IMPORTANCE OF THE BIODIVERSITY OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE

Robert Drewes • California Academy of Sciences, California, USA • RDrewes@calacademy.org

The remote Gulf of Guinea Islands of São Tomé and Príncipe are classic “oceanic” islands; they have never been attached to the African mainland. This means that the ancestors of organisms native to these islands had to cross a significant ocean barrier by random chance (dispersal). Both islands are also geologically ancient. Príncipe is at least 31 my old (early Oligocene: six times older than the oldest Hawaiian or Galapagos island), and São Tomé has been emergent for at least 13 my (mid-Miocene). Isolation over deep time results in evolutionary (genetic) change or speciation in successful island colonizers, leading to endemism; endemics are unique species found nowhere else in the world.

In spite of previous work by Portuguese naturalists, our knowledge of the level of diversity of living species on São Tomé and Príncipe is far from complete. For the past 12 years, the California Academy of Sciences has been conducting both marine and terrestrial multidisciplinary biodiversity surveys on both islands, concentrating on lesser known groups of organisms. These expeditions are beginning to reveal much higher levels of unique species than previously thought. Thanks in part to modern work by Dr. Martim Melo the island bird fauna is known best, and the two islands together may contain the highest concentration of unique species (by area) in the world. Prior to the CAS expeditions, fewer than 15 species of mushrooms were known to occur on São Tomé and Príncipe. At least 225 species have now been collected from both islands, and over one-third of them are new to science. All of the amphibian species are unique to the islands, and recent work suggests that over 70% of the reptiles are unique. Our on-going biodiversity discoveries to date will be summarized.

With the anticipated advent of oil revenues and other development projects, the islands are undergoing major change which will undoubtedly affect the remaining natural habitats and the organisms that live in them. In an attempt to prepare for these changes, the California Academy of Sciences is also embarking on a concurrent program of biodiversity education; our goal in this regard is to inform the citizens of the uniqueness of their island habitats. Knowledge and management of the natural heritage would be prerequisite to generating a successful “special” ecotourism industry. The islands are small in area and lack the large charismatic mega-vertebrates that traditionally draw tourists to Africa. Thus they are an unlikely “primary” destination for ecotourism. However, the incredible number of unique plants and animals, especially the birds and flowers (such as the remarkable Begonias), together with the exquisite natural setting of the islands and the friendliness of their citizens position São Tomé and Príncipe as an ideal final destination in a package that would begin with mainland forest venues. Such a niche industry might best be developed in cooperation with neighboring countries where established tourism infrastructures exist.

Keywords: biodiversity, ecotourism, needed infrastructural improvements

NOTAS

PAINEL 9

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

I

Moderador • **Vitor Rosado Marques**, IICT

II

Moderador • **Manuel Correia**, ISA-UTL

III

Moderador • **Alexandra Magnólia Dias**, CEA-IUL (ISCTE-IUL)

INVESTIGAÇÃO EM MALÁRIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: UMA BASE PARA O CONTROLO

Carla Alexandra Sousa • Unidade de Parasitologia Médica, Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), Universidade Nova de Lisboa (UNL), Unidade de Parasitologia e Microbiologia Médicas/IHMT/UNL • casousa@ihmt.unl.pt

João Pinto • Unidade de Parasitologia Médica, Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), Universidade Nova de Lisboa (UNL), Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL • jpinto@ihmt.unl.pt

Jacques Derek Charlwood • Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais/IHMT/UNL, Liverpool School of Tropical Medicine, UK • dcharlwood@gmail.com

Virgílio Estólio do Rosário • Unidade de Parasitologia Médica, Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), Universidade Nova de Lisboa (UNL) • virgilio.rosario@ihmt.unl.pt (autor para correspondência)

Entre 1993 e 2005, o Centro de Malária e outras Doenças Tropicais (CMDT) do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) desenvolveu de forma regular actividades de investigação aplicada ao estudo da malária, a principal causa de morbilidade e mortalidade infantil neste arquipélago. Dos projectos desenvolvidos, destacam-se três: um projecto financiado pelo programa INCO-DC da Comissão Europeia e que envolveu ainda colegas de Espanha, Itália Guiné-Equatorial; e dois projectos com financiamento nacional, pela FCT/MTCES e pelo IPAD/MNE. Este último envolveu uma colaboração com uma equipa de entomologistas da US Navy (EUA) e teve um cariz operacional de preparação de um programa de controlo da malária. O denominador comum a todos estes projectos foi a participação activa do Centro Nacional de Endemias, a instituição Santomense de referência para a malária, no desenvolvimento das actividades de investigação. Destes esforços resultou um aprofundado conhecimento da realidade da malária nas suas mais diversas vertentes. A comprovar este facto, citam-se os 25 artigos científicos publicados em revistas internacionais com arbitragem científica, entre 1996 e 2010. As áreas de investigação destes artigos incluem a epidemiologia e controlo da malária; a bioecologia, genética e evolução de populações de mosquitos vectores; a resistência aos fármacos antimaláricos; plantas medicinais e clínica. A par com as actividades de investigação salienta-se ainda o papel do IHMT na formação de quadros superiores de instituições santomenses, nos quais se incluem dois directores do CNE. Os conhecimentos adquiridos ao longo de uma década de investigação serviram de suporte à implementação de um programa de controlo de malária pelo Ministério da Saúde de STP, apoiado pelo governo de Taiwan, a partir de 2004. Este programa tem sido um sucesso e, em 2007, STP era um dos poucos países em que os níveis de malária tinham sido reduzidos a 50%, em linha com os objectivos da OMS. No entanto, começam a surgir os primeiros sinais de alerta sobre uma possível re-emergência da doença no País, à semelhança do que já tinha ocorrido nos anos 1980 após um esforço de erradicação semelhante.

Neste contexto, apresentar-se-á um sumário sobre a evolução da malária em STP e dos principais resultados científicos obtidos pelo nosso grupo no estudo desta endemia, nos últimos 20 anos. Serão ainda discutidos os desafios futuros do país face a sustentabilidade do seu programa de controlo e qual o papel que uma instituição Portuguesa vocacionada para a saúde tropical como o IHMT desempenhou e poderá vir a desempenhar, como organismo de educação, na formação avançada e no apoio à investigação e monitorização de actividades de controlo.

Palavras-chave: mosquitos, malária, epidemiologia, *Anopheles gambiae* s.l., resistência

NOTAS

MERCADO INFORMAL DE MEDICAMENTOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Vânia Tira-Picos • ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa • vcarmop@gmail.com

M. do Céu de Madureira • Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz • mcmadureira@oninet.pt

Ulrich Schiefer • Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa • schiefer@iscte.pt

Segundo a Organização Mundial de Saúde o Mercado Informal de Medicamentos tem crescido vertiginosamente nas últimas décadas, apresentando características muito diferentes quando se trata de regiões industrializadas e desenvolvidas (Estados Unidos, Europa) ou de regiões em vias de desenvolvimento (África, Ásia). Em África, e mais concretamente na República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP), esta realidade poderá atingir proporções muito dramáticas, uma vez que os medicamentos comercializados neste mercado informal (medicamentos ilegais ou contrafeitos), são habitualmente medicamentos essenciais, não existindo aparentemente mecanismos eficazes de controlo e inspecção. Por outro lado, em STP a Medicina Tradicional é uma prática ainda muito utilizada pela população para a satisfação das suas necessidades de cuidados primários de saúde, não estando os terapeutas tradicionais nem os remédios tradicionais por eles preparados e administrados, legalmente inseridos ou controlados através do Sistema Nacional de Saúde.

Com este trabalho pretendemos estudar o mercado informal de medicamentos convencionais, averiguando que medicamentos são comercializados, o seu estado de conservação, proveniência, preços e qualidade em termos de credibilidade da origem e garantias da qualidade. Simultaneamente, realizámos um estudo equivalente ao nível dos medicamentos utilizados na Medicina Tradicional, nomeadamente sobre as plantas medicinais e seus preparados disponíveis, fins terapêuticos, preços, proveniência, credibilidade, e eventual existência às alternativas terapêuticas convencionais. Neste sentido foram conduzidas várias entrevistas e estudos de caso, com a colaboração e autorização do Ministério da Saúde de STP, de forma a obter o máximo de dados possível face aos objectivos traçados.

Assim, com a presente investigação procuramos dar o nosso contributo no sentido de fazer chegar às entidades oficiais informações fidedignas e actuais sobre esta temática, analisando in loco a realidade nacional, identificando e caracterizando os diferentes níveis de análise, os vários intervenientes, e as respectivas relações de interdependência, e procurando comprovar quer a sua relevância económica, social e cultural, quer as suas consequências ou potenciais riscos para a saúde pública do país em estudo.

Palavras-chave: mercado informal, medicamentos, contrafacção, medicina tradicional, terapeutas tradicionais, São Tomé e Príncipe

NOTAS

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CHANCES FOR DEVELOPMENT OR
A STEP TOWARDS NEOCOLONIALISM? THE PERSPECTIVES OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE'S
MEMBERSHIP IN THE ORGANIZATION

Joanna Mormul • Institute of Political Science and International Relations, Jagiellonian University •
joannamormul@gmail.com

Founded in 1996, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Community of Portuguese Language Countries) – CPLP associates Portuguese-speaking countries, the majority of which are situated in Africa. Among the objectives of the organization are: political and diplomatic coordination between its member states, cooperation in almost all fields (education, health, defense, public administration etc.), together with promotion and dissemination of Portuguese language. Nevertheless these laudable goals are not eliminating large differences in development existing between the member states. On the one hand we have Brazil with its enormous economic potential and on the other hand Guinea-Bissau which currently occupies the 18th position on the Failed States Index 2011 prepared by Fund for Peace. The CPLP itself also causes some controversies as it is accused of reproducing neocolonialism, not only by the former empire – Portugal, but also by Brazil. In comparison with the CPLP countries in Africa São Tomé and Príncipe is doing relatively well.

The second-smallest African state and the smallest Portuguese-speaking one won't be found among the 90 most failed states nor is burdened with difficult legacy of a civil war (as in the case of Angola or Mozambique). Even the coup d'état occurred in 2003 did not last long and in the end became an opportunity for CPLP states to conduct arbitration proceedings. Furthermore, the expected oil crude exploitation on a large scale changes São Tomé and Príncipe's position in regional politics from the poor cacao producer to the object of interest for the major players of world's politics.

The aim of this paper is to try to answer the question whether or not the membership in the Community of Portuguese Language Countries is for the small states with perspectives, like São Tomé and Príncipe, more beneficial than developing of bilateral relations with individual countries (it is worth to mention very good mutual relations between São Tomé and Príncipe and also oil-rich Angola, called by their governments as 'privileged'). The further analysis will focus on other benefits that can be brought by the cooperation within the CPLP, which without any doubts is the organization still in the process of creation, and is there any possibility that in the near future it can gain importance on the area of African and world's politics (it cannot be forgotten that in the all member states live 240 million people which is a unique chance political, economic and cultural development).

Keywords: CPLP, São Tomé and Príncipe, development, bilateral relations, cooperation

NOTAS

SOCIAL REPRESENTATIONS OF NATURE IN OBO NATURAL PARK

Mireia Boya Busquet • Faculty of Humanities, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona • mireia.boya@upf.edu

Since the beginning of the 1990s, Integrated Conservation and Development Projects have offered a functional model of sustainable development for specific sites within the perspective of particular projects. Their goal has been to integrate biological aspects of conservation to the social and economic aspects of development.

Protected areas represent a particular vision of the relationship between man and nature, appeared in the American context with the creation of the first national parks. Currently, the wish to involve the population in the creation of protected areas faces the challenge of reconciling the management of these spaces with the local practices, needs and interests.

Obô Natural Park, which occupies 30% of the territory of Sao Tome and Principe, follows the difficult process of integrating both local uses and representations of nature to the global objectives of conservationist policies while considering the touristic and economic interests of local and foreign investors.

Social representations of nature, understood as a form of practical knowledge, determine the vision of the world and the relationship that a particular social group may have with its territory. Thus, based on this system, each community has its own mechanisms of environmental adaptation. In the case of the Saotomean communities, nature presents a strong spiritual (associated with beliefs, rituals and traditional medical practices) and utilitarian character (nature provides, through farming, collecting or hunting, all you need to live).

The aim of this thesis is to understand the synergies between endogenous knowledge and management of biodiversity to adapt the land management process to the reality of the people who live in the particular territory of Sao Tome and Principe.

For this purpose, this research project analysed different, social groups and the social relations between them; We also analysed the different ways of access and management of resources and territory (agriculture, breeding, hunting, collecting, building, medicine, tourism, spirituality, etc.). Qualitative methodologies are the heart of a process to discover the idea of nature of Saotomean groups (women, kids, agricultors, politicians, etc.).

We want to show the major results of this research, focusing in the idea of nature who had the children living near the Obo Natural Park.

Palavras-chave: integrated conservation and development projects, traditional ecological knowledge, social representations, biological diversity, São Tomé and Príncipe

NOTAS

COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE – PORTUGAL: EFICIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE REDES DE COOPERAÇÃO

Ana Maria Luciano Barreira • SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, ISEG-UTL, Mover Mundos – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento • ana_principe@sapo.pt

A Cooperação Descentralizada surge num contexto em que existe um conjunto vasto de novos actores que participam e contribuem activamente para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a par da acção dos Estados e Organismos Internacionais. A Cooperação Intermunicipal é uma forma de Cooperação Descentralizada, que pressupõe o estabelecimento de relações entre duas ou mais comunidades, em que os actores determinantes nestas relações são, geralmente, os Municípios. A Cooperação Intermunicipal pode assumir várias formas: geminações, protocolos/acordos de colaboração/cooperação e redes.

Num contexto de Globalização, as relações que se estabelecem entre os vários actores são cada vez mais complexas e criam formas inovadoras de Cooperação Descentralizada, numa perspectiva de parceria e desenvolvimento integrado. Tendo em conta estes novos relacionamentos a uma escala intercontinental e global, que dão origem, cada vez mais, a uma Sociedade em Rede, os actores tendem a ligar-se em Redes de Cooperação.

A Região Autónoma do Príncipe está geminada com seis autarquias portuguesas desde 1988. No entanto, apesar destes 21 anos de Cooperação Intermunicipal, verificamos que o Príncipe ainda sofre de dupla insularidade e de vários constrangimentos sócio-económicos incompatíveis com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. É necessário procurar soluções conjuntas para o Desenvolvimento Sustentável do Príncipe. Através de um inquérito realizado no Príncipe e em Portugal pretendeu-se aferir sobre: a caracterização de cada geminação, o envolvimento da Sociedade Civil na cooperação com o Príncipe, os impactos locais em Portugal e no Príncipe das acções de cooperação e a opinião dos vários actores sobre um projecto conjunto – Rede de Cooperação – que envolveria todos os intervenientes que promovem acções de Cooperação Intermunicipal Portugal – Príncipe.

Pretendemos demonstrar que a implementação de uma Rede de Cooperação entre Portugal – Príncipe seria mais eficiente: criaria sinergias, relações inovadoras e acções dinâmicas que permitiriam uma cooperação e uma canalização de recursos mais eficazes.

Palavras-chave: cooperação descentralizada, cooperação intermunicipal, geminação, rede de cooperação, Região Autónoma do Príncipe

NOTAS

A EFICÁCIA DA AJUDA E A DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Raquel Freitas • CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia • raquel.freitas@eui.eu • raquel.freitas@iscte.pt

Nos últimos anos tem-se registado uma preocupação significativa com a questão da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e de que forma é que esta pode contribuir para o desenvolvimento dos países e para a redução da pobreza. No âmbito da agenda internacional sobre a eficácia da ajuda, a conferência de Busan em 2011 estabeleceu uma parceria global para a cooperação para um desenvolvimento efectivo. No entanto os indicadores de monitorização desta parceria não foram ainda adaptados, e tem havido críticas à forma como são operacionalizados os princípios que estruturam o actual paradigma da ajuda ao desenvolvimento, definido pela Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005).

Algumas dessas críticas debruçam-se sobre o princípio da apropriação. Este princípio implica que os países devem ser os donos e ter a liderança sobre a elaboração das suas políticas de desenvolvimento e é aferido através da existência ou não de uma Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) operacional. De entre as várias críticas a esta operacionalização encontra-se acima de tudo a ideia de que os doadores continuam a dominar o processo de deliberação; o facto de as limitações dos países em desenvolvimento em termos de capacidades técnicas limita a possibilidade de real apropriação; a falta de participação alargada à sociedade civil e outros parceiros nacionais importantes para a natureza democrática do processo.

O objectivo deste artigo será identificar quais têm sido as limitações no caso de São Tomé e Príncipe na elaboração das ENRP (ENRP interina aprovada em 2000; ENRP aprovada em 2002 e revista em 2005). Através da análise da estrutura política que rodeia a elaboração destes dois documentos pretende-se chegar às dinâmicas por detrás da formulação das políticas de desenvolvimento e da priorização que é feita. Pretende-se analisar a forma como em São Tomé e Príncipe a interacção entre os grupos de doadores, governo e sociedade civil condiciona a natureza das estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chave: eficácia da ajuda, apropriação nacional, redução da pobreza

NOTAS

COOPERAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE CIVIL NA EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO
EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

António José Oliveira Martelo • CEA – Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL • antonio.martelo@gmail.com

As independências dos Estados Africanos trouxeram para o discurso político dos seus líderes a educação e formação como sectores prioritários de intervenção, no sentido de fazer face aos desafios do desenvolvimento e da modernidade.

Mais recentemente, os documentos estratégicos de luta contra a pobreza e os Objectivos do Milénio reforçam a importância da Educação e Formação.

Para fazer face a estes desafios, o recurso à Ajuda internacional por parte dos países africanos revelou-se fundamental com os montantes dessa Ajuda a privilegiar a Educação/Formação.

No caso dos PALOP, em particular São Tomé e Príncipe, essa ajuda tem tido, ao longo destes 35 anos, um peso muito significativo no sector da educação/formação.

No entanto, as políticas centralizadoras na educação/formação têm revelado resultados insuficientes e estão longe de atingir as metas propostas.

Face a esta realidade, as organizações da sociedade civil, quer utilizando apenas recursos endógenos quer recorrendo à ajuda no quadro da cooperação descentralizada, vêm promovendo acções e ganhando protagonismo, encontrando respostas alternativas e complementares para a educação/formação do país, na luta contra a pobreza, na promoção do empowerment e no desenvolvimento das comunidades locais.

Tendo por base resultados da investigação em curso, pretende-se discutir a complementaridade entre: o Estado e a Sociedade Civil; a Cooperação Pública, centralizada, e a Cooperação Civil, descentralizada, no âmbito da Educação e da Formação em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: cooperação, educação/formação, desenvolvimento, sociedade civil

NOTAS

O PROJETO ESCOLA + - INTERVENÇÃO NA REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO (2009-2012)

Maria Antonia Barreto • CEA – Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL, IP Leiria • antonia@ipleiria.pt

Está a decorrer em São Tomé e Príncipe a reforma do ensino secundário enquadrada por um projeto da cooperação portuguesa, o projeto ESCOLA +, coordenado pela Fundação Marquês de Valle Flôr. Na implementação do projeto houve recurso a varias parcerias, entre elas, a da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, coordenada pela autora desta comunicação.

O projeto ESCOLA + estruturou-se em quatro vectores:

Formação de diretores escolares: com um sistema administrativo centralizado e com um fraco enquadramento legal, a direção da escola, de nomeação política, tem uma intervenção restrita a nível do funcionamento da instituição. O projeto visou contribuir para a publicação de legislação e aquisição de competências para a definição de estratégias de desenvolvimento institucional.

Formação pedagógica de supervisores: a maior parte dos docentes do secundário não tem formação científica nem pedagógica. O projeto visou a aquisição de competências pedagógicas e o desenvolvimento das lideranças intermedias nas organizações.

Atualização do currículo escolar: o currículo estava organizado numa via única até ao 10º ano (secundário geral) e em duas vias no secundário complementar. O conteúdo das disciplinas foi-se estabelecendo pela rotina sem corresponder as necessidades de um ensino de qualidade. O projeto visou a fixação dos programas curriculares, a criação do 12ºano e a clarificação de duas linhas curriculares. Formação geral, formação profissionalizante.

Disponibilização de manuais escolares: existem apenas um número restrito de manuais escolares até a 8º ano de escolaridade e já desatualizados. O projeto visou a produção de manuais de raiz ou adaptados, para todas as disciplinas;

Criação de um corpo de inspetores do ensino secundário: não existem práticas inspectivas neste segmento de ensino daí a necessidade da sua criação e com atribuições amplas no domínio da supervisão, avaliação docente e institucional, provedoria e auditoria.

A comunicação vai conter a descrição sucinta da implementação do projeto, com as alterações introduzidas no decurso, a reflexão avaliativa sobre os resultados e os processos, a identificação de constrangimentos e de condicionalismos favoráveis.

Palavras-chave: reforma do sistema educativo, cooperação na educação, desenvolvimento

NOTAS

ESTUDO DIAGNÓSTICO DAS ONGs EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Carolina Cravo • FONG-STP • carolina_cravo@yahoo.com

Laure Londaitzbehere • FONG-STP • laurelondaitz@yahoo.fr

Sónia Sousa • ACEP • soniamrsousa@gmail.com

O presente estudo é parte integrante do projecto de Reforço da Federação das Organizações Não-Governamentais em São Tomé e Príncipe (FONG-STP) e dos Recursos de Apoio às ONG, realizado em parceria com a ONG portuguesa Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) ACEP e co-financiado pelo IPAD. Este estudo, iniciado em 2010 e publicado em livro em 2011, representa um instrumento de consulta e orientação não só para o trabalho desenvolvido pela própria FONG-STP mas sobretudo para os seus membros associados e parceiros internacionais na concretização dos seus objectivos.

A grande parte das ONG que desenvolvem acções em território santomense encontra-se filiada na FONG-STP sendo esta a plataforma representativa das ONG que actuam no território de São Tomé e Príncipe.

Neste contexto, o estudo é realizado com o objectivo de permitir um conhecimento detalhado sobre as principais características das ONG santomenses e das suas actividades, especificamente aquelas filiadas na FONG-STP. Das 98 ONG filiadas na FONG-STP conseguiu-se o envolvimento de 72 no presente estudo. Para atingir os objectivos estabelecidos, a recolha de dados junto das ONG foi feita através de um questionário, aplicado durante uma entrevista pré-estruturada presencial e individual. As informações recolhidas foram alvo de subsequente análise estatística. O produto final deste trabalho encontra-se compilado sob a forma de gráficos e textos de análise que oferecem ao leitor uma visão global do trabalho das ONGs no país.

Quanto aos principais resultados, verifica-se que a FONG-STP integra um elevado número de membros, que se caracterizam por uma grande diversidade de áreas de intervenção, de recursos disponíveis, de horários de funcionamento, de actividades e projectos implementados, de necessidades de formação, entre outras diferenças. A maioria das ONG filiadas é nacional, com intervenção em toda a extensão territorial nacional. As principais áreas de intervenção das ONG são a Saúde, a Educação, a Infância, a Cultura e o Saneamento do Meio. Verifica-se que é difícil para as ONG em São Tomé e Príncipe elegerem uma área de intervenção específica, não se assistindo portanto a uma especialização na sua actuação.

A maioria dos recursos humanos disponíveis nas ONG não são profissionalizados, nem assalariados, e estas assentam no trabalho de voluntários com baixas qualificações académicas.

As principais dificuldades apontadas pelas ONG são a falta de recursos financeiros materiais e de recursos humanos capacitados, a dificuldade em encontrar parceiros de acção e em envolver os poderes públicos.

O estudo permitiu a elaboração de algumas recomendações. Assim, pensamos que a variedade e diversidade de compositores que fazem parte da FONG-STP não deve representar uma fraqueza ou fragilidade estrutural mas uma mais-valia para a missão a que esta se propõe: ser uma coligação nacional das ONG intervenientes no território insular de São Tomé e Príncipe, funcionado como um elo de ligação e comunicação entre os seus membros, os parceiros internacionais, entidades governamentais e sociedade civil e contribuindo para a capacitação e fortalecimento das ONG.

Palavras-chave: ONG, sociedade civil, São Tomé e Príncipe

NOTAS

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA S. TOMÉ E PRÍNCIPE:
O TEOR POLÍTICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (1975-2010)

Kamilla Rizzi • Universidade Federal do Pampa, Porto Alegre, Brasil • kamillarizzi@unipampa.edu.br

O presente paper busca analisar o teor histórico das relações entre Brasil e São Tomé pressuposto de que a política externa brasileira para STP tem momentos de maior e menor intensidade, devido aos constrangimentos internos e externos. Analisam-se, três períodos com grau de aproximação distinto, sendo a) 1975-1990 – estabelecimento e reconhecimento mútuo; b) 1990-2002 – relativo distanciamento; e c) 2003-2010 – retomada e consolidação dessas relações.

Nesse sentido, o ato contínuo e justificador dessas relações refere-se ao contexto da horizontalidade presente na política externa brasileira, conceituada como cooperação sul-sul, ou seja, uma “política ativa de desenvolvimento” (SOARES LIMA, 2005, pág. 11), para dentro e para fora. Tal conceito, historicamente consolidado na política externa do Brasil, também se agrega à área de influência política na qual o país africano se encontra.

Palavras-chave: Brasil, São Tomé e Príncipe, cooperação sul-sul

NOTAS

O CLUSTER COMO NOVO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO:
O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Sandra Silva • Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa • sandrasilva@ua.pt
Carlos Sangreman • Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • carlos.sangreman@ua.pt

A política de cooperação entre países doadores e destinatários tem-se alterado significativamente nos últimos anos (OECD, 2011). Apesar das próprias problemáticas terem-se alterado, os actores dos países desenvolvidos em conjunto com parceiros nacionais e internacionais estão a tentar encontrar novos instrumentos e modalidades de cooperação para o desenvolvimento (Atwood, 2011). Portugal não é excepção, e um novo instrumento de política de cooperação foi recentemente (re)descoberto. O conceito de cluster tem sido nas últimas décadas utilizado por decisores políticos enquanto instrumento de promoção da competitividade (Porter, 1990, 1998, 2000).

Sob a estratégia orientadora intitulada “Uma visão estratégica da Cooperação Portuguesa” adoptada em 2005, Portugal tem reconhecido a necessidade de desenvolver esforços para adoptar este instrumento. Este novo instrumento “é composto de um número de projectos que são implementados por diferentes instituições, na mesma área geográfica e dentro de um quadro comum” (IPAD, 2005: 52). Dentro deste cenário, esta comunicação foca o caso Português, como um caso potencial para tentar perceber a potencialidade como inovação e a coerência política dos objectivos e estratégias subjacentes à criação dos clusters de cooperação. Assim, pretende-se dar conta da investigação em curso não só numa perspectiva de (re)examinar os argumentos teóricos para a adopção dos clusters, mas também através de uma análise das actuais práticas da cooperação em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: cluster, cooperação, São Tomé e Príncipe

NOTAS

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO E NAS FINANÇAS PÚBLICAS

Luís Quintaneiro • Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, ISEG – UTL • luis.quintaneiro@gmail.com

É já proverbial afirmar-se que a economia e a sociedade santomense sobrevivem essencialmente graças à ajuda e cooperação internacionais, sejam elas de natureza pública/oficial (ajuda pública ao desenvolvimento) ou privada (veiculada através das ONG's/ONGD's). Nesse contexto é corrente surgir na comunicação social local (sem serem alvo de desmentido) expressões como “93% do Orçamento de São Tomé e Príncipe é financiado pela ajuda internacional”.

Sendo indesmentível esse elevado papel da ajuda internacional, a generalizada ignorância sobre como a mesma se processa em São Tomé e Príncipe tem dado origem a alguma mitificação sobre este facto que em nada ajuda o desejável incremento da sua eficácia.

Para se poder formular um efetivo juízo de valor sobre a importância e o impacto dessa ajuda é necessário analisar com mais detalhe como é que ela se manifesta, quem são os principais atores envolvidos, como a cooperação internacional se articula com o funcionamento do aparelho de estado, como condiciona o funcionamento desse mesmo aparelho e – em sentido mais lato – da sociedade santomense e como a sua componente financeira aparece “transcrita” nas contas públicas.

Como pano de fundo para esta análise surge a incontornável realidade da prevalência da pobreza e da exclusão social terem vindo a aumentar de forma persistente e constante desde o fim da “primeira república” (1990) – período durante o qual a ajuda internacional era quase só proveniente do “bloco de leste” – até aos dias de hoje, em que praticamente todas as grandes organizações multilaterais (e numerosos “parceiros de desenvolvimento” bilaterais) estão presentes no país e/ou patrocinam programas de ajuda. Parece portanto que alguma coisa de dramaticamente errado tem acontecido em termos de efetivo “outcome” da ajuda internacional neste país.

Os grandes fora internacionais sobre cooperação internacional, nomeadamente as suas amplamente publicitadas conclusões (Declaração de Paris, Plano de Ação de Acra, etc.), têm procurado incrementar o grau de apropriação dos países receptores e o nível de eficácia da ajuda, no entanto – e no que concerne a São Tomé e Príncipe – a materialização desses meritórios objectivos parece estar para além do realizável.

Na nossa comunicação procuraremos identificar alguns fatores que possam ter contribuído / estar a contribuir para justificar esse atraso, como a muito reduzida dimensão populacional do país, a sua estratificação social, a incoerência do “advising” proporcionado pelas instituições internacionais, a falta de capacidade ou empenho na coordenação dos esforços de cooperação, etc., etc.

Palavras-chave: ajuda internacional, desenvolvimento, pobreza

NOTAS

THE GULF OF GUINEA AS A REGION OF HIGH PRIORITY FOR THE U.S. AFRICA COMMAND
(AFRICOM) – THE POSSIBLE ROLE AND PERSPECTIVES
FOR THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE

Robert Kłosowicz • Department of History of Diplomacy and International Policy, Institute of Political Science and International Relations, Jagiellonian University • rklosowicz@yahoo.pl

By 2015, as it is believed, 25 per cent of U.S. oil will come from Africa. In 2007 U.S. Energy Information Administration indicated Nigeria – one of the country in the Gulf of Guinea – region as the third-largest supplier of U.S. oil that points to the West Africa, which is expected to be one of the fastest-growing sources of oil and gas for the American market, and thus conditions the region's importance to U.S. energy security. The presence of the Gulf of Guinea region among the Pentagon's priorities for AFRICOM (the first American regional military command established outside of North America in the post-Cold War era) causes some complications in determining the command's location. Although the decision if it should be a single headquarter model or rather the distributive one has not been made definitely, one of the likely locations seems to be São Tomé and Príncipe, especially after the seismic studies from the 1990s which revealed an enormous reserve of 11 billion barrels of oil just off its coast. The exploitation of these resources have not started yet but nevertheless this island country (what is a great advantage for both: the military planners and oil industry), situated in the middle of the Gulf of Guinea region, almost at equal distance from Angola's oil fields to the south and the Niger Delta to the north, providing proximity on the one hand and limited visibility of the already controversial AFRICOM's presence on the other, remains one of the best considered locations for the future military base.

The aim of this paper is to answer the question whether or not the fact of a special importance of the Gulf of Guinea in the American policy and, as a consequence, in the present and future activities of the AFRICOM will create any tangibles prospects for São Tomé and Príncipe and what role this state could play in regional and African politics, taking into account its small size, strong neighborhood (as for example Nigeria), projected reserves of oil crude, as well as the impact it's causing on the country's internal policy.

The problem seems to be up to date. In November 2011 the delegation of AFRICOM, together with the US ambassador visited the islands and held talks with the authorities, officially about the general security of the Gulf of Guinea and the modernization of the coast guard, port and airport. One of the reasons of the talks can be the high rate of pirate attacks in the region (second only to Somalia), what would also not remain without relation to the military and political role projected for AFRICOM in this area.

Keywords: AFRICOM, São Tomé and Príncipe, headquarter, Gulf of Guinea, national security

NOTAS

O OBSERVATÓRIO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (OPLOP):
APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MATERIAL SOBRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Rafael Assumpção de Abreu • OPLOP – Observatório dos Países de Língua Portuguesa • abreurafa@gmail.com

O objetivo desta comunicação é o de apresentar as atividades e os primeiros resultados do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP), priorizando a seção que desenvolve o acompanhamento de São Tomé e Príncipe. O OPLOP foi fundado em 2010, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, vinculado institucionalmente a Universidade Federal Fluminense. Partindo do dado factual de que alguns países – Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste – comungam o mesmo idioma como língua oficial, o português, o Observatório têm como escopo principal produzir e aglutinar informações e interpretações sobre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Consequentemente, a intenção é desenvolver e estimular um ambiente propício para a produção de pesquisas e conhecimento a respeito destes países, por meio do diálogo e colaboração com pesquisadores de outros institutos e localidades.

De tal modo, o OPLOP, para a produção de informações e análises, concentra-se em quatro aspectos fundamentais: a) dinâmicas sociais; b) dinâmica política e institucional; c) políticas públicas; d) dinâmicas culturais e intelectuais.

Objetivamente, a divulgação das informações sobre os países envolvidos (no sítio www.oplop.uff.br) é realizada por meio da produção de textos semanais. Para a elaboração dos boletins, são utilizados os dados e informações presentes na imprensa nacional e internacional, livros e periódicos – tanto no formato impresso quanto digital. O OPLOP produz também, além dos textos semanais, relatórios mensais sobre países específicos ou temas que permitem uma análise comparativa entre os membros da CPLP.

No caso de São Tomé e Príncipe, que compõe o grupo temático IV, ao lado de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste, tal metodologia de trabalho permitiu ao Observatório, até o momento presente, iniciar uma abordagem em alguns aspectos considerados relevantes. De um modo geral, os textos semanais sobre São Tomé e Príncipe perpassam os seguintes temas: o legado do colonialismo e do processo de libertação nacional; a construção do Estado e de suas instituições políticas; associativismo e cultura; relações no âmbito internacional. Assim, o material produzido aborda, especificamente, os seguintes temas: questões constitucionais, centralização e autonomia; as relações entre o Executivo e o legislativo; partidos e eleições; a implementação de políticas públicas, como saúde e educação; questões do mundo do trabalho e sindicatos; eventos culturais; cooperação e ajuda internacional.

Palavras-chave: Observatório dos Países de Língua Portuguesa, informação, pesquisa, São Tomé e Príncipe

NOTAS

PAINEL 10

COOPERAÇÃO BILATERAL

Moderador • **Francisco Mantero**, CE-CPLP

A COOPERAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Luís Castelo Branco • IPAD/MNE • luis.branco@ipad.mne.gov.pt

A intervenção da Cooperação Portuguesa (CP), desenvolvida, através de Programas Indicativos de Cooperação (PIC), tem procurado conjugar as necessidades e estratégias de desenvolvimento de STP, consubstanciado nas orientações e objectivos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), com as prioridades estabelecidas pelo Governo português relativamente à sua política de cooperação.

O PIC em vigor tem como eixos centrais a Boa Governança, Participação e Democracia e o Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza. Ao longo de 2012 irá ser elaborado um novo PIC que deverá continuar a apostar nas áreas onde Portugal tem claras vantagens comparativas, Educação e Saúde, as quais são sectores chave para o desenvolvimento de STP.

Palavras-chave: cooperação, desenvolvimento

NOTAS

AS INTERVENÇÕES DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE

Manuel Mendes • IPAD-MNE • manuel.mendes@ipad.mne.gov.pt

Na Educação, o projecto ESCOLA+ contribui para a melhoria do ensino secundário, actuando ao nível da adaptação e diversificação dos currículos escolares para criar um modelo de ensino adaptado às necessidades e à realidade do país. Para isso, irá valorizar os recursos humanos locais, reforçando as suas capacidades e responsabilizando-os pelo sistema de ensino a implementar, promovendo as condições, meios e métodos necessários para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, a implementar pelos próprios agentes de ensino santomenses.

Na Saúde, o projecto Saúde para Todos (SpT), em execução desde 2005, centra-se na prestação de cuidados preventivos e primários de saúde através da rede integrada de postos e centros de saúde (construídos e/ou reabilitados). O SpT contempla a formação e capacitação, o reforço institucional, o abastecimento de água e o saneamento. Numa segunda fase, a partir de 2008, foi dado particular ênfase ao reforço das capacidades de gestão e ficou coberto todo o país. Complementando este projecto, arrancou em 2009 o projecto “Especialidades” que incide na prestação de cuidados médicos secundários e terciários especializados.

Palavras-chave: saúde, educação

NOTAS

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: RUMO AOS ODM

Paulo Freitas • IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr • ptf@netcabo.pt

Nesta apresentação será explanado o trabalho do Instituto Marquês de Valle Flôr em São Tomé e Príncipe em prol do alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Um trabalho integrado cujos alicerces assentam na intervenção em saúde, ensino secundário e segurança alimentar, sectores chave em qualquer processo de desenvolvimento.

O objectivo que presidiu à criação do IMVF foi a promoção do desenvolvimento socioeconómico e a realização de estudos científicos, em vários domínios, nos países de língua portuguesa, especialmente em S. Tomé e Príncipe, onde está desde a década de 80. O profundo conhecimento adquirido ao longo do tempo permitiu ao IMVF assumir gradualmente um papel relevante no âmbito da cooperação com o país.

Hoje, desenvolve um amplo programa de intervenção em saúde, tendo como génese a introdução de um pacote integrado de serviços que asseguram a prestação de cuidados primários, preventivos, assistenciais e especializados a toda a população; está a apoiar o Governo Santomense na reformulação do Ensino Secundário no país, tornando-o mais adequado à realidade e necessidades locais; e apoia decisivamente os pequenos produtores e associações da sociedade civil em prol de maior segurança alimentar e nutricional.

Difícilmente para um europeu será perceptível o nível de qualidade que se conseguiu atingir ao nível da saúde em São Tomé e as dificuldades diárias mais básicas que ainda subsistem em vários sectores.

Tendo por base os resultados e o impacto da intervenção do IMVF, que atua no terreno com parceiros de longa data – o Governo de São Tomé e Príncipe, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Comissão Europeia, entre outros – apresentar-se-á o cenário evolutivo do país rumo aos ODM.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, cooperação para o desenvolvimento, saúde, telemedicina

NOTAS

INICIATIVA NOVOS HORIZONTES

Lúcia Lara do Rosário Carvalho • IIEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional do Seixal •
llcarvalho@portugalmail.com

Rui Miguel Gomes Rodrigues • IIEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional do Seixal •
jamalaica@gmail.com

Maria Manuela de Almeida Teixeira Nunes • IIEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional do Seixal •
manuela.teixeira@hotmail.com

José António da Cruz Gonçalves Rocha • IIEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional do Seixal •
joseacgrocha@hotmail.com

A Iniciativa “Novos Horizontes” nasce da vontade de Lara Carvalho, Rui Rodrigues, Manuela Teixeira e José Rocha, formadores do Instituto do Emprego e Formação Profissional que trabalham em formação e educação de adultos no Concelho de Seixal com grande enfoque em populações originárias de países africanos de língua oficial portuguesa, oferecerem o seu saber e as suas práticas no sentido da formação e educação de forma a contribuir para o desenvolvimento humano de regiões com índices deficitários nessas matérias. Nesse sentido, a escolha de S. Tomé e Príncipe, como país de origem de Lara Carvalho, pretende ser um início de um projecto mais abrangente em África que, para além de funcionar como movimento de educação e formação, ser também um projecto de divulgação cultural e científica de forma a melhor dotar as suas populações com os conhecimentos e competências que permitam o florescimento de estruturas mentais preparadas para os desafios da globalização e da modernidade.

NOTAS

Comissão Organizadora

- Ana Cristina Roque (IICT)
- Gerhard Seibert (CEA- IUL, ISCTE-IUL)
- Vítor Rosado Marques (IICT)
- João Dias (CEA-IUL, ISCTE-IUL)

Promoção e Comunicação

- Jean Pierre Contzen (ARB e ACL)
- Jorge Braga de Macedo (IICT, ACL e ARB)
- Rui Malhó (ACL)
- Teresa Albino (IICT)

Secretariado

- Teresa Vilela (IICT)
- Fernanda Alvim (CEA-IUL, ISCTE-IUL)
- Laura Domingues (IICT)